Avante!
Biblioteca

Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial «Avante!»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 44—Série VII—N.º 40
6 de Fevereiro de 1975

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

CENTROS

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 ★ Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa ★ Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

ANGOLA
4 DE FEVEREIRO

AO CONSELHO DIRECTOR DO
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Queridos Camaradas:

Assinalando o aniversário do levantamento do 4 de Fevereiro de 1961, em que o MPLA iniciou uma nova etapa da luta de libertação de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos, queridos Camaradas, calorosas saudações pelos êxitos alcançados pelo vosso povo. Durante muitos anos difíceis o MPLA, tendo o apoio das forças progressistas portuguesas, manteve-se sempre firmemente à frente da luta do povo angolano contra o colonialismo e a repressão do Governo fascista português.

O 4 de Fevereiro decorre este ano numa situação inteiramente nova, na qual vemos finalmente a possibilidade de se concretizarem os objectivos pelos quais lutámos durante tantos anos em fraternal aliança. A tomada de posse do Governo de Transição é mais um grande passo para a completa independência de Angola e marca as profundas transformações registadas desde que o derrubamento da ditadura fascista e colonialista em Portugal abriu a possibilidade de alterar radicalmente as relações entre os nossos povos e os nossos países, na base da igualdade e do respeito mútuo, da plena independência.

Desejamos ardentemente que, nesta nova fase da vossa luta, o povo angolano, reforçando a sua unidade, caminhe decididamente para superar todas as dificuldades e problemas que ainda defronta, até à completa libertação de todas as formas de exploração e domínio colonialista e imperialista.

Reafirmando-vos a nossa activa solidariedade, enviamo-vos, e através de vós a todo o vosso povo, os votos de novos e grandes sucessos para a construção de uma Angola livre, independente e progressista.

O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

POR UMA GRANDE CAMPANHA DE FUNDOS PARA O PARTIDO

Os problemas financeiros são vitais para o Partido. Já o eram no passado, nas duras condições de clandestinidade — são-no agora em decuplicada escala nas novas condições legais da actividade partidária.

Bem podem os reaccionários e todos os inimigos do Partido falaçarem acerca dos dinheiros «recebidos de Moscovo» (já falam em milhões de contos!!!); bem pode toda essa gente babejar calúnias acerca dos «chorudos proventos» e «propriedades» dos dirigentes comunistas que a realidade é só uma: as únicas fontes de receita do PCP são as classes trabalhadoras e o povo do nosso país.

Não é também aos monopolistas e aos latifundiários que recorreremos para resolver os nossos difíceis problemas financeiros —será aos homens e mulheres do nosso povo, à iniciativa dos nossos camaradas, activistas e amigos, que pediremos um esforço maior no auxílio financeiro ao Partido.

Estamos prestes a entrar na campanha eleitoral e, apesar dos limites postos pela lei aos gastos eleitorais, verbas elevadas vão ser necessárias para custear a acção e propaganda dos candidatos do Partido.

Os partidos burgueses resolverão facilmente os seus problemas financeiros. Banqueiros e grandes capitalistas que se recusam a investir nos empreendimentos em benefício do País, darão largos créditos aos seus representantes nesses partidos e grandes verbas já estão a ser dadas sob as formas mais diversas.

O Partido Comunista só tem um crédito — o crédito político das massas laboriosas e populares; e tem agora absoluta necessidade da ajuda financeira de todos os seus aderentes e amigos.

O «Avante!» inicia hoje nas suas colunas a campanha nacional de fundos para o Partido. Aqui referiremos as experiências mais interessantes, aqui publicaremos a origem e o quantitativo das ofertas financeiras feitas ao Partido.

Daqui apoiaremos, de todas as formas possíveis, as iniciativas mais interessantes.

Na sua última reunião, a Comissão Política do CC, tomou medidas para o lançamento dessa campanha. Nenhum apelo, porém, resultará se os nossos camaradas e amigos não fizerem sua esta tarefa, se não puserem à prova o seu espírito de iniciativa e a sua capacidade de trabalho para rapidamente trazermos ao nosso Partido resultados *substanciais*.

Amigos: mãos à obra «que a seara está madura de sementes»!

Por uma grande campanha nacional de fundos para o PCP!

Por uma rápida recolha de dinheiros que permitam ao Partido fazer face aos pesados encargos que tem pela frente!

Comunicai ao «Avante!» as iniciativas mais interessantes e produtivas!

Avante!

A Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, a manifestação dos operários agrícolas, em Beja, e a Assembleia do Concelho de Almada foram algumas das iniciativas em que o nosso Partido esteve presente durante a última semana

JAIME SERRA EM BRAGANÇA:

SÃO URGENTES NA AGRICULTURA MEDIDAS ENÉRGICAS E CORAJOSAS

Nós, os comunistas, os militantes do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, estamos absolutamente certos de que com o trabalho criador do seu povo, esta imensa região poderá desenvolver-se em poucos anos desde que as suas riquezas e potencialidades sirvam, em primeiro lugar, o povo da própria região.

Só para exemplo, direi que é necessário que cesse o escândalo de inúmeras povoações sem energia eléctrica verem passar à sua beira os cabos de alta tensão que levam para longe essa fonte de bem-estar e de progresso moderno gerada nesta terra abandonada. É preciso também que cesse o escândalo dos filhos mais válidos do povo transmontano serem obrigados, em grande número, a ir procurar na emigração o trabalho e a felicidade que na própria terra lhes têm sido negados — disse o camarada Jaime Serra num comício do nosso Partido que se realizou no Ginásio do Liceu, em Bragança.

Este primeiro comício do PCP em Bragança surge na sequência de todo um trabalho desenvolvido no sentido de levar ao conhecimento das populações de todo o distrito qual a posição do nosso Partido, no momento político actual. Até aqui tem-se ido ao encontro das populações, efectuando sessões de esclarecimento, reuniões amplas: com a realização deste comício foram chamadas as pessoas ao nosso encontro.

A dificuldade de transportes, principalmente aos domingos, não conseguiu impedir que muitas pessoas de aldeias distantes ali acorressem. De carreira, de automóvel ou de comboio, as pessoas foram chegando. De Mirandela, com pessoas de Carvalhais e de Cachão, veio uma camioneta de passageiros. Do Portelo, Montesinho, Rabal e França, o transporte foi feito com uma camioneta de carga.

Sucessivamente, o camarada Vítor Cordeiro foi chamando para a mesa Ernesto Ferreira, da Comissão Concelhia de Bragança, que presidiu; Amaro Fernandes da Comissão Concelhia de Bragança do nosso Partido; Joaquim Natal, da Comissão Concelhia de Mirandela; Olindina Trigo, da Comissão Concelhia de Vila Flor; Luís Araújo, da Comissão Concelhia de Alfândega da Fé; Eusébio Fernandes, da Comissão Concelhia de Macedo de Cavaleiros; Milton Morais, da Comissão Concelhia de Carrazeda de Ansiães; Leonel Oliveira da Silva, da Comissão Concelhia de Vinhais; Manuel Correia, da Comissão de Freguesia de Carvalhais; João Rolando, da célula dos operários da construção civil; Francisco Neto, da célula de operários do Cachão; Madalena Monteiro, do Secretariado da Organização de Bragança da UEC; Mário Freitas, da Comissão Central da UEC; Nelson Fernandes, da Comissão Distrital de Bragança do PCP; António Lopes, da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP; e Jaime Serra, do Comité Central do nosso Partido.

Contra os graves problemas agrícolas é fundamental a organização dos camponeses

Ernesto Ferreira abriu o comício fazendo, de improviso, uma breve apresentação do nosso Partido nomeadamente no que toca aos longos e difíceis anos da clandestinidade. Saudou o Comité Central, propondo, depois, um minuto de silêncio pelos militantes mortos pela PIDE. No final, as pessoas responderam, em uníssono, com um «A vitória é difícil mas é nossa».

Frequentemente aplaudido, Amaro Fernandes, que falou em nome da Comissão Concelhia de Bragança, apontou a importância de todos os trabalhadores, da cidade ou do campo, todos os explorados, se aproximarem do nosso Partido, que conheçam o seu Programa, adiantando que «o PCP não é só um Partido de punho fechado, é também um Partido de mãos abertas para as vítimas da exploração, porque todos nós temos o direito de viver numa sociedade mais digna e humana».

Depois de Joaquim Natal ter feito uma saudação em nome das outras Comissões Concelhias usou da palavra Mário Freitas, da Comissão Central da UEC, constantemente aplaudido pelos muitos jovens presentes.

Após ter saudado, através de Jaime Serra, o Comité Central do PCP — grande baluarte da luta antifascista e hoje a garantia do processo

CONT. NA PÁG. 3

Avante!
PÁGINA 2
O anti-comunismo destrói
— o comunismo constrói

AS MANOBRAS DA NATO
Nota do PCP — pág. 3

ORGANIZAR AS MASSAS

Trabalhadores da cidade e do campo, pequenos e médios agricultores e comerciantes, comissões de moradores, em Lisboa, em Aveiro, em Beja, em Almada, em Barcelos lançam-se em amplas reuniões de apreciação dos seus problemas, de estudo de soluções, de estruturação de formas de organização.

A componente popular do processo revolucionário português, o movimento popular de massas, lança-se decididamente na construção de uma vida democrática, de participação de todos na solução dos problemas de todos, na construção de uma verdadeira democracia, virada para os problemas reais, para a participação do povo na resolução quotidiana dos seus problemas.

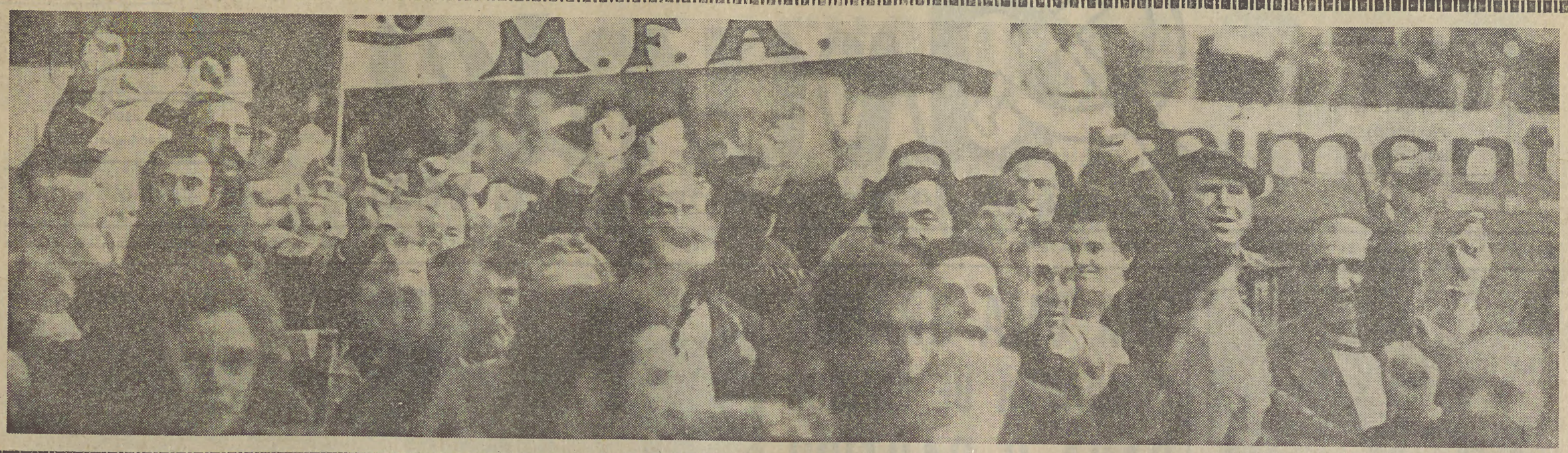
Integrando-se criativamente no processo rasgado pelo 25 de Abril, as massas populares fortalecem no debate e na organização as condições objectivas para a aliança com as Forças Armadas, para o apoio decidido e construtivo ao Movimento das Forças Armadas.

Vanguarda organizada do proletariado português, o nosso Partido, o Partido da resistência e dos trabalhadores, trabalha para levar às massas a rica experiência da classe operária. A experiência de anos de luta dos trabalhadores portugueses que lhes ensinou a necessidade do debate, a necessidade da unidade, a necessidade da organização. Promovendo e apoiando amplas reuniões de todos os sectores da população interessados na construção da democracia, o Partido Comunista Português alarga a sua ligação a cada vez mais largas camadas e põe ao serviço do povo a experiência que ao longo de cinquenta anos ganhou na luta concreta pela satisfação dos interesses populares, pela criação de um futuro melhor para os portugueses.

Dinamizar a participação popular, encontrar em cada circunstância as formas de organização e expressão que se revelem mais correctas para a construção de uma via democrática de acordo com as necessidades do Povo português — eis a tarefa de todos os democratas, eis o labor a que os comunistas se entregam.

«Avante!» noticia neste seu número numerosas iniciativas que constituem já sólidos alicerces do futuro do nosso Povo. «Avante!» participa no grande esforço de organização das massas. «Avante!», jornal do Partido Comunista Português, jornal dos trabalhadores portugueses brada também a quantos querem tomar o futuro nas suas mãos.

JUNTA A TUA À NOSSA VOZ!



O anti-comunismo destrói — o comunismo constrói

CERTAS forças interessadas em deter o processo revolucionário desenvolvem esforços desesperados para criar em Portugal um clima de tensões e de crise. Estas forças actuam na cena política portuguesa de maneira aberta e inequívoca, mas a sua acção projecta-se e ramifica-se para mais longe, para além-fronteiras, e entronca-se numa vasta campanha da reacção internacional contra as forças progressistas em geral e contra o regime saído do 25 de Abril em particular.

Não é de surpreender que a evolução do processo português de democratização e descolonização se choque cada vez mais com a resistência das forças conservadoras e reaccionárias dos mais diversos quadrantes.

Tal resistência é tanto mais aguda quanto,

— **primeiro:** a atitude sabotadora do grande capital na banca, na indústria e na agricultura coloca ante os trabalhadores e as restantes camadas populares menos favorecidas a necessidade de uma pronta resposta de classe;

— **segundo:** mais próximo está o termo da fase transitória da institucionalização de um Estado democrático que culminará com as eleições para a Assembleia Constituinte e a promulgação de uma Constituição que deverá exprimir a realidade e originalidade do processo.

Significativo dessa resistência foi o que se passou em torno da discussão da lei dos sindicatos e a propósito dos incidentes que rodearam a realização do congresso do CDS no Porto.

A batalha sindical, que mobilizou durante cerca de três meses muitos milhares de trabalhadores em centenas de assembleias sindicais, e que culminou com a potente afirmação da vontade da classe operária nas ruas de Lisboa, numa manifestação de mais de 300 mil pessoas, veio mostrar aos olhos de toda a gente que hoje, no nosso país, se defrontam duas formas de encarar a evolução das instituições políticas portuguesas;

Uma, o modelo democrático e revolucionário preconizado pelas forças mais consequentes da revolução democrática portuguesa e que aponta numa direcção antimonopolista e popular;

Outra, o modelo parlamentar ocidental, que aponta para uma democracia burguesa de feição conservadora.

Singularmente, é o Partido Socialista que polariza as forças interessadas nesta segunda forma. Em torno da unicidade sindical assistiu-se a uma deliberada viragem para a direita dos dirigentes do PS, caracterizada por um anticomunismo notório.

Nos últimos dias de Janeiro, ataques caluniosos foram dirigidos contra o PC e a sua política, os quais assumiram um carácter agudo.

Esta campanha anticomunista terá sido lançada pelas forças que procuram a todo o transe resolver a grave crise actual do sistema capitalista mundial a favor da burguesia monopolista, de que tantos indícios são visíveis neste momento?

O anticomunismo, hoje como ontem, sempre serviu os interesses da reacção, independentemente de esconder outras coisas, como, por exemplo, certas fraquezas e certas mudanças sociais internas de alguns partidos.

Na campanha anticomunista de fins de Janeiro, viu-se como se perfilaram forças que vão do CDS e do PPD aos agentes reaccionários ultra-esquerdistas da AOC, da UDI, do MRPP, etc., numa «santa aliança» contra os comunistas.

É evidente que esta histérica gritaria anticomunista visava objectivos determinados. Não se pretenderia afastar o PC do Governo Provisório e desarticular o MFA como força política garante do processo democrático português?

Que se trata de uma campanha concertada mostra-o bem o que se passou em torno do congresso do CDS no Porto, interrompido por bandos de provocadores.

Pode-se perguntar a quem aproveitava o assalto ao congresso do CDS. Objectivamente, em primeiro lugar, ao próprio CDS, que tem podido aparecer, com a ajuda dos fanáticos da ultra-esquerda, como vítima dos «excessos» do regime democrático em Portugal. Aproveitou, depois, toda a reacção internacional, que imediatamente orquestrou todo um coro contra o regime democrático português, acusando-o — eles, os representantes das forças mais obscurantistas e antidemocráticas do Ocidente — de impedir o uso das liberdades, de «ditadura das esquerdas» e de outros mimos retirados do arsenal demagógico-reaccionário.

Desde o senhor Van Hassel e outros conhecidos dirigentes reaccionários da democracia cristã europeia, presentes ao congresso do CDS, até ao senador Edward Kennedy, recentemente convidado pelo PS a visitar Portugal, todos afinaram pela mesma clave anticomunista e anti-MFA, isto apesar de o PCP não ter sido visto nem achado no assalto ao congresso do CDS e ter tomado uma clara posição contra essa iniciativa provocatória.

No decurso da crise que começou com a questão da unicidade, quer o PS quer o PPD ameaçaram ou agitaram a ameaça de abandono da coligação governamental. O PS já modificou a sua atitude, como se esperava, o que é um sintoma positivo. O próprio secretário-geral, dr. Mário Soares, no meio das suas habituais acusações infundadas contra os comunistas, afirmou ultimamente que não se pode construir a democracia em Portugal sem o PCP. É também um sintoma positivo, embora não tivesse precisado se dentro se fora do Governo.

O PPD, pela boca do seu secretário-geral, dr. Sá Carneiro, cuja acção durante a crise Palma Carlos é bem conhecida, vem, contudo, afirmar no comício de Aveiro que «chegámos a um ponto de ruptura» e que uma «revolução está a ser feita aceleradamente sob a direcção do PC e seus satélites, com vista a obter o controlo dos centros nevrálgicos». O dr. Sá Carneiro não hesita em recorrer aos seus preconceitos anticomunistas e às suas conhecidas deformações da política do PCP para justificar os seus ataques — também já conhecidos — ao MFA e ao seu Programa.

O PCP estará sempre disposto ao diálogo, mas não entrará na estéril polémica do dize-tu-direi-eu, absolutamente inútil, para contestar acusações que as próprias massas populares estão à altura de desfazer. Só portugueses mal esclarecidos — neste momento a ser pasto da campanha dos partidos de classe da burguesia e dos provocadores ultra-esquerdistas contra os comunistas — se deixam ludibriar pelo fraseado dos que têm por objectivo deter o nosso processo revolucionário e dividir as forças mais consequentes que o sustentam.

O PCP não se deixará turvar pela poeira anticomunista, desviando-se do caminho sereno e firme que a si próprio se impôs. Todas as energias do nosso Partido, toda a sua força organizada se mobilizam para a resolução dos grandes problemas da hora presente.

Na sua reunião de 26 de Janeiro último, o Comité Central do PCP definiu com clareza a sua política:

— **O reforço do Estado democrático como tarefa essencial para assegurar a defesa das conquistas democráticas já alcançadas e a irreversibilidade do processo revolucionário;**

— **O prosseguimento firme da descolonização, a fim de assegurar a consolidação dos resultados históricos já alcançados;**

— **Medidas urgentes e operativas para solucionar a grave situação económica e financeira do País;**

— **Necessidade de cortar o passo à reacção, que continua muito activa, procurando entravar e destruir a revolução democrática.**

A dinamização do movimento popular de massas é uma tarefa prioritária do PCP. É uma tarefa transcendente, à qual deveriam prestar toda a sua atenção as forças que se propõem verdadeiramente assegurar a evolução correcta do processo revolucionário português.

Como partido da classe operária, o PCP tem responsabilidades particulares na preparação, organização e realização prática das iniciativas tendentes a reforçar, dinamizar e estruturar o movimento de massas.

É com os olhos postos na dinamização da componente popular do processo democrático e revolucionário, e no reforço da aliança Povo-MFA, que o PCP tem levado a cabo iniciativas de uma enorme importância política para o futuro do nosso país.

As conferências dos pequenos e médios camponeses do Norte e do Sul, primeiro; depois, as dos pequenos e médios comerciantes, e as dos operários das empresas em dificuldades; as reuniões de delegados das actividades locais e outras são realizações que estão elevando o nível de consciência e o grau de participação das massas populares para a solução dos seus mais agudos problemas e dando conteúdo concreto à estratégia antimonopolista preconizada pelo Programa do MFA.

Neste sentido, a I Conferência Nacional Unitária dos Trabalhadores das Empresas em Dificuldade, realizada no último domingo, no Instituto Superior Técnico, constitui um êxito palpável da nossa política de dinamização do movimento popular de massas.

Cerca de um milhar de delegados operários, homens e mulheres, debruçou-se sobre as causas das dificuldades ao nível das empresas, com um sentido das responsabilidades e um conhecimento dos problemas profundamente reveladores do amadurecimento político da classe operária portuguesa e da sua capacidade para encontrar soluções justas para a crise económica em que a acção sabotadora do grande capital mergulhou o País.

Verdadeiros dirigentes populares de massas foram ali mostrar que não se pode avançar na solução da difícil situação nacional sem a participação directa dos trabalhadores e do seu Partido — o PCP.

As conclusões da conferência e os relatórios a ela submetidos serão um contributo de inestimável valor para a determinação das causas da crise e a adopção das medidas que a gravidade da situação põe na ordem do dia.

O veredicto fundamental dos participantes é condudente: são os grandes monopolistas que provocaram a crise actual através da sabotagem económica, da má gestão das empresas, do esbanjamento em actividades sumptuárias da maioria dos empresários e banqueiros; são eles que estão provocando o caos económico e financeiro, para abrirem de novo o caminho à reacção.

Nas condições actuais abrem-se possibilidades de travar o caminho aos monopólios, de levar avante uma política acertada de nacionalizações e expropriações e criaram-se outras possibilidades novas de trazer a postos dirigentes da produção, em formas de gestão que apontam ao socialismo, os operários e operárias sobre cuja exploração se produziram mais-valias que apenas têm beneficiado o grande patronato.

O «contrôle» dos trabalhadores, em estreita colaboração com um Estado democrático que se impõe democratizar cada vez mais, é hoje possível como forma transitória para outras mais evoluídas. É um outro aspecto dos mais sugestivos da originalidade do processo revolucionário português.

Como disse Álvaro Cunhal no encerramento desta I Conferência Unitária dos Trabalhadores:

Foi preciso que se reunissem os trabalhadores para que a situação nessas empresas fosse estudada e para que soluções fossem apresentadas. Isto mostra, camaradas, o papel que desempenha a classe operária no Portugal de hoje; isto mostra que no nosso país não se pode construir um regime democrático, não se podem resolver os problemas nacionais sem a participação activa e criadora dos trabalhadores portugueses.

INTENSA ACTIVIDADE DO PCP NOS AÇORES E NA MADEIRA

O nosso Partido, através da DORIA (Ilhas Adjacentes) vem desenvolvendo intensa e proveitosa actividade de esclarecimento nos Açores e na Madeira. Milhares de pessoas tomaram parte, recentemente, em sessões promovidas pelo PCP no Coliseu Micaelense (Ponta Delgada), em Angra do Heroísmo (Escola Comercial e Industrial) e em outras localidades, como Fontinhas, São Mateus, Fonte do Bastardo, Lajes, Terra Chã, São Bartolomeu, Relva e São Roque, freguesias rurais da Terceira e São Miguel.

Em Ponta Delgada, onde cerca de 1200 pessoas participaram interessadamente no debate, que se seguiu às intervenções dos nossos camaradas, membros da Comissão Concelhia e da DORIA, Luís Santos, da Comissão Central de Organização, referindo-se aos muitos problemas que afectam os Açores, afirmou que esses problemas **«não nasceram do facto de estarmos num arquipélago, a milhas do Continente»**. Esses problemas surgiram, surgem e agravam-se **«porque, no Continente, como aqui, há explorados que são a maioria e exploradores desenfreados que são a minoria»**.

O papel activo do nosso Partido nas tarefas a enfrentar nas Ilhas foi focado com destaque pelo camarada Luís Santos, que a dado passo do seu discurso lembrou que o PCP **«tem a noção de que a luta deve ser travada com a estrita unidade da classe operária, dos trabalhadores, camponeses, lavradores, pequenos comerciantes e industriais** contra **o desemprego, contra a sabotagem económica dos que tudo têm, contra os monopólios e os latifúndios»**.

«Sois vós, trabalhadores, o motor da revolução que estamos vivendo É necessário, também nos Açores — lembrou — **que o processo de participação do povo na vida política e económica seja mais rápido e intenso. É necessário que vos liberteis das correntes que dizem agora defender os vossos interesses, mas que, sempre, no passado, vos oprimiram e exploraram»** — acrescentou aquele nosso camarada, apelando para o reforço da aliança do povo com o MFA.

Falaram ainda, na sessão de esclarecimento de Ponta Delgada, os nossos camaradas Pedro Fonseca, estivador, Mário João, estudante, Conceição Oliveira, enfermeira, e Carlos Fraião, da DORIA. Referindo-se à situação económica, este último, depois de acentuar que **«o povo português compreende cada vez mais claramente que a democracia neste país não se pode construir ao lado dos monopólios, mas sim e necessariamente contra os monopólios»**, afirmou:

«Aqui, em São Miguel, as populações do campo também conhecem o que significa a existência de grandes latifundiários, ou seja, de gigantescos proprietários que concentram nas suas mãos (as mãos de uns poucos) uma importantíssima parte (senão a maior) da terra cultivável».

Nas intervenções dos outros camaradas, sempre seguidas com interesse e entusiasmo, nomeadamente a de Pedro Fonseca, estivador e membro da Comissão Concelhia de Ponta Delgada, foram assinalados outros pontos de grande significado e importância para os trabalhadores das Ilhas, no que respeita à unidade, à organização sindical, às eleições e às restantes tarefas que mobilizam diariamente a classe operária e todos os trabalhadores **«contra todos aqueles que os pretendem dividir com palavras bonitas e enganosas para melhor os poderem dominar e continuar a explorar»**.

Salientando a participação feminina na vida social, económica e política do país que queremos construir, a nossa camarada Conceição Oliveira frisou que **«a emancipação da mulher não é independente da emancipação dos trabalhadores»** e **«só todos juntos, homens e mulheres, a poderemos conseguir»**.

Depois de assinalar que **«a participação activa da mulher na revolução democrática que vivemos é um direito e um dever»**, Conceição Oliveira apelou para as mulheres açorianas para que **«participem, se organizem nas forças democráticas e operárias, se empenhem em conjunto na acção comum para a afirmação dos direitos das mulheres, pelo direito ao trabalho, à igualdade de salários, à função profissional permanente, ao melhoramento das condições de trabalho, pela protecção à maternidade, ao desenvolvimento da rede de creches, de escolas maternais e dos equipamentos sociais»**.

Tal como em Ponta Delgada, também em Angra do Heroísmo foi intensa a participação na sessão de esclarecimento do nosso Partido, em que estiveram presentes várias células do distrito e uma militante da UEC.

Depois de focar algumas questões de actualidade política centradas na descolonização, campo em que **«ultrapassámos diversos e sérios obstáculos, internos e externos, que procuravam desvirtuar o sentido da vontade popular e do espírito do Programa do MFA»**, Luís Santos referiu-se à unicidade sindical (**«uma vitória das massas trabalhadoras»**) e considerou de toda a importância que **«também nos Açores o mesmo ambiente de confiança e determinação, mas também de vigilância, seja vivido contra todas as manobras reaccionárias internas e externas»**.

Nas intervenções dos outros camaradas, Carlos Fraião, António Lino e Renata Freitas, foi sublinhada a necessidade do reforço do Estado democrático que passa **«pela depuração daqueles que são comprovadamente inimigos da democracia»**, apelou-se para a luta contra a histérica campanha anticomunista e lembrou-se a necessidade de lutar permanentemente por uma **«democracia económica»**, sem a qual **«nunca será total nem estável a democracia política»**.

Nas freguesias rurais da Terceira e de São Miguel realizaram-se, também, no mês passado, nove sessões de esclarecimento com a presença de muitas centenas de pessoas. Nelas foram debatidas questões de ordem geral acerca da exploração dos grandes proprietários, sobre a linha de actuação do nosso Partido e ainda sobre aspectos gerais do socialismo e do comunismo. A participação foi intensa e interessada.

HISTERISMO ANTIDEMOCRÁTICO NOS AÇORES

«A reacção, apoiada nos órgãos administrativos não saneados, expressão da classe economicamente dominante, continua, através dos seus movimentos autonomistas, como o Movimento de Autodeterminação para os Açores (MAPA), o Exército de Libertação do Arquipélago da Madeira (ELAN), o Movimento de Autonomia das Ilhas Adjacentes (MAIA) e a Associação de Rurais e Marítimos (RUMA), pelo boato, pela calúnia, pela ameaça e coacção física, pelas manobras e sabotagens económicas, uma campanha contra a actual situação democrática, as forças democráticas mais consequentes, o Governo Provisório e o MFA. O desemprego em algumas ilhas, particularmente na Madeira e em S. Miguel, atinge percentagens preocupantes. Os sindicatos, na sua grande maioria, continuam nas mãos de direcções que não defendem capazmente os interesses dos trabalhadores», assinala, com motivo de justa preocupação, a Direcção da Organização Regional do nosso Partido nas Ilhas Adjacentes, num comunicado recente em que faz uma análise dos múltiplos problemas que afectam a vida das populações.

Num apelo ao «reforço da unidade das forças democráticas e progressistas e destas com o MFA, no combate ao obscurantismo e à reacção», a DORIA denuncia «certo clero reaccionário, empenhado numa histérica campanha anticomunista das mais grosseiras» que desvirtua «totalmente a posição do PCP quanto aos católicos e à sua liberdade de culto, campanha essa que atinge não só o PCP mas também o Governo Provisório, de que faz parte, e o próprio MFA.

Ainda recentemente, na Ribeira Grande (São Miguel), as *forças mais reaccionárias impediram que se realizasse uma* sessão de esclarecimento do nosso Partido.

Ignorando a presença de forças militares e militarizadas, arruaceiros, completamente embriagados, utilizaram a violência: uma criança de 10 anos foi espezinhada, sendo erguida do chão quando já não dava acordo de si. As ameaças físicas, a agressão, as ofensas, a intimidação chegaram a pontos de se recear que houvesse feridos graves.

Segundo um militante que presenciou os acontecimentos, um elemento do clero local perdendo visivelmente o domínio de si próprio, gritava, à saída: «Vitória, vitória, vencemos, calámos a boca aos comunistas.» Pormenor pitoresco, mas pouco canónico: o eclesiástico, Luís Cabral de seu nome, não se limitava a gritar — empunhava uma corneta.

BREVES NOTÍCIAS

● O Núcleo Cultural da Organização do PCP de Moscavide resolveu lançar uma campanha de plantação de árvores naquela zona, uma vez que Moscavide, com elevada densidade populacional e grande aglomeração de fábricas, quase não dispõe de zonas verdes.

O núcleo tem também promovido sessões infantis, nas quais se passam filmes, que têm registado a presença de *muitas dezenas de crianças.*

● *Através das suas organizações* locais, o nosso Partido tem vindo a desenvolver uma intensa actividade de esclarecimento por todo o distrito de Braga, que inclui reuniões de agricultores, sessões de esclarecimento, etc. Este trabalho é difícil e importante, dadas as especificidades locais: grande densidade populacional, agricultura de auto-abastecimento, um clero reaccionário militante, uma enorme quantidade de boletins e jornais eclesiásticos fortemente reaccionários, em muitas localidades os caciques vindos dos tempos salazaristas mantêm impunemente a sua actividade, grande percentagem das autarquias locais estão por sanear, etc., etc.

● Saiu o número dois do boletim da célula do nosso Partido da Cidla — Porto, que tem registado grande êxito ao conseguir o seu objectivo de esclarecer e divulgar as perspectivas e posições apontadas e defendidas pelo nosso programa. Distribuído gratuitamente, este segundo número inclui os seguintes textos: «Unicidade Sindical — a força dos trabalhadores!», «O que querem os comunistas», «A responsabilidade do trabalho educativo do nosso partido», «Unidade e anticomunismo são incompantíveis», «Posição de princípio: os comunistas defendem a existência de boas relações do Estado com a Igreja», «Os comunistas e a família», «O que se impõe para a estabilidade económica e social», «A luta contra os monopólios», de entre outros. Dentro de uma caixa, no canto inferior direito da última página, diz-se: «Camarada de trabalho! Já somos muitos, mas muitos, muitos seremos! Esclarece-te. Pondera. Escolhe! Sabes quem somos. Dirige-te a nós. Inscreve-te na nossa célula do Partido Comunista Português, o Partido dos trabalhadores!»

● Organizada pelo comissão distrital do PCP de Viana do Castelo, realiza-se, no próximo domingo, uma caravana automóvel, que levará aos camaradas e ao povo dos vários concelhos a calorosa saudação dos seus camaradas vianenses. Pretende-se que este primeiro contacto a nível concelhio seja digno das tradições antifascistas de Viana e dos vianenses, e digna também da poderosa implantação do nosso Partido nesta zona. Será, por outro lado, uma jornada de esclarecimento que ambiciona dar a conhecer ao povo alto-minhoto a verdadeira face do comunismo e dos comunistas. Salienta-se, por isso, a todos os camaradas e simpatizantes que possuam carro, a importância da sua adesão à iniciativa, convidando-os a fazer a sua inscrição tão cedo quanto possível no Centro de Trabalho de Viana, na Rua Manuel Espregueira, onde serão prestados esclarecimentos suplementares.

Novos livros Estampa

ARRENDAMENTO RURAL
Blasco Hugo Fernandes
Colecção Cadernos do Povo
Preço 5$00

O PARTIDO MARXISTA LENINISTA UM PARTIDO DE TIPO NOVO
R. Kahánova
Colecção Cadernos Políticos, n.º 7
Preço 30$00

PRINCIPIOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO
A. Spirkine e O. Yaklot
Colecção Cadernos Políticos, n.º 6
Preço 30$00

SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE
V. I. Lenine
Colecção Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 3
Preço 30$00

TESES DE ABRIL
V. I. Lenine
Colecção Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 2
Preço 30$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto.
Telefone 555663 Lisboa 1

A PROPÓSITO DAS MANOBRAS DA NATO

1. É conhecida a posição do PCP, constante do seu Programa, acerca da NATO e da participação de Portugal na organização atlântica. Tal posição confere ao PCP particular autoridade para afirmar que, após o 25 de Abril, na complexa situação nacional e internacional, seria particularmente perigosa para a jovem democracia portuguesa uma política precipitada e aventureirista em relação à NATO. O PCP tem sublinhado que a resolução deste problema de alto interesse nacional deverá ser considerado com o mais alto sentido de responsabilidade no quadro da solução dos problemas mais amplos do desanuviamento, da segurança europeia e da paz mundial.

2. Enquanto Portugal fizer parte da NATO, são inevitáveis manobras com participação portuguesa. Entretanto, no presente momento político, tem de considerar-se completamente inoportuna a realização de manobras da NATO em Portugal. Numa situação caracterizada por certa tensão, por uma campanha de calúnias procurando fazer crer na iminência de um «golpe comunista» e de «guerra civil», a vinda a Portugal de forças navais da NATO e exercícios que incluem bombardeamentos aéreos simulados, levantam na população justificadas apreensões. Objectivamente consideradas, as manobras aparecem como uma forma de pressão na situação política portuguesa.

3. Sublinhando estes aspectos, o PCP afirma que, na complexa conjuntura actual, quaisquer incidentes com marinheiros em visita à cidade e desarmados poderiam adquirir carácter provocatório em que a reacção estaria altamente interessada. O PCP adverte a população de Lisboa contra manifestações anunciadas com pretextos diversos para a zona próxima do Tejo e zonas centrais no dia em que está prevista a visita à cidade pelos marinheiros da NATO. A intenção dessas manifestações parece ser provocar perigosos confrontos.

Embora tivesse sido desejável que os marinheiros se mantivessem a bordo, o PCP entende que no caso de se verificar a sua saída a terra, desarmados e em passeio, a população deveria procurar, não hostilizá-los, mas, sempre que possível, explicar-lhes a situação em Portugal, interessá-los no apoio ao povo português e dar-lhes mesmo recordações alusivas ao novo Portugal democrático.

4. As tentativas conspiratórias da reacção interna, coadjuvada por grupos provocatórios pseudo-revolucionários e apoiada pela reacção internacional, têm fracassado e continuarão a fracassar. O povo português tem pleno direito a decidir do seu próprio futuro. As liberdades serão defendidas, a democracia consolidade, um novo regime instaurado segundo a vontade popular livremente expressa. Confiança, firmeza e serenidade são essenciais para desmontar as conspirações reaccionárias e assegurar o prosseguimento do processo democrático.

4 de Fevereiro de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

O COMÍCIO DE BRAGANÇA

CONT. DA PÁG. 1

revolucionário —, todo o povo trabalhador do Nordeste Transmontano — povo que foi sacrificado pela fascismo, e hoje vê com esperança o avanço do processo de democratização — e todos os militantes do Partido Comunista no distrito de Bragança — que apesar das grandes dificuldades têm feito do nosso Partido *aquilo que ele é hoje nesta terra*: um grande Partido de massas —, Nelson Fernandes, da Comissão Distrital, passou de imediato a uma profunda análise da situação concreta do distrito de Bragança

Deixando à consideração uns quantos números que, «apesar da sua frieza, são suficientemente elucidativos da situação de miséria e de colonização em que se encontra o nosso distrito», pôde resumir a situação dizendo que «a população é envelhecida, por causa da emigração e da guerra colonial. A propriedade é mal dimensionada, dando só uma agricultura de subsistência. O nível de instrução e cultura é baixíssimo. O apoio técnico é insuficiente, se é que alguma vez existiu. As nossas aldeias são, como todos sabem lugares onde falta tudo e mais alguma coisa, água, luz, esgotos. A assistência médica e medicamentosa está ainda por fazer».

A actividade principal é a agricultura. 76,2% da população vive dela. Combatendo vigorosamente as leis fascistas, apontou:

«É urgente a tomada enérgica de medidas corajosas em relação à agricultura, contra os intermediários e os grandes armazenistas; é urgente sanear os organismos da Lavoura (Administração Florestal Junta Nacional das Frutas, Junta Nacional dos Produtos Pecuários, etc.).

«A Secretaria de Estado da Agricultura criou Brigadas de Dinamização Agrícola que parece já estarem em actuação no concelho de Macedo de Cavaleiros. Saudamos a atitude da Secretaria de Estado. Não podemos, no entanto, deixar de fazer algumas considerações acerca da constituição dessas brigadas. A dominação económica do nosso distrito foi feita através da agricultura. Todos sabemos o papel negativo desempenhado pelo Complexo Agro-Pecuário do Cachão, das pseudo-Cooperativas e das Brigadas Técnicas *nesse processo de dominação. Contam-se hoje pelos dedos* da mão os técnicos agrícolas não comprometidos com a política agrária camiliana. Do Cachão foram saneados alguns, e por ironia do destino, são esses que constituem as brigadas de dinamização agrícola. São eles que em Carrazeda de Ansiães procuram boicotar o processo de organização dos camponeses daquela zona. São eles que estão por detrás da formação de uma associação fascista para a agricultura, a A.L.A., em Mirandela.»

O camarada Nélson Fernandes, na sua importante intervenção, depois de se referir às ilegalidades cometidas pela Administração Florestal, no que concerne aos baldios que agora voltam para as mãos do povo, teve oportunidade, ainda, de apontar a importância da organização dos camponeses, pois «nada se pode fazer sem que vós tomeis nas vossas mãos o vosso futuro; a organização em associações de pequenos e médios agricultores vai defender-vos da ganância dos intermediários e de todos aqueles que vos exploram. Permitirá que a vossa voz chegue até ao Governo e permitirá que sejais vós a estudar os vossos problemas e a propor soluções mais adequadas», disse. E, mais adiante: «Só unidos haverá possibilidades de tomardes parte activa numa Reforma Agrária que sirva os vossos interesses e aponte decididamente para uma vida melhor e mais digna para vós e para os vossos filhos.»

Obstáculos e dificuldades no momento político actual

A terminar, falou o camarada Jaime Serra, que acentuou: «Esperamos que, com o 25 de Abril, se tenha aberto o caminho para um futuro em que, em Lisboa ou em qualquer outro ponto do País, não mais se fale no Nordeste Transmontano como ainda hoje se fala. Como se se tratasse de um país longínquo onde o progresso e o bem-estar não pudessem também ser construídos livremente pelo trabalho e pela vontade do povo desta terra. Povo que tão explorado e desprezado tem sido pela grande burguesia monopolista, pelos senhores da banca e pelos senhores feudais da região que ainda hoje aqui dominam, passados que são já nove meses após o 25 de Abril!»

A prosseguir, o camarada Jaime Serra adiantou a posição do Partido relativamente a esta questão: «A nosso ver, derrubado o regime fascista terminada a guerra colonial esse flagelo que o fascismo nos criou, seria legítimo esperar que estivessem criadas as condições básicas para que as energias do nosso povo fossem dedicadas exclusivamente à construção de um Portugal para todos os portugueses, e não apenas para uma minoria de privilegiados.»

Apontou, a propósito, grandes obstáculos e dificuldades relacionados com o momento político actual e que passou a analisar. «Em diversos sectores e variados níveis — como ele afirmou — o aparelho de Estado não foi ainda saneado dos elementos corruptos e fascistas notórios, *que ali continuam anichados* desde os «bons tempos» do fascismo.» E mais adiante: «É triste dizê-lo, mas em muitos casos, isto acontece porque se prefere manter nesses lugares elementos fascistas ou fascizantes a substituí-los por democratas, sobretudo quando esses democratas pertencem ao Partido Comunista.»

Precisando, adiantou que o nosso Partido junta a sua voz a todos os que hoje reclamam a promulgação de leis revolucionárias que façam julgar e punir os responsáveis pelos crimes do fascismo, pelas acções contra-revolucionárias e pela sabotagem ao processo revolucionário.

A grave situação económica e financeira em que vivemos foi também ponto de análise, frisando que ela «exige medidas urgentes e operativas, não se podendo aceitar que caia sobre os trabalhadores o maior peso das dificuldades. A nosso ver, a saída mais curta para esta contraditória situação consistiria na nacionalização da banca e dos grandes monopólios, assim como na entrega da terra a quem a trabalha».

Depois de se referir às relações do PCP com o PS, terminou a sua intervenção com um extracto de apelo à unidade da parte final do documento do Comité Central de 26 de Janeiro:

«As forças interessadas no processo revolucionário têm o dever de saber definir o inimigo principal do curso democrático.

«Para o PCP, o inimigo principal no plano político é o fascismo e a reacção; no plano económico e social são os monopólios e os latifundiários.

«Uma ampla coligação de forças sociais e políticas é necessária e possível para resolver os problemas imediatos e urgentes e para construir um novo Portugal democrático, em que sejam realizadas profundas transformações sociais, abrindo caminho para o socialismo».

A terminar, realizou-se uma sessão de esclarecimento em que foi possível dar resposta a muitas questões levantadas.

INTERLIVRO
LIVRARIA
ESPECIALIZADA EM LIVROS SOVIÉTICOS DA MEZHDUNARODNAYA KNIGA
Livros de
ARTE — POLÍTICA — CIÊNCIA — TÉCNICA
INFANTIS E REVISTAS
INAUGURAÇÃO
Dia 7 (Sexta-feira), às 17 horas, com a presença de
ALBERTO FERREIRA
JOSÉ SARAMAGO
MANUEL DA FONSECA
URBANO TAVARES RODRIGUES
R. PEDRO NUNES, 9-A

INAUGURADO EM CARNAXIDE UM CENTRO DE TRABALHO

«A abertura de um novo centro de trabalho do Partido Comunista Português é sempre um acontecimento importante» — declarou Alda Nogueira, membro do Comité Central do PC, na sessão de esclarecimento que assinalou a abertura ao público do centro de trabalho da freguesia de Carnaxide.

A sessão de esclarecimento, que registou a presença de mais de mil pessoas, realizou-se no Sport Algés e Dafundo com a presença do camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, que fez uma análise da situação política actual, tendo-se debruçado sobre a necessidade dos simpatizantes e aderentes do Partido Comunista exercerem uma militância e vigilância cada vez maiores.

Após as palavras do camarada Carlos Brito recebidas com aplausos os presentes seguiram em desfile pelas ruas de Algés entoando palavras de ordem e empunhando bandeiras do Partido, até ao centro de trabalho, onde se estabeleceu um pequeno convívio.

Sessões e comícios

HOJE

BENAVENTE — Comício, às 21 e 30.
CASTANHEIRA DO RIBATEJO — Sessão de esclarecimento no Ginásio da Juventude, às 21.
ESCURAL (Montemor) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.
LISBOA — Sessão de esclarecimento no Refeitório da Carris na Estação de Cabo Ruivo, às 15 e 30.
OUZILHÃO (Vinhais) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
PESO (Covilhã) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
SEROA (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.
TORRES NOVAS — Sessão de esclarecimento nas oficinas da Metalúrgica, às 18 horas.

AMANHÃ

ARREIGADA (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento no Centro Social, às 20 e 30.
BONFIM (Porto) — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do PCP, às 21 e 30.
CAMPANHÃ — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
CASTELO BRANCO — Sessão de esclarecimento para operários metalúrgicos na Sala da Assembleia, às 21.
DAGORDA (Cadaval) — Sessão de esclarecimento, às 21.
DOURO (Figueiró dos Vinhos) — Sessão de esclarecimento.
LEÇA DA PALMEIRA — Sessão de esclarecimento na Escola, às 21 e 30.
MIRA D'AIRE — Sessão de esclarecimento no Cineteatro, às 21.
MOREIRA DA MAIA — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
OLIVEIRA DO DOURO — Sessão de esclarecimento no Clube de Oliveira do Douro, às 21 e 30.
PRAIAS DO SADO (Setúbal) — Sessão de esclarecimento no Centro Social, às 21.
QUELUZ DE BAIXO — Sessão de esclarecimento no Grupo Desportivo «Os Fixes», às 21 e 30.
RAMALDE (Porto) — Sessão de esclarecimento para os trabalhadores da construção civil no Centro de Trabalho do PCP.
REGUENGA (Santo Tirso) — Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia, às 21 e 30.
RIBEIRA DAS LAJES — Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreattiva, às 21 e 30.
SAMORA CORREIA — Sessão de esclarecimento no cinema, às 20 e 30.
S. PEDRO DO ESTORIL — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
SOBRAL (Lourinhã) — Sessão de esclarecimento, às 21.
URQUEIRA (Vila Nova de Ourém) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21.
VALBOM (Gondomar) — Sessão de esclarecimento na Sociedade 1.º de Dezembro, às 21 e 30 horas.
VILA MOREIRA (Alcanena) — Reunião alargada para militantes, com projecção de filmes.

SÁBADO

AIREIS (Felgueiras) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21.
ALJUBER (Cadaval) — Sessão de esclarecimento, às 21.
ALVEGA — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 e 30.
CAMPO (Avintes) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
COVAS (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
CUBELAS (Santo Tirso) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
ERMESINDE — Sessão de esclarecimento na Escola Primária da Costa, às 21 e 30.
FOLGORA (Maia) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
LAGARES (Felgueiras) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21.
LOURIÇAL DO CAMPO — Sessão de esclarecimento no Salão de Música, às 21.
MATOSINHOS — Sessão de esclarecimento para estivadores no Centro de Trabalho do Partido, às 18.
PAREDES — Sessão de esclarecimento, às 21.
PENICHE — Sessão de esclarecimento.
PORTO DE MÓS — Sessão de esclarecimento no cinema, às 21.
REAL (Braga) — Sessão de esclarecimento no Asilo, às 21.
REGOJOS (Santo Tirso) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
RIBA FRIA (Peniche) — Sessão de esclarecimento.
RIO DE COUCOS (Vila Nova de Ourém) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21.
SANGUINEDO (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21.
SANTA CRUZ DO BISPO (Matosinhos) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
SANTO ISIDORO (Marco de Canaveses) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
S. MAMEDE DE RIBA TUA (Vila Real) — Reunião de camponeses no Teatro, às 21 e 30.
VALE PARAÍSO — Sessão de esclarecimento no Desportivo de Vale Paraíso, às 21 horas.

DOMINGO

BATALHA — Sessão de esclarecimento no Ginásio, às 17.
BENQUERENÇAS (Castelo Branco) — Sessão de esclarecimento, às 21.
BUFARDA (Peniche) — Sessão de esclarecimento.
CARCAVELOS — Sessão de esclarecimento, às 21.
ESPINHO (Braga) — Sessão de esclarecimento na Escola, às 17.
ESPINHOSO (Vinhais) — Sessão de esclarecimento na Escola, às 16.
GONÇA (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola, às 10.
GONDEMARIA (Vila Nova de Ourém) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15.
MARCO DE CANAVESES — Sessão de esclarecimento, às 16
MOUQUIRÉM (Vila Nova de Famalicão) — Sessão de esclarecimento na Escola Nova, às 20 e 30.
OURÉM — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15.
PERAFITA — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10.
RETAXO (Castelo Branco) — Sessão de esclarecimento na Escola, às 21.
S. FACUNDO (Abrantes) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 e 30.
S. MIGUEL DO COUTO (Santo Tirso) — Sessão de esclarecimento, às 10.
TROVISCAL — Sessão de esclarecimento na Escola, às 13 e 30 horas.

NOTA SOBRE O INCÊNDIO DO PETROLEIRO EM MATOSINHOS

O incêndio do petroleiro dinamarquês Jakob Maerak vem uma vez mais revelar a falta de protecção face a acidentes que, apesar de pouco frequentes, podem acontecer. Tais acidentes, para além dos seus reflexos imediatos, têm muitas vezes, como neste caso, consequências sobre vários aspectos da vida das populações locais, e reflectem-se sobre uma região mais vasta.

Foram suspensas as actividades piscatórias, morreu pescado, o porto é encerrado temporariamente, as praias são poluídas durante alguns meses, são encerradas escolas e mesmo fábricas, como é o caso da Sitenor. O deslocamento de fumos para o interior constitui um grave risco para a saúde dos habitantes, e pode atingir as próprias culturas.

Estas algumas das consequências que, ao lado das mortes e intoxicações, fazem ressaltar o abandono a que os sistemas de segurança são votados, como são desprezados os interesses das populações, em comparação com a protecção e os privilégios que empresas como a Sacor têm tido.

Com efeito, grandes companhias como esta adquiriram durante o regime fascista privilégios tais que colidem com os direitos mais elementares das populações, tirando às próprias autarquias locais o poder para as defender.

O acidente do petroleiro está a causar graves perturbações na vida da população local, provocando o desemprego forçado de muitos trabalhadores que há dias se vêem sem salários, numa situação que pode prolongar-se por muito tempo ainda.

Interessa que os pescadores, os conserveiros, os estivadores, todos os trabalhadores de Matosinhos mais directamente atingidos pelos efeitos deste acidente, e que assim veem agravadas as suas dificuldades, discutam a situação. Interessa que exijam medidas de defesa e que lhes sejam pagas urgentemente pela companhia seguradora e pelos armadores as indemnizações a que têm direito. Interessa que a população de Matosinhos proceda de forma idêntica na defesa de interesses que são comuns, dando passos para que tais situações não possam voltar a verificar-se.

A Comissão Distrital do Porto do PCP apela para a solidariedade da população do distrito para com todos os trabalhadores afectados pelo acidente do petroleiro, que veio vincar a urgência de as populações TOMAREM NAS SUAS PRÓPRIAS MÃOS A RESOLUÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS, debatendo-os em amplas reuniões, apontando soluções e lutando por elas.

OS TRABALHADORES DA FRIPORTUS OCUPARAM A FÁBRICA E EXIGEM O PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM ATRASO

A FRIPORTUS é uma empresa de Águeda que tem à volta de 80 trabalhadores. Fabrica estufas, material de aquecimento, convectores, cabinas de pintura, etc., que fornece em grande parte para organismos dependentes do Estado.

Desde há muito que se falava na «situação precária» desta firma, mas também desde há muito que constava que era mal administrada e que havia «despesas de representação» a mais...

Estivemos em Águeda e vimos nas paredes muitos cartazes, onde se denunciava a actual situação da FRIPORTUS. Os trabalhadores estão sem receber um tostão do mês de Dezembro, do 13.º mês e de Janeiro, o que não parece preocupar os administradores. Aliás, as relações administração - trabalhadores na referida empresa nunca foram famosas, conforme pudemos confirmar depois de uma visita à fábrica.

Quanto à falta de pagamento dos salários, pode ou não estar ligado, de facto, à situação de crise de certas empresas. A este propósito, a Comissão Concelhia de Águeda do nosso Partido, afirmava num comunicado de apoio à luta dos trabalhadores daquela empresa:

«A resolução dos problemas económicos portugueses no interesse das classes trabalhadoras, reveste-se de uma importância fundamental para o prosseguimento e consolidação da revolução democrática.

«É evidente que não se trata de um problema simples. Para além da pesada herança fascista, há que adicionar as grandes manobras do capital que, conjuntamente com processos de sabotagem económica procuram arrastar o País para o caos.»

E acrescenta:

«A Comissão Concelhia de Águeda, do Partido Comunista Português, reafirma o seu apoio à justa luta dos trabalhadores da Friportus, que ocupando as instalações daquela empresa desde há 4 dias, mais não fazem do que repudiar as atitudes inqualificáveis da administração que, por não ter nunca cumprido os acordos escritos que proclamou realizar, colocou os trabalhadores numa situação que, nesta altura, corresponde ao não recebimento do 13.º mês, mês de Dezembro e poucas perspectivas de recebimento do mês de Janeiro.»

Nas actuais condições de vida, não receber três meses de salários representa muito para o orçamento familiar de qualquer trabalhador. Por isso — e já fartos de promessas — os operários e operárias da FRIPORTUS paralisaram o trabalho e ocuparam a fábrica desde o dia 27.

A falta de pagamento dos salários tem sido a causa principal de várias paralisações já feitas anteriormente. O não cumprimento dos acordos efectuados entre os trabalhadores e a administração, na presença de delegados da Intersindical e do Ministério do Trabalho, levou os trabalhadores à conclusão de que a situação se estava a tornar insustentável e que havia necessidade de se pensar numa solução mais eficaz. Para isso se recorreu ao Ministério do Trabalho solicitando a intervenção do Estado na gestão da empresa, pois é o Estado o maior credor, e além disso pedindo o saneamento da actual administração. Até porque, para além de várias tentativas de desunião dos trabalhadores, incluindo ameaças e até difamações, estão comprovados casos de manobras que se inserem perfeitamente num processo de sabotagem económica.

Neste momento existe uma Comissão de Trabalhadores, além dos quatro delegados sindicais. A sua função é meramente executiva, pois todas as acções só são levadas à prática, depois de discutidas e aprovadas por todos os trabalhadores.

Estão a ser efectuadas diligências junto do Ministério do Trabalho, com o fim de ser concretizada a intervenção do Estado na gestão da empresa. Um delegado do Governo encontra-se já a estudar a situação da firma.

Entretanto, os trabalhadores da FRIPORTUS têm encontrado o maior apoio de todos os trabalhadores da região, mantendo-se na firme disposição de conduzirem a sua luta até à vitória.

À porta da fábrica, um cartaz anuncia:

«À administração:

SEM PAGAREM O QUE DEVEM AOS TRABALHADORES É FAVOR NÃO ENTRAR. CUMPRIMENTOS DA COMISSÃO DE TRABALHADORES, QUE AGRADECE A VOSSA AUSÊNCIA...»

A SITUAÇÃO NA METALÚRGICA DE CASTELO BRANCO

O patronato da Empresa Metalúrgica de Castelo Branco tem vindo a desenvolver esforços no sentido de desencadear na empresa uma crise que possibilite solucionar a situação à custa do despedimento em massa dos trabalhadores. A este propósito, a Comissão Concelhia de Castelo Branco do nosso Partido emitiu um comunicado intitulado «Alerta trabalhadores, aqueles que sempre vos exploraram pretendem agora lançar-vos na miséria», e no qual se afirma:

«Quando o patronato afirma que a situação deficitária é devida à falta de trabalho na secção metalomecânica, a razão é a de quererem superlucros levando para outras empresas do grupo, para acabamento, as peças fundidas na Metalúrgica de Castelo Branco.»

E mais adiante, o documento salienta: *«Os lucros não aparecem porquanto a Empresa Metalúrgica fornece material a preço de transferência para outras empresas do grupo, que os vendem a preços elevados. Os lucros entram nos bolsos dos patrões mas não nas contas da Empresa Metalúrgica.»*

E o comunicado do nosso Partido sobre a situação na Metalúrgica de Castelo Branco termina: *«Há que procurar os formas de luta adequadas ao momento. Há que reunir e, através da Comissão de Trabalhadores, demonstrar ao patronato que os trabalhadores têm uma palavra a dizer na resolução dos problemas da empresa. Há que manter a unidade e a coesão que o momento exige.»*

A LUTA NA NEFIL (GONDOMAR)

Após dois meses de luta, os trabalhadores da NEFIL, fábrica de mobiliário em Gondomar, voltaram ao trabalho com a promessa do Ministério do Trabalho de que as actividades dos dois gerentes que o pessoal quer ver afastados da empresa vão ser objecto de um inquérito, sem que aqueles permaneçam no local de trabalho. Assim, a administração voltará à fábrica e, na presença de um oficial do MFA, serão discutidas as reivindicações dos trabalhadores, que pretendem, além do saneamento efectivo dos dois gerentes, o pagamento integral do 13.º mês, o reconhecimento do direito de reunião dentro da empresa, o cumprimento rigoroso dos contratos colectivos de trabalho, a montagem de uma enfermaria e a reclassificação de categorias.

Negando-se a aceder às contrapropostas patronais, que visavam a suspensão dos gerentes em troca do despedimento de dois trabalhadores, chegou-se a um «impasse» nas negociações com a administração da NEFIL. Do «impasse» passou-se à autogestão da empresa durante dois meses, em que os trabalhadores viveram dia a dia a luta pelo direito ao trabalho. Dos 240 trabalhadores apenas 40 não aderiram, tratando-se de chefes, empregados de escritório e gerentes. Os trabalhadores da NEFIL, abrangidos por 7 sindicatos, aprenderam no decorrer destes árduos dois meses que a organização foi a arma mais eficiente na sua luta e um passo em frente para a vitória.

A VOZ DO PCP

Todas as 2.ªs-feiras

às 22 horas

no Rádio Clube Português

O PCP FALA PARA TI

ASSINA O "AVANTE!"

EMIGRANTES PEDEM O SANEAMENTO DOS CONSULADOS

Os emigrantes portugueses têm vindo a exigir o rápido saneamento dos consulados com vista a assegurar a realização das eleições num regime de absoluta liberdade. Hoje, transcrevemos um abaixo-assinado enviado por um grupo de portugueses em Franca e dirigido ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

«Numerosos portugueses, reunidos em St. Pierrex des Corps (Tours) vêm junto de V. Ex.ª manifestar a sua inquietação por ainda não terem sido tomadas em todo o País e no corpo consular as medidas de saneamento que se impõem para que tenhamos eleições verdadeiramente livres. Ao mesmo tempo, apoiamos todos os esforços com vista a manter e reforçar a unidade da classe operária e a aliança do povo com o MFA, reprovando a atitude daqueles que sob a máscara do «pluralismo sindical», consciente ou inconscientemente, servem as manobras divisionistas da reacção.

Nós queremos um povo unido dentro e fora do País. Apoiamos igualmente uma política deliberadamente antimoponolista, única via para libertar o país das dificuldades económicas em que ainda se debate, em resultado da pesada herança recebida do fascismo, mas devido também à sabotagem económica dos grandes capitalistas e dos grandes latifundiários.

A terminar, manifestamos a nossa confiança e o nosso apoio firme e decidido ao Governo Provisório e ao MFA.»

I CONFERÊNCIA NACIONAL UNITÁRIA DE TRABALHDORES

Culminando uma série de reuniões preparatórias, realizou-se no domingo, nas instalações do Instituto Superior Técnico, a Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, que, apesar de promovida pelo nosso Partido, se destinava a todos os trabalhadores portugueses, independentemente da sua opção partidária, pois, como frisaria o camarada Álvaro Cunhal, os interesses de um trabalhador comunista são os mesmos de um trabalhador não-comunista.

Destinada a recolher as experiências de luta dos trabalhadores e a apontar as soluções que estes prevêem para as empresas em situação difícil onde trabalham, a Conferência Nacional Unitária levou ao Instituto Superior Técnico cerca de mil trabalhadores e delegados de numerosas empresas, que durante o dia se distribuíram pelas treze secções de trabalho, analisando os assuntos específicos dos diferentes ramos de actividade.

A importância da contribuição da classe operária e dos trabalhadores em todos os aspectos da vida nacional, para a construção de um Portugal democrático é um facto que hoje ninguém pode pôr em dúvida. Deste modo, as soluções dos problemas económicos têm de ter em conta os interesses daqueles, pelo que não basta falar numa linguagem que aparentemente se preocupa com os anseios das classes trabalhadoras se, na prática, a acção não confirma os planos enunciados ou então vai mesmo ao ponto de os contrariar.

A existência de numerosas empresas em situação difícil, com gravíssimas consequências para centenas de milhar de trabalhadores ameaçados de desemprego e verificando-se na grande maioria dos casos a firme disposição dos trabalhadores para manterem ou porem as empresas a funcionar, desde que em benefício da própria classe ou do País, levou o Partido Comunista Português a ir ao encontro dos interesses destes trabalhadores, promovendo reuniões nos locais de trabalho ou a nível regional, preparatórias da Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores.

Com esta iniciativa, o nosso Partido pretendeu que fossem os próprios trabalhadores a indicarem as soluções que consideram justas e capazes de satisfazerem os seus interesses face a uma situação económica degradante, na maioria dos casos devido à sabotagem económica, gestão deficiente ou irregularidades de vária ordem, tanto mais que, face às diferentes situações existentes nas empresas, aparecem diversas sugestões de solução.

Entretanto, a realização desta Conferência veio comprovar mais uma vez, e apesar das calúnias postas a circular até por pessoas responsáveis, que o Partido Comunista Português procura as soluções de acordo com os interesses das classes trabalhadoras, como o confirmam as recentes iniciativas dos Encontros de Camponeses do Norte e do Sul e a Conferência Nacional dos Pequenos e Médios Comerciantes.

Um domingo de sol

A cidade ao domingo, acorda mais tarde e apesar do Sol radioso que brilhava, o movimento era escasso às nove horas da manhã. Por vezes, um eléctrico passava, mais lesto do que aos dias de semana, mas os passeios estavam vazios de gente e as paragens não faziam sentido.

Junto ao Instituto Superior Técnico já o ambiente era diferente. Grupos de pessoas encaminhavam-se para o edifício ou transpunham o portão lateral sobre o qual uma grande tira de pano branco indicava ser ali o local da Conferência Nacional Unitária dos Trabalhadores.

A sessão plenária que deu início aos trabalhos realizou-se no Salão Nobre do Técnico, onde se reuniram todos os trabalhadores e delegados das diversas empresas representadas. A mesa que presidiu era composta por alguns membros da Comissão de Iniciativa da Conferência, nomeadamente, Domingos Abrantes, membro do Comité Central do nosso Partido, Veiga de Oliveira, funcionário do Partido, Alice Gonçalves, da CAMODA, Estêvão de Matos Homem, da MUNDET, João Vítor, da SOCEL; Joaquim F. Alves de Carvalho, da PRECIX; Júlia Maria Pinheiro, da FRIANTARTICUS, Maria dos Anjos Covas, da TINTURARIA PORTUGÁLIA; Severino Falcão, da EMPRESA J. FRANCISCO DOS SANTOS; Américo Oliveira Pinto, da RABOR; Chambel Branco, da IMA; e Cândido Castro, da EMPRESA FABRIL DO NORTE; e ainda, em representação da DORL, Georgete Ferreira, do C. Central, Presentes também, Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, e Joaquim Gomes, do Secretariado do Comité Central.

Garantir a continuidade do nosso trabalho

Depois de saudar a realização da Conferência e as dezenas de milhar de trabalhadores ali representados, Maria Júlia Pinheiro, em nome da Comissão de Iniciativa, afirmou, ao dar início ao plenário:

«Estamos aqui reunidos, vindos de várias regiões do Norte a Sul do País, com a preocupação de contribuirmos para a resolução das graves dificuldades com que se debatem as empresas em que trabalhamos.

«Ao fazê-lo estamos a defender os nossos interesses vitais. Mas estamos também a defender os interesses da economia nacional e de todo o Povo Português.

«Como se sublinha no texto distribuído sobre as razões e os objectivos desta nossa conferência, a reacção, o capital monopolista, tudo faz para pôr em causa e impedir o alargamento das vitórias já alcançadas. Todos os meios lhe servem: manobras políticas e tentativas para dividir os trabalhadores, fraudes financeiras, tráfego de divisas, suborno e corrupção, etc.

«A experiência vem mostrando que, na importante frente revolucionária da defesa do direito ao trabalho e da economia nacional, o triunfo só será possível com base na unidade, na combatividade e na firmeza da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

«Por iniciativa do Partido Comunista Português realizaram-se várias reuniões em Lisboa, no Porto, em Vila Franca de Xira, em Loures, em Oeiras, no Seixal e noutras zonas, com representação de dezenas de empresas e dezenas de milhar de trabalhadores. Estas reuniões colocaram claramente a necessidade desta conferência.

«Com ela procuraremos determinar as causas mais frequentes do agravamento da situação, isolar os diversos tinos de irregularidades financeiras e administrativas, detectar, entre outras, as manobras de asfixia através dos preços e dos mercados.

«Com ela procuraremos estudar e propor as soluções mais convenientes a cada caso: o saneamento, o controlo da administração, a aplicação do decreto 660/74, a reconversão da empresa, a nacionalização, a formação de empresas mistas, a contribuição de cooperativas e outras previdências indispensáveis.

«Não serão simples medidas burocráticas que poderão suster o afundamento de centenas de empresas e a abertura de uma crise económica de consequências imprevisíveis. Só medidas propostas e defendidas na prática pelos trabalhadores poderão triunfar.

«Conhecer as nossas experiências e disposições, propor soluções que estejamos dispostos a defender, apurar conclusões e garantir a continuidade do nosso trabalho são as tarefas que dedicaremos o nosso dia e sintetizam os objectivos desta primeira reunião da Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, de empresas em situação difícil.»

Seguidamente, o camarada Álvaro Cunhal, numa breve intervenção, referiu-se ao encontro que iria ter lugar e que um dos objectivos da Conferência seria não apenas a declaração das soluções para cada empresa, mas a troca de impressões dentro do mesmo ramo e de todos os ramos afectados para se poderem encontrar, em conjunto, soluções nacionais para esses problemas.

Recordando que foi dentro desse espírito que o Partido Comunista Português promoveu o encontro e salientando a necessidade de cooperação estreita dos trabalhadores, o camarada Álvaro Cunhal salientou que, independentemente das ideias políticas ou credos religiosos, a intenção fundamental era estudar as situações das empresas em crise e onde a ameaça de desemprego era latente, e encontrar soluções para elas.

Afirmando depois que não há diferença de interesses entre os trabalhadores, o secretário-geral do Partido declarou que, por isso mesmo, na conferência o que devia estar presente era o estudo das causas da situação e a busca em conjunto das soluções que fossem do interesse de todos os trabalhadores.

Os trabalhadores nos bancos da escola

Logo após o camarada Veiga de Oliveira ter anunciado a divisão dos trabalhos por treze secções (Cerâmica e Vidros; Confecções e Correlativos; Construção Civil; Cortiças e Madeiras; Electrónica; Frio, Pesca, Conservas e Alimentos; Artes Gráficas; Hotelaria; Metalomecânicas; Química; Têxtil; Transportes; e diversos), correspondentes aos principais ramos de actividade e ter indicado as salas onde as reuniões se desenrolariam, houve um pequeno intervalo até às 10 e 30.

Aquela hora, nas salas ausentes de estudantes começaram então os trabalhos, com animados debates em que os delegados e os trabalhadores presentes expunham situações, esclareciam dúvidas de camaradas de outras empresas, referiam processos de luta ou apontavam soluções. E se algumas secções, como a Metalomecânica e a Construção Civil, mereceram uma assistência mais numerosa, até porque representam sectores de trabalho que empregam maior número de trabalhadores, o interesse e a animação com que decorreram as reuniões foram idênticas de secção para secção.

Perante os casos apresentados e a troca de experiências vividas, os trabalhadores que participaram puderam verificar a validade da sua união para melhor encontrarem soluções e fazerem frente às manobras do grande capital.

Das bombas às garrafas de gás

No pavilhão onde decorriam os trabalhos da secção Metalomecânica, a dada altura, um trabalhador da empresa ALUMÍNIA, cuja principal actividade é a fabricação de garrafas de gás para uso doméstico, apresentou o exemplo de que nos últimos tempos a produção diminuíra substancialmente enquanto a ALFA, em Guimarães, continuava a fabricar a um ritmo fora do normal. Referiu, ainda, que, segundo

Os camaradas Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes quando assistiam a uma das sessões. A Conferência de Trabalhadores foi também um convívio fraterno

CONCLUSÕES GERAIS

A primeira reunião da **Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores** realizada no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, no dia 2 de Fevereiro de 1975, com a representeção de 191 empresas englobando mais de 110 000 trabalhadores constituiu um enorme sucesso na luta da classe operária e dos trabalhadores portugueses pelo Direito ao Trabalho, na defesa da Economia Nacional.

As empresas representadas abrangiam um vasto grupo de ramos industriais e nomeadamente da Cerâmica, Vidros, Confecções e Correlativos, da Construção Civil, da Cortiça e Madeira, da Electrónica, de Frio, Pesca, Conservas e Alimentos, da Gráfica, da Hotelaria, da Metalomecânica, da Química, da Têxtil, dos Transportes e de diversos.

O trabalho das secções permitiu detectar, caso a caso, os aspectos mais importantes da situação actual; caracterizando a empresa, a natureza das dificuldades, a possibilidade de soluções, a atitude do patronato e a disposição dos trabalhadores para lutarem pelos seus direitos, evitarem o afundamento da economia nacional e assumirem as responsabilidades de direcção de que o patronato se demitiu, pelas suas posições antidemocráticas e antinacionais.

No seguimento das reuniões regionais, anteriormente efectuadas, a Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores permitiu recolher um enorme manancial de experiências que muito contribuirão para o desenvolvimento da luta contra as **causas da situação.**

Assim:

1.º

Ficou aprovado que, para recuperação das empresas em situação difícil e para barrar o caminho à sabotagem económica, as bases indispensáveis e determinantes são e serão a vigilância da classe operária e a luta unida dos trabalhadores em defesa do direito ao trabalho, contra os despedimentos, contra o encerramento das empresas.

2.º

Ficou comprovado que as causas da situação são fundamentalmente de origem interna: desvios de mais-valia para fins fora da empresa, má gestão, irregularidades e sabotagem económica, fuga das administrações.

3.º

A grande maioria das empresas representadas **tem viabilidade económica,** requerendo-se no entanto urgentes medidas de saneamento, de ajuda financeira e técnica, de reconversão, de métodos de administração, etc.

4.º

A intervenção do Estado terá de ser legislada e excercer-se tendo em conta, em primeiro lugar, a participação decidida e o apoio organizado dos trabalhadores; em segundo lugar, a sua inserção clara numa política antimonopolista conduzindo rapidamente ao «contrôle» do poder económico e à criação de um sector estatal da economia nacional que inclua as instituições financeiras e os principais sectores da produção.

5.º

A aplicação do Decreto-Lei 660/74 deverá ter em conta também, que, na maioria das situações, os mais capazes defensores dos dinheiros públicos e dos interesses dos trabalhadores e da empresa se encontrarão entre os próprios trabalhadores.

6.º

Em muitos casos, o reconhecimento de direito e da competência da **Comissão de Trabalhadores** para administrar a empresa por parte do Estado é à via segura e eficiente e que se impõe já na prática.

7.º

Em caso algum será aceitável que a intervenção do Estado e os dinheiros públicos venham a ser usados para proveito do patronato que levou as empresas à beira da falência e se recusa a adaptar-se à situação democrática que se deseja consolidar no nosso país. Para servir os interesses do povo português, para recuperar a economia nacional a classe operária e os trabalhadores manifestaram-se dispostos a trabalhar mais e a suportar mais alguns sacrifícios, mas recusam claramente que os seus esforços possam ser aproveitados pelo patronato, responsável da situação.

As conclusões das diversas secções de trabalho apontam um conjunto de soluções que importa transmitir aos órgãos competentes da Administração Pública.

A representatividade e o significado nacional desta conferência e a necessidade de dar continuidade ao esforço desenvolvido impõem e justificam largamente a transformação da Comissão de Iniciativa dando-lhe o carácter permanente que a resolução dos nossos problemas exige.

Assim este plenário decide:

1.º — Transmitir ao Primeiro-Ministro, a membros do Governo, ao MFA e a Partidos Políticos, as conclusões dos trabalhadores sobre as causas e as soluções da situação difícil que ameaça o conjunto da economia nacional.

2.º — Criar a Comissão Nacional de Trabalhadores para Defesa das Empresas na base da Comissão de Iniciativa alargada, com os seguintes objectivos:

a) Manter contactos com as Comissões de Trabalhadores das Empresas e organizar o estudo das situações caso a caso por forma a poder propor soluções adequadas.

b) Transmitir aos órgãos competentes do Estado as conclusões e propostas dos trabalhadores sobre os problemas das diversas empresas e ramos de indústria.

c) Promover junto do Governo e do MFA, a tomada de posições e medidas necessárias à defesa das empresas e da economia nacional.

d) Garantir uma informação adequada, nomeadamente ao nível da Imprensa Diária, da Rádio e da Televisão.

«A CLASSE OPERÁRIA ESTÁ PRONTA PARA O SOCIALISMO»

-afirmou Álvaro Cunhal na Conferência Unitária de Trabalhadores

Depois de termos ouvido os relatórios das comissões de trabalho e as conclusões, muito pouco tenho para dizer. Aquilo que poderia eventualmente pensar em dizer no início desta conferência, foi ultrapassado por todo o trabalho realizado pelas comissões, pelos operários e empregados das empresas aqui representadas e pelas conclusões a que chegaram. É significativo que seja a classe operária, que sejam os trabalhadores, os primeiros e os únicos a examinar atentamente a situação nestas empresas, a procurar e a apresentar soluções.

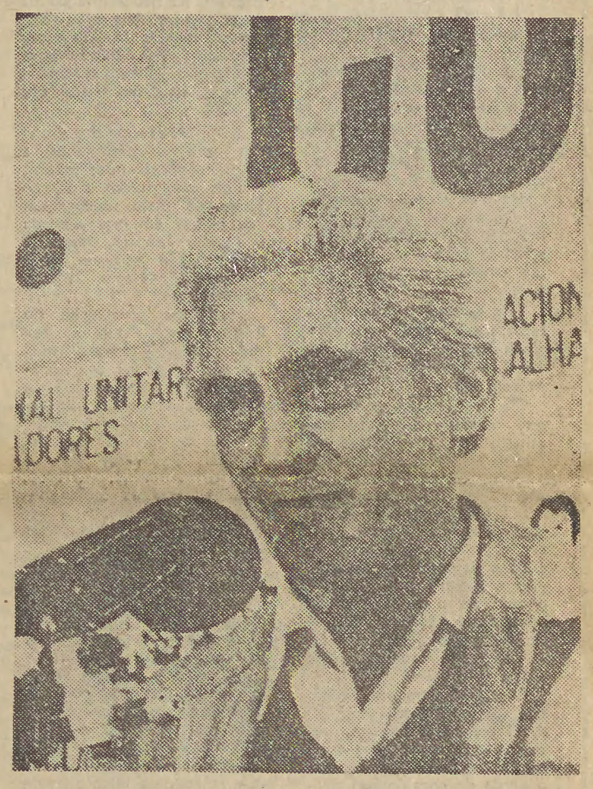
Não fizeram esse exame os monopólios e, se nas vésperas do 28 de Setembro, eles vieram dizer ao País que estavam prontos para investir milhões e milhões de contos, nós não vimos que tenham investido sequer um tostão. Pelo contrário. Aqui, foi demonstrado que tiraram das empresas mais valias, que não foram investidas na produção, mas levadas para bancos estrangeiros, para as suas fortunas pessoais e que deixaram as empresas sem recursos, os operários sem trabalho, a economia nacional arruinada. Esse foi o «estudo» que fizeram os monopólios, essa foi a «solução» que eles deram aos problemas.

Esse estudo e essas soluções, também não foram feitos, nem apresentados pelos partidos burgueses.

Foi preciso que se reunissem os trabalhadores para que a situação nessas empresas fosse estudada e para que soluções fossem apresentadas. Isto mostra, camaradas, o papel que desempenha a classe operária no Portugal de hoje, isto mostra que no nosso país não se pode construir um regime democrático, não se podem resolver os problemas nacionais sem a participação activa e criadora dos trabalhadores portugueses.

É necessário aprofundar e alargar o debate

As reclamações e propostas aqui apresentadas pelas várias comissões, as conclusões gerais da conferência são uma contribuição muitíssimo importante para a resolução dos problemas que afectam os trabalhadores e que afectam a economia nacional. Entretanto é necessário ainda aprofundar o debate, alargá-lo a outras empresas, ouvir a opinião de outros trabalhadores. Nesta conferência estiveram representantes dos trabalhadores de mais de 191 empresas que abrangem mais de 100 mil trabalhadores. É muito mas não é tudo. Será necessário que, depois desta conferência, o debate se alargue a outros sectores e que todos aqueles que nela participaram ouçam na base dos resultados da conferência a opinião dos trabalhadores de outros sectores da economia nacional.



No que respeita às causas, às situações, às soluções, o trabalho avançado nesta conferência será uma contribuição importante para que sejam tomadas as medidas necessárias para resolver os problemas que afectam a classe operária, afectam os trabalhadores em geral e põem em perigo a própria estabilidade económica e financeira do País.

Entretanto, camaradas, se no que respeita às medidas imediatas está claro para todos que é necessário tomá-las e com urgência, a conferência revelou alguma coisa mais. Revelou que os trabalhadores portugueses olham para os problemas da actualidade com uma perspectiva mais ampla. Se formos ver as conclusões das comissões, quase todas elas concluíram pela necessidade de nacionalizações. E não apenas nacionalizações. Foi ajuntado alguma coisa mais. Ou seja, que essas nacionalizações somente teriam sentido se fossem sob o «contrôlo», sob a direcção dos trabalhadores. Ora, isto, camaradas, é uma perspectiva de socialismo. E isto não foi apenas afirmado em relação a tal ou tal empresa em dificuldade, mas em relação a muito mais amplos sectores. Quer isto dizer que a classe operária está pronta para o socialismo.

Ser revolucionário é defender os interesses da classe operária

Isto é uma conferência unitária, estamos a falar de socialismo, muitos trabalhadores não são comunistas, mas na verdade o socialismo em Portugal há-de construir-se com o Partido Comunista. Atenção porém.

Não só para a construção do socialismo, mas mesmo para a construção da democracia, não somos os comunistas que sós poderemos realizar todas as reformas necessárias. Sozinhos não o conseguiríamos. Temos de estar unidos a todos aqueles trabalhadores, a todos aqueles portugueses que no fundamental têm os mesmos objectivos que nós. temos. A unidade é uma condição fundamental para a vitória da classe operária, para que possam ser alcançados todos os seus objectivos.

Aqui, camaradas, estudaram-se situações, propuseram-se soluções. Mas foi pena que não existisse uma secção de trabalho para estudar as experiências das lutas dos trabalhadores em defesa da sua situação, em defesa das suas empresas. Aqui estão muitos trabalhadores que participaram nessas lutas. As conclusões da Conferência e as soluções propostas não são apenas o produto do estudo, do exame feito pelos trabalhadores. São sobretudo o produto dos seus sacrifícios na luta nas empresas, o produto das suas privações, das suas experiências vividas, do seu heroísmo.

Pensam alguns que ser revolucionário é dizer palavras e fazer barulho. Mas nós vemos que ser-se revolucionário, neste caso, é defender as empresas, impedir que elas caiam, defender os interesses vitais da classe operária, e abrir para Portugal através dessa luta concreta a via da democracia e do socialismo. No atento exame que os trabalhadores aqui estiveram fazendo à luz do dia dando uma contribuição serena, sem demagogia, para que possamos resolver os graves problemas das empresas em dificuldade, os trabalhadores têm uma actuação revolucionária, efectivamente revolucionária, que não conseguem diminuir aqueles que escondidos cobardemente nas sombras da noite vieram pintar palavras insultuosas nos muros desta casa onde estamos reunidos.

Esta conferência culmina um longo trabalho e uma longa luta dos trabalhadores portugueses. A luta que culminou nesta conferência vai continuar certamente com novas formas. As conclusões aqui aprovadas, a continuação do trabalho da comissão, já não de iniciativa, mas uma comissão nacional alargada, os contactos estabelecidos, o aprofundamento das soluções propostas, a exigência de que essas soluções propostas pelos trabalhadores sejam tidas em conta pelas entidades responsáveis do nosso país, são o bom caminho para se conseguir a resolução das dificuldades que atravessamos.

Se nos mantivermos unidos, se fortalecermos as nossas organizações, se tivermos confiança no futuro é absolutamente certo, camaradas, que alcançaremos todos os objectivos que foram definidos na Conferência Nacional dos Trabalhadores Portugueses aqui realizada.

---

algumas informações, a CIDLA estava a mandar rectificar garrafas com 15 e 20 anos de existência quando o seu prazo de duração é de 10 anos, donde pode resultar uma situação grave para o público consumidor. Acrescentou ainda que a sua empresa tinha uma secção dedicada ao fabrico de louça de cobre, a qual era exportada quase na totalidade para os Estados Unidos. Entretanto, recentemente, as encomendas têm rareado pois naquele país há a convicção de que os comunistas é que mandam na empresa, donde decidiram cortar com as importações. Frisou ainda que recentemente não fora renovado o contrato existente com a MOLAFLEX para fabricarem armações metálicas para bancos de automóveis.

Entretanto, um outro trabalhador esclareceu aquele que a fábrica ALFA, que pertence à SACOR, tinha sido montada para fabricar exclusivamente bombas para o Vietnam e que em virtude do recuo do imperialismo e o fim da guerra naquele país houve a preocupação de reconverter a empresa, pelo que passou a produzir garrafas de gás.

Outro assunto largamente debatido foi a situação da fábrica de limas Duarte Feteira, em Vieira de Leiria, onde cerca de 95 trabalhadores lutam com uma situação económica catastrófica, tanto mais contraditória quando não há falta de mercados nem de rentabilidade, e tudo isto devido a uma má gestão propositada.

A Siderurgia Nacional

A Conferência que se efectuou no domingo foi o resultado de numerosas reuniões efectuadas nos locais de trabalho. Em todas se procurou ouvir dos trabalhadores as soluções que prevêem para as empresas em situação difícil. Como exemplo, recordemos a que se realizou na Siderurgia Nacional nos dias 25 e 26 de Janeiro, por iniciativa da Célula do PCP naquele local de trabalho e onde funcionaram cinco secções que se debruçaram sobre os seguintes pontos: produção; fábrica da Maia e ampliação da fábrica do Seixal; gestão; mercados e preços; condições de trabalho e segurança; organização e participação dos trabalhadores, saneamento e Serviço Cívico Estudantil.

Na proclamação aprovada pelos trabalhadores por aclamação refere-se o seguinte:

«Não se podem analisar e tentar resolver os múltiplos problemas que se levantam e levantarão sem atender à situação política, económica e social.

«Não faz sentido avançar para uma nacionalização se não se colocar a empresa ao serviço dos trabalhadores e das massas populares. Não faz sentido avançar para uma co-gestão se esta for realizada com o capital.»

Depois de recordar que a Siderurgia Nacional foi criada em 1955, com a concessão do exclusivo por dez anos, que mais tarde seria ampliado por mais quinze e que o alvará e as disposições subsequentes garantiram excepcionais condições de protecção o documento acrescenta:

«O investimento inicial de 2,6 milhões de contos (tendo os accionistas entrado apenas com 750 mil contos, elevados mais tarde para 847 mil), foi fundamentalmente financiado por obrigações do Estado e da Previdência. Mais tarde contraiu a Siderurgia Nacional, novos empréstimos junto do Banco de Fomento Nacional e da Caixa Geral de Depósitos. Uma das causas para a «prosperidade» da empresa é a de ter vivido de capitais alheios, públicos em boa parte, em condições altamente favoráveis.

«Atendendo a que hoje se pode calcular o seu valor em mais de 5 milhões de contos, podem os seus trabalhadores (produtores da riqueza) e os trabalhadores portugueses (que pagaram os investimentos sem deles retirarem qualquer lucro), perguntar: a quem serviu uma taxa de lucro superior a 15 por cento?»

Frisando que o futuro da empresa e o futuro da indústria do aço, em Portugal, tem de ser analisado correcta mas rapidamente e assim como urge ampliar a capacidade produtiva também importa colocá-lo ao serviço do Povo Português, a proclamação apela para a vigilância dos trabalhadores e a actuação do *poder político para defesa do futuro da empresa e do País* e esclarece:

«Antes do 25 de Abril, a amliação da fábrica do Seixal estava calculada em 12 milhões de contos. Antes do 28 de Setembro falou-se muito em 120 milhões de contos para criar empregos e riqueza (!), dos quais 18 milhões se destinavam à ampliação. Hoje, já não falam os grandes capitalistas nesses 120 milhões e no respectivo plano de desenvolvimento económico e social! Os 120 milhões desapareceram! Em contrapartida, afirma-se agora que a ampliação custará 36 milhões! O dobro da verba anteriormente apontada! Este valor é aproximadamente igual ao do «investimento total em capital fixo» em toda a economia portuguesa nos últimos anos!».

Colocar as empresas ao serviço do povo

O documento que atrás se transcreveu parcialmente é o exemplo de todo um trabalho preparatório que antecedeu a realização da Conferência Nacional Unitária.

Na secção de Metalomecânica, onde a assistência foi sempre numerosa (estiveram presentes 212 delegados de 42 empresas representando mais de 40 000 trabalhadores e enviaram relatórios mais 6 empresas representando cerca de 4000 trabalhadores) e não raro se ouviram propostas para os trabalhos continuarem numa data futura, os presentes concluíram que as causas fundamentais da precária situação de muitas das empresas resultam de desvios de mais-valia para fins estranhos às empresas, má gestão, o que sucede praticamente em todas as empresas analisadas, irregularidades e sabotagem económica e fuga e abandono por parte das administrações.

E mais adiante:

A propriedade da terra impõe obrigações económicas e sociais. Há empresários que cumprem a sua função, tanto no cultivo das terras como no tratamento dos gados. Esses exercem a sua actividade com a perfeita compreensão das necessidades do País. Terão de merecer o nosso respeito. Mas há quem assim não proceda. Há quem não esteja disposto ou não queira participar no desenvolvimento económico do País. Há quem não esteja disposto ou não queira participar na constituição de uma sociedade mais justa. Mas, para esses, está o Governo atento e vigilante, não deixando de adoptar, como já adoptou, as medidas previstas na lei.

O Governo já fez algumas intervenções. Outras estão em curso. E, devo declarar, que foram dadas instruções aos Serviços para que, sob a coordenação e acção dinâmica do Instituto de Reorganização Agrária, acompanhem e controlem toda a actividade do sector agrícola de forma que, sempre que necessário, o Governo tome as providências adequadas.

E esclareço: providências adequadas serão a nomeação de delegados do Governo; o arrendamento compulsivo ou a expropriação.

Estamos todos envolvidos — Governo, trabalhadores, empresários e técnicos — na grande tarefa de construir uma agricultura moderna e progressiva. Não é tarefa fácil. As dificuldades serão grandes. Tem de ser um trabalho de todos.

Contudo, segundo o parecer dos trabalhadores presentes, a grande maioria das empresas tem viabilidade económica, exigindo-se para algumas delas, a curto ou médio prazo, reconversão total ou parcial (caso do ramo automóvel e do material de guerra, por exemplo). Paralelamente concluiu a assistência, a curto prazo há a necessidade geral de medidas de saneamento, de ajuda financeira e técnica, de modificação dos métodos de administração e de intervenção sob todas as formas, inclusivamente pela aplicação do Decreto-Lei 660/74. Deste modo os trabalhadores estão firmemente decididos a colocarem as empresas em que trabalham ao serviço do Povo português, mas isto só é possível numa perspectiva política antimonopolista que conduza à criação de um sector estatal da economia nacional.

De entre as conclusões e sugestões apontadas ressaltam, entre outras, as seguintes: nacionalização da banca; realização de novas conferências tanto a nível distrital como por sectores industriais; necessidade de tomar medidas extremamente enérgicas e urgentes relativamente a saneamento, desvios de fundos, irregularidades económicas, financeiras e administrativas, boicotes, etc.; renunciar a todas as manobras capitalistas tentando transformar os pseudocapitalistas através de dádivas de quotas, participação na gestão e outras; saneamento no sector público; medidas para defender a produção nacional perante a importação de produtos desnecessários.

Acabar com parasitas e intermediários

Na secção de Frio, Pesca, Conservas e Alimentos, a opinião generalizada foi que as empresas são economicamente viáveis, pois existem matérias-primas, equipamentos e mercados. No entanto, no sector leiteiro foi atribuída à má organização (em que os sectores da produção cooperativa são dominados pelos grandes produtores) a actual dificuldade que se atravessa. No sector conserveiro, os participantes atribuíram à má estruturação das empresas (máquinas antigas, processos de produção arcaicos e não concorrenciais no mercado internacional) a estagnação em que vivem.

Nesta secção foram analisadas em pormenor algumas empresas, nomeadamente a NUTRIPOL a UCAL e a TRIANTARTICUS, verificando-se na primeira e na última o abandono por parte da administração e na segunda a não recolha de leite, desviando a produção para o mercado negro e, ainda, o aconselhar aos pequenos e médios produtores o abate das vacas.

Como forma de acabarem com intermediários e parasitas e fazerem valer os seus legítimos direitos de trabalhadores, estes propõem as seguintes soluções: intervenção financeira com «contrôle» estatal; gestão, por parte do Estado, quer através de gestores (técnicos) quer por delegados do Estado designados entre os trabalhadores; participação activa dos trabalhadores organizados democraticamente; responsabilização por parte do Estado somente pelos valores activos (o Estado não deve responsabilizar-se pelas dívidas); sindicâncias nalguns casos, com congelamento dos bens particulares dos administradores; programas de associação (cooperativas de produção, distribuição e consumo) e concentração de empresas concorrentes ou complementares, sob supervisão do Estado.

Nesta secção estiveram representadas seis empresas num total de 2000 trabalhadores e ainda o sector de actividade das conservas de peixe que congrega 14 000 operários.

Pois, pois!

Com 60 delegados presentes e 19 empresas representadas e que englobam cerca de 11 500 trabalhadores, a secção da Construção Civil manifestou uma concorrência sempre animada, tornando-se por vezes difícil entrar no anfiteatro onde decorriam os trabalhos. A empresa J. Pimenta, com cerca de 2000 operários e 400 trabalhadores dos serviços administrativos, foi a mais comentada. Referindo-se às irregularidades administrativas que ali se processaram, um dos trabalhadores presentes chegou mesmo a informar que a empresa tinha pago 36 contos por quatro fatos que o genro do proprietário mandara fazer.

Após a ampla discussão dos principais problemas que afectam o sector e constatando que as estruturas essenciais da construção civil ainda não foram adaptadas aos reais interesses do Povo Português e, em especial, aos trabalhadores do sector que são os mais directamente atingidos, os participantes concluíram que, face às irregularidades administrativas na maioria das empresas, a especulação na venda de terrenos e imóveis, originando uma limitação do mercado, o desvio fraudulento de mais-valias, em proveito próprio dos administradores, sabotagem económica e suborno originando um clima de tensão entre os trabalhadores e, consequentemente, a sua divisão, e a obstrução das autarquias locais e outros departamentos, e a resistência ao saneamento, com recursos a manobras que permitem transformar os elementos a sanear em sócios da empresa, se impõem medidas imediatas antimonopolistas propondo, entre outras, e para que se consigam as condições indispensáveis para a normalização urgente deste importante ramo da indústria nacional, as seguintes soluções: nacionalização, com «contrôle» dos trabalhadores, das indústrias de base transformadoras (cimento ferro, etc.); aplicação do Decreto-Lei n.º 660/74, com a devida reformulação, permitindo a sua concretização, de modo a garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores e da economia do País; cooperação das empresas do sector, no sentido do completo aproveitamento da capacidade produtiva destas empresas e dos terrenos urbanizáveis, sem utilização imediata; intervenção junto de alguns sindicatos ditos livres que, afastando-se dos verdadeiros interesses dos trabalhadores, criam divisões que só se traduzem em prejuízo destes; e fortalecimento da aliança Povo-MFA, única garantia do processo revolucionário em marcha.

Plenário final

Os trabalhos das secções terminaram pelas 16 e 30, realizando-se então novo intervalo, durante o qual a comissão de redacção se entregou à recolha das conclusões de cada secção para, a partir daí, elaborar as conclusões finais. Uma hora depois o plenário dos trabalhadores voltou a reunir-se no salão nobre e foram então lidas as conclusões das respectivas secções de trabalho, que não sofreram quaisquer alterações, e no final foram apresentadas à assistência as conclusões gerais, aprovadas por aclamação.

A criação de uma Comissão Nacional de Trabalhadores para Defesa das Empresas foi o aspecto de maior relevo enunciado nas conclusões gerais, tendo em conta que nos seus objectivos pretende manter contactos com as Comissões de Trabalhadores das Empresas e organizar os estudos das situações caso por caso, de forma a poder propor soluções adequadas, as quais serão transmitidas aos órgãos competentes do Estado, ao mesmo tempo que se promove junto do Governo e do MFA a tomada de posições e medidas necessárias à defesa das empresas e da economia nacional.

A Conferência encerrou com uma intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que publicamos noutro local.

A realização da Conferência Nacional Unitárias dos Trabalhadores foi um significativo passo no sentido de avançar na defesa dos interesses dos trabalhadores e do País. Outras iniciativas se irão seguir. Mas a determinação de todos os que participaram na conferência do Técnico, mostrou claramente que apenas estão dispostos a fazer sacrifícios desde que estes revertam a favor das classes trabalhadoras e do País e não para os grandes capitalistas, que até agora têm arrecadado os lucros à custa do esforço alheio.

Pois, como afirmava uma observação dos trabalhadores metalúrgicos: *Estamos dispostos até a «apertar o cinto», mas só o faremos se forem tomadas medidas reais e francamente socializantes.*

edições Avante!

NOVIDADES

UM MESMO COMBATE PCF-PCP	20$00
A FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA	8$00
O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO UMA POLÍTICA E UMA CONCEPÇÃO DO MUNDO	8$00
PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO (A Importância Mundial do Bolchevismo) V. I. Lenine	40$00
COM A UEC NAS ESCOLAS A REACÇÃO NÃO PASSARÁ	20$00
TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL Karl Marx	20$00
REVISTA INTERNACIONAL (n.º 4)	20$00
VII CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCP Intervenções, Saudações, Documentos	100$00
edição especial	300$00
PORQUE LUTAM OS COMUNISTAS	5$00
ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS — romance	100$00
CALENDÁRIO PARA 1975	25$00
PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP aprovados no VII Congresso (Extraordinário)	10$00
PROGRAMA DO PCP aprovado no VI Congresso (1965) (1.ª edição)	25$00
ESTATUTOS DO PCP aprovados no VI Congresso (1965) (1.ª edição)	5$00
PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP aprovados no VI Congresso (1965) (2.ª edição)	25$00
A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO NO MOMENTO ACTUAL Intervenção de Álvaro Cunhal no VII Congresso (Extraordinário)	10$00
RADICALISMO PEQUENO-BURGUÊS DE FACHADA SOCIALISTA por Álvaro Cunhal	40$00
SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS por Álvaro Cunhal	5$00
REVISTA INTERNACIONAL (n.os 1, 2 e 3)	20$00
NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ	5$00

Pedidos a EDITORIAL AVANTE! Av. Santos Dumont, 57-2.º
Telefs.: 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 — Lisboa

DECLARAÇÃO DE BEJA

Nós, os trabalhadores agrícolas do Distrito de Beja, reunidos em manifestação distrital no dia 2 de Fevereiro de 1975, em que estiveram presentes mais de 40 000 trabalhadores agrícolas, dirigimos ao Governo Provisório, ao MFA, aos partidos autenticamente progressistas, e a todo o País, a seguinte **Declaração:**

1.º — A situação no Baixo Alentejo é extremamente grave.

Habituados durante meio século a superexplorarem os trabalhadores agrícolas e a desfrutarem duma situação de autênticos senhores feudais, os grandes agrários alentejanos mostram-se inconsoláveis perante o desenvolvimento do processo democrático e manobram activamente para o regresso duma ditadura fascista a Portugal.

Não se trata de casos isolados, mas dum autêntico plano que os trabalhadores vêem desenvolver-se perante os seus olhos.

É o **desemprego em massa**, que nunca como este ano atingiu tal intensidade, e que se traduz neste momento no distrito de Beja em *cerca de 4000 homens e* 10 000 mulheres sem trabalho. Criar dificuldades, lançar os trabalhadores na miséria e na fome, desorientá-los e desuni-los, com vista a canalizar o seu descontentamento contra o Governo Provisório e o MFA, tal é o objectivo dos grandes agrários fascistas.

É a **sabotagem económica**, que se revela desde o 25 de Abril nas mais diversas formas: desde o incêndio ou a não colheita das searas; até à perda de considerável parte da azeitona que foi enterrada ou dada ao gado; até à realização de falsas colheitas como sejam os casos de adubação insuficiente ou sementeira de cevada e pastagens em terras de trigo; até à criminosa venda de gado para abate, particularmente fêmeas, ou a sua morte pela fome; até à transferência de máquinas e bens indispensáveis à produção; até à não realização de trabalhos agrícolas como, por exemplo, a poda de oliveiras, de sobreiros e azinho; até à manutenção de dezenas e dezenas de milhar de hectares não cultivados ou subaproveitados. Toda a sabotagem económica concorre num único objectivo: **diminuir a produção**, agravar os preços dos produtos agrícolas, deteriorar gravemente a situação económica do país, favorecer a instauração dum autêntico caos que facilite o golpe fascista que na sombra preparam.

Claro que os grandes agrários, através da sua associação, a ALA, procuram deitar poeira nos olhos do Governo e do povo de modo a disfarçar o seu sinistro plano. Falam em «diálogo franco e aberto com os Sindicatos Regionais dos Trabalhadores Agrícolas», em quererem «colaborar de facto na democratização do País», em «cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho».

Mas qual é o trabalhador que ignora que a realidade é exactamente a oposta, e que só a unidade e a dura luta da classe os tem obrigado a recuar?

«Diálogo franco e aberto»? Ou a mais arrogante, manhosa desonesta tentativa de ludibriar os trabalhadores e o seu Sindicato?

«Colaboração na democratização do País»? Ou a conspiração a todo o dia e a toda a hora contra a democracia, as reuniões fascistas nos montes e herdades isoladas, as ameaças e perseguições aos que pertencem ao Partido Comunista Português, a corrupção política, a sabotagem económica?

Ou a preparação da intentona do 28 de Setembro, em que a ALA chegou a envolver-se directamente com a marcação duma concentração de tractores em Lisboa no dia 29, dia que sonhavam constituir o da vitória do seu bem-amado regime fascista?

«Cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho»? Ou a sua violação constante, através da fuga ao pagamento das jornas mínimas estipuladas, do despedimento sem indemnização de trabalhadores efectivos, da realização de empreitadas e sobretudo da não aceitação de trabalhadores distribuídos pela Comissão de Técnicos nomeada pelo Governo para analisar o subaproveitamento das herdades caso por caso?

2.º — A atitude dos grandes agrários alentejanos a ninguém surpreende, porém.

Pois não foram eles, ao longo de meio século, um dos pilares em que acentou o regime fascista, tendo-se caracterizado sempre pelo ultra-reaccionarismo mais violento?

Hoje, na construção do Portugal novo estão interessadas classes (os trabalhadores, os pequenos agricultores, sectores antimonopolistas da população e cujos interesses são absolutamente opostos aos dos grandes latifundiários. O avanço de tal construção não é, portanto, possível com os latifundiários, pois continuam a ser eles os detentores do poder económico nos campos.

Sem a adopção de medidas antilatifundistas e antimonopolistas, isto é, de medidas de limitação com vista à liquidação do poder dos grandes agrários e capitalistas, não será possível resolver os grandes problemas do desemprego e da sabotagem económica e iniciar o caminho da realização de uma verdadeira Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha e que, portanto, altere inteiramente as condições de vida das classes laboriosas do campo (trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores).

Por isso, nós dirigimo-nos ao Governo Provisório, ao MFA, e aos partidos verdadeiramente progressistas que ainda recentemente no problema da Unicidade Sindical mostraram estar ao lado dos trabalhadores, para que sejam levadas por diante, quanto antes, tais medidas contra os latifúndios e os monopólios. E fazemo-lo com a profunda convicção de que os problemas imediatos que atingem os trabalhadores agrícolas, o desemprego e a sabotagem económica não poderão ser definitivamente vencidos sem tais medidas.

O proletariado agrícola alentejano tem atrás de si uma longa luta e uma experiência extremamente rica. Nas actuais condições políticos do nosso país, a aliança do povo com o MFA constitui uma **base decisiva** para o avanço das conquistas populares. Nós, os trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo, tudo faremos para o reforço de tal aliança, e disso não tenham dúvidas aqueles que desconhecem a unidade da nossa classe ou que sonham poder embarcá-la atrás de quaisquer frases sonoras desligadas da nossa luta concreta.

3.º — A luta dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja tem registado importantes vitórias desde o 25 de Abril, como foi o caso da assinatura da 1.ª e depois da 2.ª Convenção de Trabalho.

Há um mês e meio, e em face do agravamento da crise de desemprego, através do Sindicato demos início a uma nova e importante forma de luta: no caso de sabotagem económica ou de trabalhadores distribuídos por herdades pela Comissão de Colocação, nomeada pelo Governo e que os agrários se recusavam a receber, os trabalhadores deram início, por sua iniciativa, aos trabalhos agrícolas indispensáveis ao funcionamento normal dessas herdades.

Mais recentemente, a partir do dia 28 de Janeiro, vimo-nos na necessidade de generalizar esta forma de luta, e **todos** os trabalhadores desempregados existentes no distrito se dirigiram para as herdades subaproveitadas ou onde havia trabalhos agrícolas a realizar, e **começaram a realizá-los**, assegurando, assim, a produção. O Governo já tomou algumas medidas, e uma das primeiras herdades ocupadas foi arrendada compulsivamente, estando hoje a ser dirigida pelos trabalhadores. **Mas a resolução imediata do problema do desemprego e da sabotagem económica exige avanços imediatos nesta direcção. Muitas outras herdades devem ser arrendadas compulsivamente pelo Governo, pois não há direito que os grandes agrários as mantenham nas suas mãos.**

Os trabalhadores não se opõem a que, lá onde a mão-de-obra seja realmente excessiva para os trabalhos no campo, o Governo dê início à realização de obras públicas que a absorvem. **Mas entendemos que, em primeiro lugar, está o interesse da produção nacional, e que em todas as terras onde haja herdades subaproveitadas, os trabalhadores devem dedicar-se, em primeiro lugar, ao rápido desenvolvimento da produção agrícola, com o necessário apoio do Estado, para o efeito.** Doutra forma, o que se viria a verificar seria o programa por parte do Estado — isto é, de todos nós — de encargos que competem aos grandes agrários, sem qualquer vantagem do ponto de vista do aumento da produção agrícola nacional. Ou seja, manter-se-ia um procedimento que foi frequente no tempo do fascismo, e que muito contribuiu para o vergonhoso parasitismo dos grandes latifundiários e para a actual situação de atraso da agricultura.

Diz a ALA num seu comunicado recente que a agricultura não pode dar trabalho sequer àqueles qu esão habitualmente trabalhadores agrícolas.

Nós, os trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo, lançamos um desafio: eles que larguem as terras, que nós demonstraremos que não há braços a mais, e que muito, pelo contrário, eles serão poucos, para a obra de aproveitamento das dezenas e dezenas de milhar de hectares que estão incultos e subaproveitados, e para a criação de uma agricultura moderna e desenvolvida de que o nosso país precisa.

4.º — **A situação atingiu um ponto donde não é possível voltar atrás.**

Nós dirigimo-nos ao Governo Provisório, ao MFA e aos partidos que verdadeiramente têm estado ao lado da luta dos trabalhadores, como recentemente o demonstraram ao defenderem a unidade e a unicidade sindical, para que apoiem inteiramente a nossa luta.

Nós dirigimo-nos também a todo o Povo Português, a quem expomos a grave situação nos campos do Sul e a quem afirmamos a disposição dos trabalhadores agrícolas de dar uma contribuição decisiva para a liquidação do punhado de grandes latifundiários que dominam a terra e para a adopção de medidas conducentes à realização duma **Reforma Agrária** que, entregando a terra a quem a trabalha, possibilitará uma agricultura nova e desenvolvida ao serviço das classes laboriosas do campo e do Povo português.

NÃO AO DESEMPREGO E À SABOTAGEM ECONÓMICA!

VIVA A UNIDADE E A LUTA DO PROLETARIADO ALENTEJANO!

VIVA O SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE BEJA!

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORDES PORTUGUESES!

VIDA A INTERSINDICAL!

VIVA A ALIANÇA DO POVO COM O MFA!

GRANDIOSA MANIFESTAÇÃO POPULAR

TRABALHADORES RURAIS CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA E AS MANOBRAS DOS LATIFUNDIÁRIOS

No Centro do País, em terra de planícies, habitam portugueses cuja resistência ao fascismo ilustra páginas de coragem e abnegação à causa de todo um povo. No Centro do País, em pleno Alentejo, terra onde a sabotagem económica e uma seca devastadora não logram quebrar o ânimo, realizou-se, no dia 2 de Fevereiro, o que foi classificado como uma das mais impressionantes e importantes manifestações de trabalhadores após o 25 de Abril.

Cerca de 40 mil operários agrícolas, vindos de todos os pontos do distrito de Beja, confluíram para a cidade, onde se concentraram, pelas 15 horas, no Largo das Piscinas. Da multidão, os mesmos gritos uníssonos fizeram-se ouvir durante horas. Mais do que o clamor da gente alentejana, foi a expressão de todo um povo em luta pelo processo democrático que se verificou na cidade de Beja, no passado domingo. A manifestação fora convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, com o objectivo de apoiar o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório e de lutar contra o desemprego e a sabotagem económica provocados pelos grandes senhores da terra. O nosso Partido, o MDP e o MES apoiaram esta grandiosa demonstração da vontade popular em defesa dos seus direitos, que a reacção teima em espezinhar.

Mais uma vez, o povo alerta contra a sabotagem económica

O desemprego tem, ultimamente, alastrado no Alentejo. Com ele vem a fome atingindo milhares de famílias. Cerca de 4 mil homens e 10 mil mulheres vêem-se numa situação de braços parados. Os responsáveis são os mesmos que outrora exploravam e reprimiam.

Se a política fascista concentrou na mão de capitalistas e latifundiários as fontes de riqueza do País, estagnando a economia e levando as massas laboriosas a uma difícil sobrevivência, hoje os saudosistas do antigo regime, os mandatários do «Estado social» corporativo de Salazar e Caetano não hesitam em recorrer a todas as manobras a fim de conduzir o povo à fome, daí ao descontentamento generalizado, e o País à catástrofe.

Se muito se tem alertado contra a acção sabotadora da reacção, cujas consequências sobre a economia nacional são desastrosas, pouco se tem agido. A acção de alerta, de denúncia e de exigência de tomada de posições concretas mais uma vez partiu do povo. Erguendo-se, em massa, contra o boicote económico, o povo alentejano não está somente a defender o direito ao trabalho, está ainda e também a defender a situação democrática, derrotando as forças reaccionárias que tudo fizeram e mais farão para o voltar contra o Governo Provisório e contra o MFA. A aliança popular com o MFA mais uma vez se afirmou como um facto concreto, uma realidade palpável, sentida e assumida pelos 40 mil assalariados rurais que se manifestaram no passado domingo.

A exploração agrícola deve ser integralmente desenvolvida

«Avante pela reforma agrária», «Não ao desemprego», «Agrários sabotadores para a gaiola», «A terra a quem a trabalha», foram alguns dos «slogans» mais repetidos pela multidão.

Falando do cimo de uma camioneta, dirigentes sindicais e mebros do Governo foram escutados com entusiasmo e confiança.

O primeiro orador, José Baptista Mestre Soeiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, que agrupa 25 mil associados e engloba 48 mil trabalhadores inscritos, saudou o MFA e os partidos progressistas que exigiram a unicidade sindical proposta na lei. Situando a sabotagem dos grandes agrários como resposta política da reacção à ordem democrática instaurada com o 25 de Abril, José Soeiro apresentou as resoluções aprovadas na Assembleia distrital de delegados do Sindicato realizada a 26 de Janeiro.

Nessa assembleia deliberou-se que todos os trabalhadores em situação de desemprego sejam distribuídos imediatamente pelas propriedades subaproveitadas ou incultas, de modo a dar-se início aos trabalhos agrícolas já em atraso, em algumas regiões. Sobre a possibilidade da mão-de-obra rural ser absorvida em obras públicas, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja afirmou, em nome dos trabalhadores, que estes aceitam esta hipótese com a condição de serem, em primeiro lugar, colocados na agricultura, de modo que a exploração agrícola se desenvolva integralmente.

Um importante documento de análise à situação do Alentejo, «Declaração de Beja», que reproduzimos na íntegra e que se destina a ser enviada ao Governo Provisório, ao MFA e aos partidos autenticamente progressistas, foi lido por Manuel Godinho Tagarroso, director do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja. A multidão reagiu entusiasticamente, aprovando veementemente o documento que reflete a dura realidade sofrida pelos trabalhadores alentejanos neste momento e entoando «slogans» como «O Povo está com o MFA» e «O Povo e o MFA a vitória alcançarão».

Expropriações e arrendamento compulsivo entre as medidas do Governo

Existe desemprego no nosso país. É um mal, é um cancro que temos de eliminar. Falta de trabalho é fome, é doença. É miséria que atenta contra os princípios de uma sociedade, que se diz cristã. Mas é, ainda, a recusa de uma sociedade que se diz civilizada, de conceder aos homens o direito inalienável ao trabalho.

Cada um de nós, qualquer que seja a sua posição, tem o direito de ter trabalho. A cada um tem de ser dada a possibilidade de ganhar a sua vida através da sua participação efectiva no processo produtivo. Esta é a orientação do Governo, que considera como tarefa essencial o combate ao desemprego.

Com estas palavras ansiosamente escutadas pela multidão, o secretário de Estado da Agricultura, Esteves Belo, iniciou a sua intervenção, na qual, analisando o Programa do MFA, cujo objectivo prioritário é garantir aos portugueses um elevado e estável nível de emprego, declarou:

«Um objectivo em que todos temos que participar. Tudo fará o Governo. Tudo terão de fazer os empresários. Há que dinamizar a nossa actividade económca. Há que criar riqueza. Temos que aproveitar todos os recursos nacionais.

O Governo concretizará um plano de investimento que dará origem à criação de postos de trabalho. E os empresários, industriais ou agrícolas, conscientes da sua função e das suas responsabilidades também terão de concretizar os seus empreendimentos e expandir as suas actividades, para que a mão-de-obra disponível seja ocupada, para que haja acréscimo de riqueza e para que as largas camadas da população, particularmente os trabalhadores, tenham melhores condições de vida.

Estas acções não poderão deixar de ser cumpridas. Constituem a base indispensável para que o País se recomponha de toda a errada e nefasta política do regime anterior em que os homens e os dinheiros da colectividade eram postos ao serviço da guerra colonial. Agora, há que fazer um esforço tremendo para a grande obra de reconstrução nacional em que todos os portugueses terão de participar, qualquer que seja a sua posição.

No campo agrícola, terei, em breve, oportunidade de esclarecer, após a divulgação do Plano Económico e Social, o programa de acção e as directrizes de política agrária aprovadas pelo Governo. No entanto, em face da situação de desemprego rural alentejano, entendo que desde já devo anunciar algumas medidas que considero importantes para se conseguir o acréscimo da produção agrícola nacional e para proporcionar emprego aos trabalhadores rurais. O País tem necessidade de importar grandes quantidades de produtos agrícolas e pecuários para dar satisfação às necessidades do consumo nacional. As nossas importações do estrangeiro atingem milhares de contos. Por outro lado, nem sempre há garantias de fornecimento. É um problema grave que nos preocupa e nos atinge a todos. Assim, não se pode admitir que haja terras incultas ou mal aproveitadas e trabalhos por realizar. Todas as terras terão de ser devidamente trabalhadas para criar riqueza.

CONT. NA PÁG. 7

LÊ • ASSINA • DIVULGA

a opinião

REDACÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418

Avante!
ASSINATURAS

TABELA DE PREÇOS — 50 NÚMEROS

CONTINENTE E ILHAS
Via normal (superfície) ..... 180$00 ☐
Via aérea ..... 240$00 ☐

ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR
Via normal (superfície) ..... 190$00 ☐
Via aérea ..... 570$00 ☐

ESPANHA
Via normal (superfície) ..... 190$00 ☐
Via aérea ..... 270$00 ☐

RESTANTES PAÍSES EUROPEUS
Via normal (superfície) ..... 320$00 ☐
Via aérea ..... 430$00 ☐

GUINÉ-BISSAU
Via normal (superfície) ..... 190$00 ☐
Via aérea ..... 570$00 ☐

BRASIL
Via normal (superfície) ..... 190$00 ☐
Via aérea ..... 630$00 ☐

RESTANTES PAÍSES
Via normal (superfície) ..... 320$00 ☐
Via aérea ..... 730$00 ☐

NOTA: Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio.

CONT. DA PÁG. 6

Passando a concretizar algumas das directrizes da política agrária do Governo, Esteves Belo informou:

Por isso, decidiu o Governo que, nas terras de regadio ou aptidão para o regadio, o Estado realize expropriações para além de uma certa área. A expropriação das terras pelo Estado só será feita aos grandes proprietários do regadio. Os pequenos e médios proprietários manterão a posse da sua terra e ser-lhe-ão concedidos os apoios para desenvolverem a sua actividade. As terras expropriadas serão administradas pelo Estado e nelas será realizada uma acção de intensificação cultural com o fim de se obterem maiores produções. Teremos, pois, nessas terras mais trabalho e mais riqueza para benefício da colectividade.

Nas zonas de latifúndio serão impostas obrigações aos proprietários ou empresários rendeiros das explorações de maior dimensão. O Estado, consoante os casos, procederá ao arrendamento compulsivo ou fará a expropriação das terras que não sejam devidamente cultivadas. O Estado também poderá arrendar compulsivamente as terras cujos empresários não cumpram as convenções colectivas de trabalho ou outras obrigações sociais para com os trabalhadores e reconhecidas por lei.

Estas medidas constituem um grande passo no caminho da reforma agrária que todos em conjunto teremos de percorrer. É um avanço considerável. Estão, assim, criadas as condições para se assegurar a mais justa e mais racional utilização do património agrícola, pecuário e florestal do País.

E a terminar, o secretário do Estado da Agricultura salientou:

Foram os trabalhadores rurais alentejanos aqueles que mais sofreram com o fascismo. Já o disse. Mas foram também eles, aqueles que mais lutaram e que mais o combateram. Por isso, hão-de ser eles que, com a sua consciência forjada na luta, tudo farão para que, em estreita adesão com o Governo Provisório e as suas leis, seja consolidada a democracia no nosso País.

Esteves Belo foi, por diversas vezes aplaudido com vibração pelos manifestantes, nomeadamente quando enunciou as medidas de intervenção governamental, as quais correspondem a legítimos anseios das massas trabalhadoras do Alentejo e que esperam ver aplicadas de modo imediato e eficaz.

«A terra tem de ser dada a quem trabalha!»

Após Ventura Afonso, trabalhador agrícola de Serpa, ter feito um apelo para que todos os trabalhadores compareçam à Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, que se realiza, em Évora, no próximo domingo, dia 9 de Fevereiro, falou Carlos Carvalhas secretário de Estado do Trabalho. Começou por saudar «os valorosos, os bravos, os resistentes trabalhadores do Baixo Alentejo, que na longa noite do fascismo deram provas de uma luta dura para a democracia, para a independência nacional». Continuando, disse:

A situação económica que herdámos é das piores. Os problemas da descolonização, a crise do sistema capitalista a nível mundial, a nossa própria crise interna económica, criaram graves dificuldades ao Governo Provisório e os principais obstáculos ao desenvolvimento económico são, no plano social-económico, os grandes monopólios e os grandes agrários, que tudo têm tentado para sabotar e impedir o avanço com o objectivo claro de criar fracções importantes da população com o descontentamento, para, assim, sustentarem uma base material da contra-revolução. Mas os trabalhadores unidos e organizados já o provaram no 28 de Setembro e têm-no provado no dia-a-dia de que a reacção não passou nem passará. E aqueles que em nome de falsas liberdades — prosseguiu — têm procurado dividir o povo trabalhador têm aqui, hoje, a resposta de quem está unido e de quem sabe o que quer.

Amigos: como é que se pode compreender que haja desemprego em Portugal, se há tanta coisa para fazer? Amigos: como é que se pode compreender que haja desemprego no Alentejo se ao lado dos trabalhadores desempregados há centenas de hectares inaproveitáveis e subaproveitados? Como se pode compreender que são aqueles que trabalham os que têm fome e aqueles que não trabalham, os absentistas, são os que vivem na abundância e no desperdício?

Aplaudido com grande calor, Carlos Carvalhas pôs em relevo a necessidade de o Governo avançar decididamente no plano económico, consciente de qual é a sua direcção de luta principal, que terá de ser conduzida contra os grandes agrários e os monopólios, terminando com palavras que encontraram um forte eco entre a multidão:

O Governo e os trabalhadores terão de levar à prática, mais tarde ou mais cedo, hoje ou amanhã, mas o mais breve possível, a consigna durante a manifestação repetida até à saciedade: que «a terra tem de ser dada a quem a trabalha».

O comandante do RI 3, tenente-coronel Candeias, falando em nome do MFA, emocionou a multidão ao declarar: **O MFA está com o Povo,** como resposta ao «slogan» popular: **O Povo está com o MFA.**

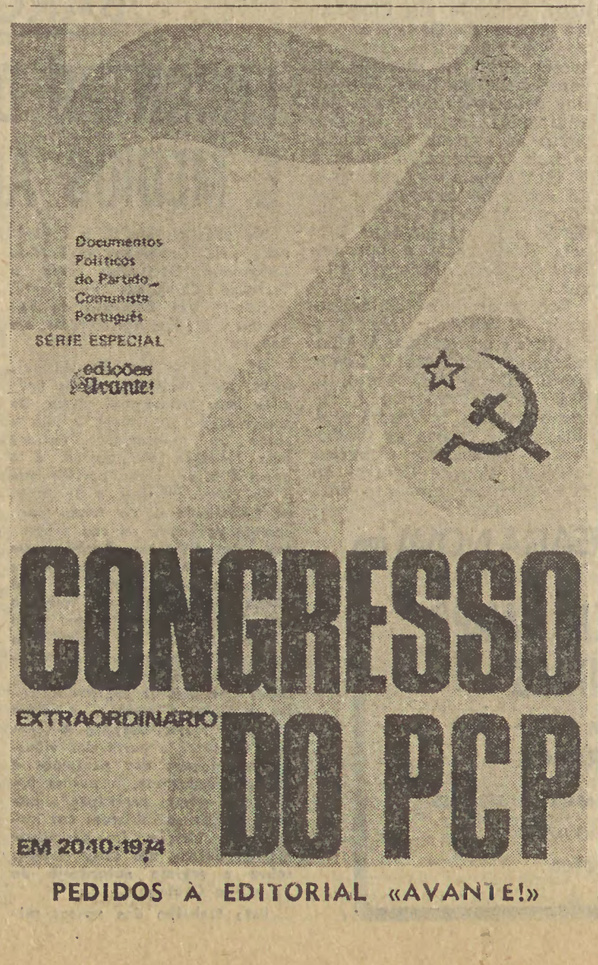
O major Brissos, governador civil de Beja, encerrou a sessão pública assinalando o papel da classe trabalhadora na discussão dos graves problemas que assolam o Alentejo e salientando a **inesquecível unidade do Povo com o Governo.**

Como uma manifestação de esperança, a multidão percorreu as ruas da cidade de Beja durante horas, erguendo os cartazes e bandeiras e expressando a sua confiança em que medidas decididas serão tomadas no sentido de salvaguardar os interesses dos trabalhadores alentejanos, que coincidem com as aspirações do Povo Português e a defesa do processo democrático.

REVISTA INTERNACIONAL

N.º 4

- O Partido Marxista-Leninista da Nossa Época
- A Aliança do Sistema Socialista Mundial
- Baluartes do Socialismo
- Aspectos Ideológicos do Diálogo com os Crentes
- 1975: Ano Internacional da Mulher
- Áustria: A Social-Democracia e a «Colaboração de Classes»
- URSS: A Realização da Política Agrária Leninista
- RDA: 25 Anos de Socialismo
- América Latina: Por uma Política Externa Independente
- A Vida dos Partidos Comunistas e Operários
- Livros e Revistas



DOMINGO, EM ÉVORA

CONFERÊNCIA DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO SUL

Face à «política de terra queimada» que os latifundiários estão a desenvolver no Sul do País, nomeadamente em terras do Alentejo, impõe-se cimentar a organização dos trabalhadores agrícolas a todos os níveis.

Este um dos motivos que torna particularmente importante a realização da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, a realizar em Évora no próximo dia 9, sob iniciativa das organizações regionais do nosso Partido nos distritos de Évora, Beja, Portalegre, Santarém, Setúbal e Faro.

Em conferência de Imprensa, efectuada no dia 4 de Fevereiro, no Centro de Trabalho em Alcântara, foi divulgado o plano de trabalhos desta conferência, que funcionará com as seguintes secções:

SECÇÃO I

DESEMPREGO E LUTA CONTRA O DESEMPREGO; SABOTAGEM ECONÓMICA

— Despedimentos e desemprego; as mulheres e o desemprego; a juventude e o desemprego;

— Formas de luta contra os despedimentos e o desemprego;

— Sabotagem económica: terras incultas ou mal exploradas; perda de produção (searas não ceifadas ou incendiadas, azeitona enterrada ou dada ao gado, tomatais desprezados, morte do gado pela fome, etc.); diminuição da produção (cortiça por triar, venda dos efectivos pecuários, particularmente animais reprodutores, etc.); não realização de trabalhos agrícolas indispensáveis à produção (limpezas, limpezas de árvores, despedrega, etc.); diminuição da área das colheitas, esvaziamento de albufeiras, falsas colheitas (pastagens em terras de trigo, adubações insuficientes, etc.).

SECÇÃO II

SINDICATOS, CONTRATOS COLECTIVOS DE TRABALHO E LUTA PELO SEU CUMPRIMENTO

— Experiências de organização dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas; direcção, assembleias e delegados sindicais; estatutos; a participação dos jovens e a defesa dos interesses da juventude rural;

— Contratos Colectivos de Trabalho; âmbito, duração, jornas e outras condições de trabalho, férias e outras regalias, etc.; experiências de negociação de Contratos Colectivos de Trabalho;

— A luta pelo cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho.

SECÇÃO III

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA; CONDIÇÕES DE VIDA NOS MEIOS RURAIS

— Assistência médica e medicamentosa na doença e na maternidade; qualidade dos serviços médicos e de enfermagem;

— Subsídios de doença, casamento, nascimento de filhos e por morte; abono de família; valor das reformas e idade de reforma; reforma por invalidez; subsídio de desemprego;

— Seguro contra acidentes no trabalho; subsídio de desemprego;

— Condições de vida nos meios rurais: água, electricidade e saneamento; meios de comunicação; cooperativas de consumo; ensino primário, secundário, técnico agrícola, para jovens e adultos; bolsas de estudo; prática desportiva; actividades culturais e recreativas; a juventude e os tempos livres; postos médicos e de enfermagem.

SECÇÃO IV

REFORMA AGRÁRIA QUE ENTREGUE A TERRA A QUEM A TRABALHA (latifúndios, baldios)

— As condições de vida dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores e a grande desigualdade na divisão da propriedade;

— Os grandes latifúndios agravam a crise da agricultura;

— A Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha: a expropriação dos grandes latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas; a restituição ao povo de terras baldias ou outras usurpadas; a entrega aos assalariados rurais e aos camponeses pobres das terras expropriadas, e a modalidade da sua exploração (cooperativas, exploração directa pelo Estado, etc.); a melhoria das condições de vida dos trabalhadores agrícolas; o auxílio do Estado aos pequenos agricultores; a criação de uma agricultura progressiva e florescente, ao serviço das classes laboriosas dos campos e de todo o povo português.

A conferência, que está aberta a todos os trabalhadores agrícolas, que desejam participar na discussão e resolução dos seus problemas, não significa qualquer adesão ou compromisso de aderência ao Partido Comunista. Independentemente da ideologia, é a condição comum de trabalhadores explorados atingidos pelo desemprego e pela sabotagem económica, que aproximará os participantes na busca comum de soluções concretas.

Este, o conteúdo que se pretende dar à realização da Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, expresso pelos camaradas António Gervásio, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve, Américo Leal, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Setúbal, Diogo Velez, da Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve, António Abalada, da Organização Regional do Oeste Ribatejo, e Manuel Tagaroso, dirigente sindical de Beja, presentes na conferência de Imprensa.

O entusiasmo que esta realização está a suscitar nos distritos do Sul faz prever uma larga participação dos trabalhadores. Em muitas zonas, encontram-se esgotados os meios de transporte, havendo, casos em que a deslocação se fará em tractores. A importância dos temas a discutir e a sua incidência no presente e no futuro dos trabalhadores permite encarar a I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul como um acontecimento de grande mobilização popular.

PROBLEMAS DOS AGRICULTORES EM VILA REAL

Muitos produtores de batata de Vila Real, que trabalham a sua própria terra, não têm conseguido compradores para as batatas, tendo-as armazenadas em suas casas, em riscos de apodrecer, a não ser que as queiram vender a preços reduzidíssimos que não pagarão sequer os preços de produção.

A este propósito, a Comissão Distrital de Vila Real do PCP tornou público um documento no qual se pronuncia sobre este problema, e no qual se afirma a determinado passo:

«Temos conhecimento da decisão do Governo relativa ao distrito da Guarda que determinou a abertura dos armazéns da Junta Nacional das Frutas para a recolha de toda a batata existente, estando já abertas as inscrições para os lavradores que quiserem vender a batata à Junta, pelos preços de 2$90, 3$10 e 3$30, conforme a sua qualidade. A Junta tem, no distrito de Vila Real armazéns que estão fechados e sem serem utilizados.»

E a Comissão Distrital de Vila Real do nosso Partido conclui: *«Achamos urgente que medidas idênticas sejam tomadas relativamente ao produtor de batata deste distrito. É urgente dar respostas imediatas aos problemas e que vão de encontro à vontade, às justas aspirações dos pequenos e médios agricultores.»*

CONTRA A PLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS

A exagerada plantação de eucaliptos na região de Nisa tem vindo a alarmar as populações, uma vez que as consequências dessa plantação são nocivas ao bem-estar da população, além de constituir entrave a outras culturas muito mais rentáveis.

Assim, no sítio da Amieira, as plantações de eucaliptos secaram completamentamente as nascentes de água, havendo somente água de 8 em 8 dias, durante duas horas. Por outro lado os trabalhadores agrícolas não têm trabalho, uma vez que mais de metade das terras estão plantadas de eucaliptos e a sua exploração encontra-se nas mãos de três companhias. Anteriormente, essas terras já deram boas searas de trigo e nelas se criaram muitas centenas de cabeças de gado, o que agora é impossível. Para além disso a plantação dos eucaliptos motivou que se arrancassem milhares de oliveiras.

Na freguesia de S. Mateus, metade das terras estão plantadas de eucaliptos, enquanto que a outra metade se encontra para ser plantada.

Esta situação prejudica gravemente 109 pequenos agricultores, que correm o risco de ficarem sem água.

A mesma situação se verifica nos lugares de Tolosa e Arez.

A Comissão Concelhia de Nisa do nosso Partido já enviou ao governador civil de Portalegre uma exposição sobre o facto que ameaça dar origem à falta de água, pão e trabalho.

BAIXO ALENTEJO

ENCONTRO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Convocado pelo nosso Partido, realiza-se no próximo dia 16 de Fevereiro, o I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo. O Encontro, que decorrerá em Beja, na Escola Industrial e Comercial, à semelhança das reuniões com camponeses efectuadas no Norte e no Sul, não implica qualquer adesão ao nosso Partido. Não é de mais insistir no facto de que este trabalho que o Partido vem desenvolvendo junto das massas camponesas tem como único objectivo a comunicação viva com aqueles que têm sofrido os efeitos da política fascista, do domínio feudal dos grandes senhores da terra e da sofreguidão do grande capital monopolista.

Ouvir os camponeses, colher a sua experiência, transmitir-lhe a nossa e encontrar na discussão colectiva a solução para os problemas que se verificam no sector agrícola é uma linha de orientação sempre afirmada pelo nosso Partido. No VII Congresso Extraordinário do nosso Partido, realizado a 20 de Outubro de 1974, o camarada Blanqui Teixeira, membro do Comité Central, salientou «que a realização dos objectivos do nosso Partido passa forçosamente pela resolução dos problemas da terra e de todos os que nela trabalham». Esses objectivos são a conquista da liberdade e da democracia, de independência nacional, da paz, do socialismo. E não poderão ser alcançados sem a participação massiva das massas laboriosas do campo no processo democrático.

A preparação do Encontro cabe aos camponeses

Em comunicado da Comissão Organizadora do nosso Partido do I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo, diz-se:

A sociedade mais justa que os pequenos agricultores anseiam para o meio rural terá de ser obra dos próprios camponeses, da sua luta, da sua capacidade de organização, da justeza e da força com que possam debater amplamente os seus problemas e exigir a satisfação das soluções que encontrarem.

Este Encontro poderá ser um passo importante na luta justa dos agricultores explorados no caminho que todos teremos de percorrer pela consolidação da democracia e pela instauração em Portugal de um regime decisivamente voltado para os interesses das classes produtoras.

A Comissão Organizadora do I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo apela para todos os pequenos e médios agricultores para que nas suas freguesias, nos seus concelhos, se reúnam em amplas assembleias para discutirem os problemas a apresentar no Encontro e para procurarem as respectivas soluções. Igualmente se apela para os camponeses se organizarem no sentido de assegurarem transporte em qualquer meio, inclusive excursões, para que o maior número possa estar presente em Beja no domingo, dia 16 de Fevereiro.

O Encontro funcionará com secções e terá os seguintes temas para debate:

I — Contribuição e Impostos. Apoio técnico e financeiro.

II — Arrendamento rural. Baldios. Estruturas fundiárias. Reforma Agrária.

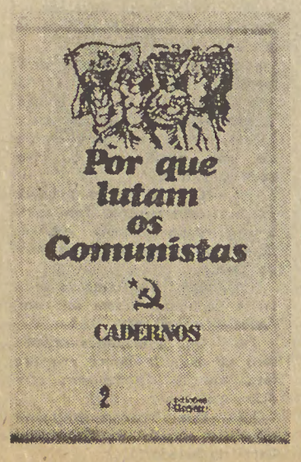
III — Política de Preços. Pecuária.

IV — Ligas dos Pequenos Agricultores. Grémios da Lavoura. Herdades do Estado. Cooperativas.

V — Previdência Social.

O Encontro iniciar-se-á com um plenário pelas 10 horas do dia 16 de Fevereiro, procedendo-se à divisão por sessões que funcionarão até às 17 e 30 efectuando-se depois o plenário de encerramento.

Tal como outras reuniões com camponeses, espera-se que este I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo constitua uma grande jornada de trabalho colectivo.



MEDALHA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

à venda nos Centros de Trabalho

NOVIDADES

COLECÇÃO HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DO DESPORTO

«OS COMUNISTAS E O DESPORTO»

de P. Laurent, R. Barran, J.-J. Faure

Esc. 40$00

COLECÇÃO PARA TODOS

«UNICIDADE SINDICAL»

Esc. 7$50

PRELO EDITORA — R. da Misericórdia 67 2.º-Esq LISBOA

PROBLEMAS REGIONAIS APRECIADOS EM ASSEMBLEIA PELO POVO DE SINES

Convocado por um numeroso grupo composto por representantes de partidos políticos de maior desenvolvimento organizativo no concelho, por elementos pertencentes a delegações sindicais, da Liga dos Pequenos Agricultores, representantes das autarquias locais, do desporto, dos pescadores, dos trabalhadores da construção civil, da UEC, das mulheres, realizou-se em Sines, uma assembleia do concelho para discutir os problemas económicos e sociais de maior interesse para a região.

Esta assembleia que teve lugar no Cine Teatro Vasco da Gama, com a presença de cerca de 1500 pessoas, que se fizeram acompanhar de inúmeros cartazes em que se lia «COM O MFA» «FIM AOS MONOPÓLIOS», «NACIONALIZAÇÃO DA BANCA», «FIM ÀS TERRAS INCULTAS», «POR UMA ASSISTÊNCIA CAPAZ», «PELA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA HABITAÇÃO» foi o seguimento de reuniões como a dos camponeses em S. Torpes, dos pescadores e de reuniões em várias empresas que actuam nos trabalhos do complexo industrial da área de Sines.

No palco da sessão via-se a bandeira nacional e, a todo o comprimento do palco, um cartaz com a inscrição «Com o MFA — Contra os monopólios. Por um Portugal Livre».

A assistência, que desde o início seguiu atenta a exposição de vários elementos do grupo organizador sobre os problemas da habitação, da previdência e assistência da cultura e desporto, das mulheres, dos pescadores, do sector agrícola e sobre o momento político, tributou aos oradores calorosas ovações de palmas, manifestou-se de forma expressiva pela aliança com o MFA e aprovou sem reservas as várias conclusões sobre os problemas económicos e sociais apresentados.

A assembleia elegeu uma Comissão (que poderá ser alargada) para dar seguimento às conclusões tomadas, pronunciou-se pela oportunidade da realização duma assembleia distrital e aprovou, por unanimidade e aclamação, as seguintes moções:

Ao Governo Provisório:

«Cerca de 1500 pessoas reunidas em assembleia do concelho de Sines, em 27 de Janeiro corrente, no Cine Teatro Vasco da Gama, depois de analisarem os problemas mais graves que afectam a população de Sines, decidiram o envio da presente moção a qual foi aprovada por unanimidade e aclamação:

1) **Problema habitacional:**

Solicitar ao Governo a cedência de terrenos e auxílio financeiro para a construção urgente de cerca de 1000 fogos de renda económica para alojamento da população mais necessitada;

2) **Problema da assistência social:**

a) Colocar ao Governo a necessidade premente da construção de um complexo hospitalar com um mínimo de condições;

b) Que o Governo exija das firmas, em laboração no complexo de Sines, a criação de postos médicos a fim de serem asseguradas as necessidades dos seus trabalhadores no campo da saúde e assistência social.

3) **Problema agrícola:**

a) Que o Governo arrende as terras incultas que o GAS expropriou, nas seguintes condições:

a.1) Renda de 200$00 por hectar para terras produtivas;

a.2) Utilização de pastagens, para gado lanígero, a $50 e $20 por cabeça, respectivamente para pastagem limpa e pastagem brutal;

a.3) Que as várzeas, vinhas e pomares sejam cultivados e tratados por conta do GAS enquanto as respectivas áreas não forem utilizadas para fins industriais;

b) Que o GAS proceda à tiragem de cortiça e limpeza de arvoredo nas suas propriedades.

4) **Problemas dos pescadores:**

Que o Governo ordene a dragagem imediata do abrigo para as embarcações;

5) **Aspirações:**

Que a povoação de Porto Covo, que tem à sua volta os lugares de Cabeça da Cabra e Sonega, seja elevada à categoria de freguesia.»

Ao Movimento das Forças Armadas:

«Cerca de 1500 pessoas reunidas em assembleia do concelho de Sines, em 27 de Janeiro corrente, no Cine-Teatro Vasco da Gama, a convite de um amplo grupo representativo de diversas organizações políticas de várias delegações sindicais, das autarquias locais e do desporto aprovaram por unanimidade e aclamação enviar a V. Ex.ª a mais viva expressão de apoio ao Movimento das Forças Armadas, seu aliado desde o 25 de Abril na luta pela democracia e por um Portugal Novo, Próspero e Livre.»

Foram oradores na assembleia: A. Vilhena sobre previdência e assistência; A. Amaral, sobre habitação; J. Costa, sobre cultura e desporto; C. Beja sobre desporto; J. Pacheco sobre o problema agrícola; Edite, sobre as mulheres, e, finalmente, Américo Leal, do Comité Central do PCP, sobre o momento político actual e os problemas económicos e sociais mais sentidos no concelho.

Em ambiente animado, confiante no momento presente e no futuro, a assembleia terminou com a assistência, de pé cantando o hino nacional.

HOJE NO PORTO

REUNIÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS COMERCIANTES

Dando continuidade ao I Encontro Nacional de Pequenos e Médios Comerciantes, realizado no dia 19 de Janeiro, em Lisboa, e às reuniões já promovidas no Porto, o Partido Comunista Português convida todos os pequenos e médios comerciantes a reunirem no Centro de Trabalho, à Rua Aníbal Cunha, 94, hoje, quinta-feira, às 21 horas, para análise das conclusões daquele Encontro, que versou os seguintes temas: Contribuições e Impostos; Concorrência dos Monopólios; Créditos da Banca; Preços e Margens de Lucro; Abastecimento e Mercados; Assistência e Previdência Social; e Associações e outras formas de organização.

A realização desta reunião, aberta a todos os pequenos e médios comerciantes, tem como objectivo o apuramento dos problemas mais sentidos pela classe, e a proposta de soluções mais adequadas para esses problemas, pelos próprios interessados.

Uma ampla e activa participação é necessária para que este objectivo seja alcançado.

HABITAÇÃO, ENSINO, SAÚDE PÚBLICA

O POVO DE ALMADA CONSTRÓI O FUTURO

A população do concelho de Almada decidiu encarar de frente os seus mais urgentes problemas, travando sobre eles um amplo debate, numa assembleia de todo o povo que se realizou no passado domingo, dia 2, na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense.

Tomaram a iniciativa da convocação desta I Assembleia do Concelho de Almada: a comissão administrativa da Câmara Municipal de Almada, as comissões administrativas de várias Juntas de Freguesia do concelho, comissões concelhias do Partido Comunista Português, núcleos de Almada do PCP, Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, Movimento da Juventude Trabalhadora, União dos Estudantes Comunistas, delegação de Almada dos sindicatos dos metalúrgicos, corticeiros e construção civil, comissões de moradores e, também, a Associação de Amizade Portugal-URSS.

Estiveram presentes a esta assembleia mais de 1500 pessoas. Participaram delegados das principais empresas do concelho — Lisnave, Transul, Parry e Son, ENI, Companhia Portuguesa de Pesca, Sociedade de Reparações Navais, Timex, Tranemo. Participaram delegados dos sindicatos dos pescadores, dos trabalhadores rurais. Estiveram representadas as autarquias do concelho, assim como as colectividades, as comissões de moradores, as Casas do Povo. Apresentaram teses, que foram submetidas à discussão, os representantes das empresas; dos sindicatos dos metalúrgicos, dos corticeiros e da construção civil; das cooperativas de produção e de consumo; dos pescadores; dos assalariados rurais; dos rendeiros; das colectividades; do ensino, da cultura e do desporto; da comissão de moradores; dos pequenos e médios comerciantes. Foram também apresentadas teses tratando de problemas tão importantes como os da habitação e da saúde, a situação da mulher e da criança, a juventude e o trabalho, etc.

Numerosas moções foram aprovadas por aclamação, como, por exemplo, as apresentadas pelo MJT sobre a criação de cantinas para os jovens trabalhadores estudantes; a que apoia incondicionalmente a luta dos assalariados rurais do distrito de Beja contra os grandes latifundiários; a moção apresentada pela UEC de apoio ao serviço cívico e, em particular, a sua realização no concelho de Almada; e a moção aprovada por aclamação e em ambiente de grande entusiasmo de apoio ao MFA.

Em resultado do amplo debate travado em torno das teses apresentadas, no final da assembleia foram aprovadas algumas conclusões, de que passamos a apresentar algumas das mais importantes.

• INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS EMPRESAS

O apelo ouvido, na primeira parte desta Assembleia, quanto à aplicação do Decreto-Lei n.º 660/74, que regula a intervenção do Estado nas Empresas, é bem revelador da intenção dos trabalhadores, tendo em vista a economia nacional.

Haverá portanto que encarar frontalmente a aplicação do Decreto-Lei 660/74, já que a massa trabalhadora demonstra com factos concretos a necessidade da sua aplicação. Estamos certos de que inquéritos rigorosos às contabilidades das empresas confirmarão, sem margens para dúvidas, as certezas amplamente demonstradas.

A incúria administrativa, a corrupção, a incapacidade profissional das administrações anteriores ao 25 de Abril, os maus serviços prestados à população solicitam intervenções urgentes e frontais;

O «impasse» que actualmente se verifica na tomada das posições acima preconizadas somente agravará o estado da economia nacional, já tão debilitada.

Contudo, haverá que atender às condições particulares de cada empresa, não só para salvaguardar os interesses das massas trabalhadoras como também para detectar a responsabilidade do patronato no encaminhamento intencional das empresas para situações de nacionalização, o que no fundo implicará o agravamento do estado económico, beneficiando ainda as forças fascistas e conservadoras, que procuram sabotar a revolução democrática.

• PESCADORES

A situação difícil e aflitiva dos pescadores, que ano após ano se tem agudizado e tem atirado estes trabalhadores para uma vida de miséria cada vez maior, é o fruto da desenfreada exploração a que ao longo dos 48 anos de regime fascista tem estado sujeito.

O 25 de Abril veio trazer aos trabalhadores perspectivas novas. Fez-lhes sentir a necessidade de construírem o seu próprio futuro, de lutarem por uma vida digna e justa, onde possam criar e gerir as suas próprias organizações.

Dentro deste contexto, a Comissão dos pescadores da Costa exige:

— Medidas necessárias no sentido de proibir os arrastões de pescar junto à Costa, uma vez que são a causa maior para a falta de peixe que progressivamente se tem vindo a sentir.

— Que seja eleita democraticamente uma Comissão de pescadores para administrar a Casa dos Pescadores.

— Que seja criada uma efectiva assistência aos trabalhadores do mar e suas famílias.

— Que se denuncie à Comissão Pró-Sindicato a manobrada de Pedrouças.

• SOBRE OS SINDICATOS

Os sindicatos têm desenvolvido ao longo destes últimos meses uma luta intensa em prol dos direitos dos trabalhadores. Luta esta que se traduz contra os despedimentos (que se tem efectuado em grande número ultimamente), conseguindo a readmissão dos trabalhadores em diferentes empresas ou chegando a obter importantes indemnizações a favor daqueles.

Assim, os sindicatos referem determinadas situações e põem os seguintes pontos:

1 — Os sindicatos pedem em conjunto com todos os trabalhadores uma rápida e decisiva intervenção do Governo Provisório contra os monopólios e latifundiários.

2 — Os sindicatos propuseram a UNICIDADE SINDICAL, apoiada pela maioria esmagadora dos trabalhadores, a qual assegura integralmente os seus direitos contra as tentativas de boicote por parte dos grandes detentores do capital.

3 — Os sindicatos denunciam situações de empresas onde os trabalhadores não têm as mínimas condições de trabalho e segurança.

a) No aspecto de segurança no trabalho, os sindicatos denunciam casos que se verificam em diferentes empresas, tais como faltas de protecção dos trabalhadores em relação às máquinas, bem assim como falta de capacetes, óculos ou luvas especiais.

4 — Os sindicatos propõem a todos os trabalhadores que se organizem em comissões dentro das empresas, para que possam **não só** satisfazer todas as suas reivindicações mas sobretudo para vigiar e estar atento a qualquer manobra do patronato que vá contra os interesses dos trabalhadores.

Assim devem eleger delegados sindicais, que serão os seus representantes junto do próprio sindicato e da empresa.

• COMISSÕES DE MORADORES

Após os factos descritos e sua análise, concluímos:

1.1 — As classes trabalhadoras foram as mais exploradas e as menos favorecidas do regime deposto.

1.2 — São elas sempre a riqueza dum país e por contradições da sociedade capitalista são sempre as mais desgraçadas.

1.3 — Devido aos seus magros ordenados, viam-se obrigadas a ir viver em bairros satélites dos centros populacionais, onde não podiam de forma alguma pagar as rendas de casa. Eram assim marginalizados de uma sociedade de que faziam parte integrante.

1.4 — Esses bairros satélites, que também são conhecidos por **bairros de lata,** não tinham nem podiam ter condições humanas para se poder viver. E aqui cabe dizer que herdámos muitos destes bairros.

1.5 — Pois é nestes mesmos bairros e nalgumas freguesias do concelho de Almada que se aponta:

1.6 — Falta de água, arruamentos, luz, esgotos, postos médicos, deficientes transportes públicos, nalguns, e total ausência, noutros, escolas, policiamento, telefones públicos, táxis, etc.

1.7 — A necessidade urgente de se criarem comissões de moradores e mais juntas de freguesia para que todos os problemas que foram aqui focados, duma urgência tremenda, possam de facto andar o mais rapidamente possível.

• PROBLEMAS DE SAÚDE

Após o relatório feito sobre problemas de saúde, concluímos:

1.1 — Que os problemas relativos à saúde de uma população não podem, com efeito, ser dissociados e isolados das suas condições de vida, habitação, condições sanitárias, poluição, cultura e ainda condições económicas e de trabalho.

1.2 — Que a saúde é não só um problema do concelho de Almada mas também nacional e como tal tem de ser encarado em toda a sua amplitude económica, social e cultural.

1.3 — O encadeamento deste problema leva a encarar a criação de um SNS ao qual tenham acesso todos os cidadãos portugueses, independentemente da idade, sexo, credo, raça ou nível socioeconómico.

1.4 — Que a responsabilidade por esse departamento, bem como a propriedade dos bens materiais, deve pertencer exclusivamente ao Estado.

1.5 — Que os cuidados a prestar à população devem ser completos e integrados.

1.6 — Que a iniciativa privada será de admitir numa primeira fase, embora extremamente condicionada.

1.7 — Que o financiamento deve ser feito através do Orçamento Geral do Estado.

1.8 — Que a gestão deve estar a cargo do Estado, com a participação dos utentes e trabalhadores.

1.9 — Que os cuidados médicos devem ser gratuitos, embora se estabeleça uma pequena taxa moderadora.

• SITUAÇÃO NAS ESCOLAS

Os problemas do ensino só poderão ser resolvidos com a transformação da estrutura económica portuguesa, que passa por uma luta antimonopolista e antilatifundiária que permitirá uma mais justa distribuição de riqueza e mais livre acesso ao ensino, *além da atribuição de melhores verbas à educação. A total resolução dos problemas do ensino, tal como o de todos os outros da sociedade portuguesa, só será possível quando nesta não houver lugar para a exploração do homem pelo homem.*

Mas, a curto prazo, propomos:

1.1 — Oficialização do ensino pré-primário e dos colégios primários existentes.

1.2 — Aproveitamento de edifícios que, com a ajuda da população, poderão ser reparados para transformação em escolas.

1.3 — Construção de novos edifícios escolares, tendo em vista uma necessária descentralização. Alargamento das instalações do Pragal, com vista ao alojamento de todos os alunos do liceu, e construção, no local a designar, pela Câmara, de edifícios para a escola técnica Anselmo de Andrade e Escola Preparatória Conceição e Silva.

1.4 — Criação de transportes adequados à deslocação para as escolas.

1.5 — Criação de centros de convívio e cultura para os jovens do concelho.

• PEQUENOS E MEDIOS COMERCIANTES

As dificuldades económicas com que se debatem os pequenos e médios comerciantes são o fruto dos 48 anos de fascismo. O antigo regime, beneficiando e protegendo os monopólios, atirou para a falência e em muitos casos para a miséria esta classe.

Também a Banca tem procurado asfixiar os pequenos e médios comerciantes com os sistemas de empréstimos, que mais não têm sido que tentáculos para porem a classe na dependência económica da banca.

— Conclui-se que para a construção de um Portugal novo, onde caibam os pequenos e médios comerciantes, estes se organizem em associações de classe;

— Que seja aplicada uma taxa progressiva sobre o lucro, aliviando os médios comerciantes e aumentando a taxa sobre os latifúndios e monopólios;

— Que seja nacionalizada a Banca e os monopólios, e os produtos de primeira necessidade;

— Que a classe tenha direito à assistência na doença, velhice, invalidez e extensiva aos familiares, em caso de morte do beneficiário.

ENCONTRO DE CAMPONESES DE AVEIRO

OS PROBLEMAS DA AGRICULTURA TERÃO DE SER RESOLVIDOS PELOS PRÓPRIOS LAVRADORES

A produção e comercialização de leite, carne e ovos, do vinho e da batata e os serviços de apoio à agricultura foram alguns dos temas tratados no I Encontro de Camponeses do Distrito de Aveiro, que decorreu no passado domingo nas instalações do liceu daquela cidade.

Promovido pelo nosso Partido, o Encontro, a que acorreram perto de duzentos lavradores de todo o distrito, destinou-se ao debate e aprofundamento de algumas das conclusões da I Conferência de Camponeses do Norte, realizada recentemente no Porto.

O Encontro abriu com um plenário em que foram definidos os objectivos da reunião e durante o qual interveio o camarada Manuel Paiva, da Direcção da Organização Regional das Beiras do PCP, que frisou, a dada altura, não ter o nosso Partido as soluções na algibeira, acrescentando: «Achamos nós que nada deve ser feito contra os lavradores e achamos nós ainda que as soluções para os problemas da agricultura terão de ser encontradas e decididas pelos próprios lavradores.»

Os lavradores presentes dividiram-se então pelas diversas secções, debatendo animadamente os problemas relativos à sua actividade. A secção que registou maior participação foi a da produção e comercialização de carne, leite e ovos, o que demonstra a importância que o tema do leite apresenta no distrito e como preocupa os agricultores desta região.

A realização destes encontros vem comprovar que o nosso Partido está interessado em detectar os problemas e encontrar as soluções de acordo com os interesses das classes trabalhadoras, procedendo de uma maneira completamente oposta a todos aqueles que até agora têm como preocupação dominante atacar o Partido Comunista Português, esquecendo os verdadeiros interesses da população.

O leite e a carne

Do debate e aprofundamento das conclusões da secção de produção e comercialização de leite, carne e ovos, salientamos as seguintes:

— Deve ser fomentada a produção de carne de bovino, ovino e caprino e de leite com base na intensificação da produção de pastos cultivados e ainda dos pastos de incultos e florestas:

— Deve fomentar-se e divulgar-se as técnicas de ensilagem por processos económicos, de forma a permitir a existência de alimentos para o gado, em época de escassez.

Dado que a produção nacional do milho é cerca de 500 000 toneladas e que a importação de milho e sorgo para fabrico de rações ultrapassa um milhão de toneladas, no valor de cinco milhões de contos, propõe-se:

— Que seja intensificado o fomento das culturas de milhos híbridos, para o que se torna necessário reorganizar os serviços de assistência técnica da Secretaria de Estado da Agricultura, por forma a assistirem directamente os agricultores e as cooperativas;

— Que o preço de garantia do milho aos pequenos e médios agricultores não seja inferior ao preço do milho importado sobre os portos de Lisboa e Porto, devendo ser fixado no início de cada campanha;

— Que o preço de garantia do milho aos grandes agrários não seja superior ao preço do milho importado sobre os porto de origem, também a fixar no início de cada campanha.

— Os subsídios pagos actualmente apenas aos recriadores de novilhos com produção superior a 40 cabeças por ano devem ser estendidos a todos os pequenos e médios produtores independentemente do número de cabeças. Para que os subsídios possam na prática chegar aos pequenos produtores devem ser apoiadas cooperativas de comercialização com a finalidade de recolherem todo o gado para abate e transporte até ao matadouro, com pagamento ao produtor no acto da entrega.

— No interesse da economia do País e na defesa dos pequenos e médios agricultores, propõe-se:

a) Que seja condicionado o abate de fêmeas adolescentes e adultas de raças leiteiras, que deverá ser limitado:

Às vacas no termo da sua idade económica (10-12 anos);

Às crias sem condições morfológicas para a produção de leite;

Às vacas de fraca produção que não reúnam condições para a sua exploração económica;

Às vacas e novilhas que apresentem defeitos ou vícios que tornem difícil a sua exploração;

b) Que sejam publicadas novas tabelas de preços de garantia de carne de bovino à produção, que sejam compensadoras e estimulem o seu fomento e medidas legislativas que contrariem a acção especulativa do comércio de carnes;

c) Que nos estudos prévios de todas as medidas legislativas de interesse para a agricultura ou dirigidas aos agricultores, estes participem através das suas cooperativas e das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores;

d) Que todas as carnes de porco e de bovino em falta para o abastecimento do mercado nacional sejam importadas exclusivamente pelo Estado para fornecimento ao comércio e à indústria da especialidade aos preços da carne da produção nacional.

— Os subsídios que são atribuídos ao leite devem ser pagos pontualmente pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários às Uniões de Cooperativas de forma a permitir a estas o pagamento do leite de cada quinzena durante a quinzena seguinte.

Vinho e batata

Relativamente a estes produtos, as diferentes secções debateram e aprovaram diversas conclusões, nomeadamente que os produtores de batata deverão associar-se em cooperativas de comercialização com o fim de estabilizar os preços e eliminar os grandes armazenistas do circuito comercial; a produção de batata de semente nacional deve ser reorganizada sob controlo directo do Estado com vista ao abastecimento interno; isentar de taxas e direitos alfandegários a importação de batata de semente estrangeira quando feita pelas cooperativas e abolida a legislação protectora dos interesses do grande comércio que dificulta ou impede o direito dos agricultores venderem directamente a batata nos mercados abastecedores das grandes cidades.

Por seu turno, no respeitante à comercialização e produção do vinho, foram definidos, entre outros, os seguintes pontos:

— Deve ser intransigentemente defendida a qualidade de todo o vinho de consumo oferecido ao público com vista, entre outros fins, a combater a progressiva expansão da cerveja. As embalagens de vinho devem ter indicado o preço de venda ao público. Deve voltar-se a estabelecer a obrigatoriedade dos restaurantes incluírem o vinho no preço geral da refeição, tal como foi feito há anos. Deve ser aplicada uma taxa sobre a cerveja, de modo a torná-la mais cara, revertendo essa taxa a favor do Estado. Devem ser tomadas medidas rigorosas para combater o vinho a martelo.

— Aumento de eficiência das adegas cooperativas de modo a que integrem essencialmente os pequenos e médios agricultores, com extensão às várias regiões do País, com direcções sérias, honestas e de confiança dos lavradores, com maior capacidade de armazenamento, preparação, fabrico e com circuitos de comercialização eficazes. Devem ter ainda apoio financeiro estatal. Que sejam criados cursos de preparação de dirigentes de cooperativas.

— A comercialização do vinho a granel deve ser assegurado em exclusivo por um organismo administrado pelo Estado, que integre todas as instalações da Junta Nacional do Vinho e as instalações privadas que se julgar necessário, como forma de impedir a falsificação do vinho e de garantir aos agricultores a venda do vinho a preços normais. Os preços do vinho devem ser anunciados antes do início dos trabalhos anuais da produção. Controle da circulação do açúcar e dos melaços para evitar a falsificação dos vinhos.

Após a discussão dos vários problemas, os participantes no Encontro voltaram a reunir-se em sessão plenária e aprovaram as conclusões das diferentes secções.

A finalizar, o camarada António Bica, membro da Direcção da Organização Regional das Beiras, salientou o interesse destas reuniões promovidas pelo nosso Partido e a importância que têm para a resolução dos problemas dos pequenos e médios agricultores. Referiu-se ainda ao facto de ser o PCP a promovê-las e fez notar que só com a constituição de órgãos próprios de defesa dos camponeses — nomeadamente as Associações de Pequenos e Médios Agricultores — por eles controlados, se poderá avançar para uma efectiva participação e debate mais alargado e constante dos problemas agrícolas.

BARCELOS

ENCONTRO DE PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

No próximo dia 9, e organizado pela Comissão do Partido Comunista Português para o Trabalho Camponês no Norte, realiza-se um Encontro de Pequenos e Médios Agricultores, em Barcelos.

Os pequenos e médios agricultores, quer cultivem terras próprias quer arrendadas, vivem, do seu trabalho na terra e não à custa de rendimentos obtidos pelo trabalho dos outros. E o nosso Partido, como partido que é da classe operária e de todos os trabalhadores do nosso país, sempre defendeu no seu programa uma Reforma Agrária que garanta melhores condições e segurança de vida para os que vivem do seu próprio trabalho nos campos. E dirigiu em todo o Norte as lutas dos agricultores para o não pagamento e extinção da taxa do vinho, a recuperação dos baldios usurpados pelos Serviços Florestais e pelos caciques locais durante o fascismo, contra o corte das videiras americanas dos pequenos e médios produtores, e outras lutas, com ampla participação popular e que se saldaram em importantes vitórias dos agricultores na defesa dos seus direitos sobre o regime autoritário de Salazar e Caetano.

Este trabalho dos nossos militantes, muitos dos quais camponeses, e de todos os homens e mulheres empenhados numa real democratização do nosso país, e não apenas de fachada, e toda a experiência das lutas conduzidas no campo do País, trouxeram ao Partido o conhecimento aprofundado das condições de vida dos camponeses e das suas mais importantes reivindicações.

É dentro deste espírito, após a realização da I Conferência de Pequenos e Médios Agricultores do Norte, após a realização de dezenas de reuniões de semana a semana por todo o Norte, que a Comissão do PCP para o Trabalho Camponês no Norte promove o Encontro a realizar em Barcelos. Irá ser um Encontro de Agricultores de todo o Minho, e terá lugar no Ciclo Preparatório, à Rua Dr. Manuel Pais, com o seguinte programa: arrendamento rural e baldios; liquidação dos Grémios e Organismos Corporativos; Associações de Pequenos e Médios Agricultores; Cooperativas Agrícolas de abastecimento de produtos (adubos, rações, máquinas) à agricultura; produção, preços e comercialização dos produtos agrícolas: vinho, leite e carne, milho e outros cereais e batata, fruta e legumes; e assistência e segurança social para os agricultores.

LIVROS HORIZONTE, LDA

UMA EDUCAÇÃO BURGUESA
Vasco Pulido Valente
80$00

DESTINOS DO ULTRAMAR
Orlando Ribeiro
40$00

LIVROS HORIZONTE, LDA
Rua das Chagas, 17, 1.º-D.º
LISBOA-2

Edições SEARA NOVA

CHARRUA EM CAMPO DE PEDRAS
O PERFIL E A OBRA DE
ALVES REDOL
SELECÇÃO DE JOSÉ MANUEL MENDES
COLECÇÃO ARGUMENTOS
Preço 70$00

OS TRABALHADORES DA UTIC EM LUTA PELOS INTERESSES DO POVO PORTUGUÊS CONTRA AS MANOBRAS DOS MONOPÓLIOS

No dia 25 de Abril a produção de autocarros da UTIC estava toda tomada até ao 1.º trimestre de 1975. Após aquela data, a produção sofreu uma quebra da ordem dos 40 %, motivada pelo facto de os donos de transportes terem anulado todas as encomendas de autocarros. A manter-se esta situação, cerca de 3000 trabalhadores correm o risco de ser lançados no desemprego. Por outro lado, se os trabalhadores da UTIC deixarem de fornecer os acessórios sobressalentes para os camionistas, paralisará a maioria da rede rodoviária do País.

Para compreender toda a gravidade do problema impõe-se saber que a UTIC — União de Transportadores para Importação e Comércio, Lda. — é uma sociedade formada por 72 empresas, na maioria concessionárias de transportes públicos de passageiros, que representam mais de 80% das empresas deste género em Portugal e cujos proprietários possuem características tão curiosas como por exemplo no caso do presidente do conselho de administração, o eng. Neves Clara, ex-alto dirigente da União Nacional e da ANP e ex-procurador à chamada Câmara Corporativa.

Quanto às actividades principais da UTIC destacam-se, entre outras, a montagem de «chássis», o fabrico de carroçarias, venda e assistência de veículos pesados de carga (é o representante exclusivo para Portugal da British Leyland Motors Corporation), venda e assistência de veículos ligeiros (principal concessionário em Portugal da Renault), venda de pneus (importadora e distribuidora exclusiva em Portugal dos pneus Kléber), tintas, acessórios para veículos automóveis, fabrico de radiadores para veículos automóveis, etc.

Aparentemente, a UTIC não tinha problemas económicos antes do 25 de Abril. Aumentou progressivamente a sua produção, que naquela data era de 6 autocarros por semana, em Lisboa, e de 4 autocarros por semana, em Laborim, no Porto.

A participação da UTIC noutras firmas a que se encontra associada dá também noção do panorama económico da empresa: no Centro Fornecedor de Vidraça, Lda., possui uma quota de 25 000$00, num capital social registado de 1 500 000$00; na UTIC (Angola), Lda., possui uma quota de 11 000 000$00, num capital social registado de 18 000 000$00; na ACUTIL — Comércio e Indústria de Veículos Automóveis, Lda. (Évora), possui uma quota de 2 000 000$00, num capital social registado de 4 000 000$00; na SEMAT Portuguesa — Sociedade de Equipamentos, Manutenção e Transportes, S. A. R. L., possui um capital de 1 000 000$00, num capital social registado de 3 000 000$00; na Bendibérica Lusitana, Lda., possui uma quota de 400 000$00 num capital social registado de 1 000 000$00; é ainda accionista e administradora da Companhia de Seguros Garantia Funchalense, S. A. R. L.; faz parte do conselho fiscal da SODULAX — Sociedade Distribuidora de Produtos Químicos e Lacas, S. A. R. L., com 20% do capital social registado, e da EUROPEÇAS — Sociedade Luso-Francesa para Importação de Peças e Motores, S. A. R. L., com 25% do capital social registado; é também presidente do conselho de administração da firma MECI — Tratamento Mecanográfico da Informação, S. A. R. L., com 20% do capital social registado.

Contudo, a partir de 25 de Abril verifica-se a retracção ao investimento com a retirada de encomendas e não aparecimento de outras. Em 25 de Maio de 1974, a gerência da UTIC, num memorando enviado ao Governo, pediu um empréstimo de 400 000 000$00, tendo-lhe sido concedido um empréstimo de 90 000 000$00 nos fins do mês de Agosto.

Será curioso assinalar que o dinheiro pedido (400 000 000$) permitiria que a UTIC construísse autocarros para os seus associados durante um ano, sem que estes despendessem qualquer capital próprio!

No entanto, os 90 000 000$ que foram concedidos não foram aplicados na renovação de frotas dos associados, tendo a gerência argumentado que despendeu cerca de 30 000 000$00 na pagamento de impostos, Caixa de Previdência e dívidas a fornecedores, ficando o restante para garantir os vencimentos a todos os trabalhadores.

Não deixa de parecer bastante estranho que, apesar desta situação, tenha havido aumentos de ordenados a partir de 1 de Outubro de 1974 aos trabalhadores com vencimento até 7000$00, o que equivale, só no Norte, a um encargo da ordem dos 435 contos mensais, só em salários—sem incluir encargos. Em Lisboa, tendo em conta a proporção de pessoal, esse encargo será da ordem dos 600 contos, o que equivale a 1035 contos mensais no total, sem encargos.

Entretanto, a produção tem vindo a diminuir gradualmente devido à falta de encomendas e também à falta de «chássis», e a UTIC só ainda não paralisou porque os trabalhadores têm estado a construir carroçarias para «stock», mesmo sem «chássis», pois têm processos técnicos que permitem fazê-lo. Em Lisboa construíram-se para «stock» cerca de 60 carroçarias e no Porto 21. Apesar das dificuldades que a empresa atravessa, os autocarros começaram a ser vendidos a associados ao preço de custo e com facilidades de pagamento, anulando quase completamente a margem de lucro com descontos especiais.

A hora é de luta

Desmascarando todas as manobras divisionistas com que elementos reaccionários procuraram impedir a sua unidade e organização, os trabalhadores da UTIC, conscientes da ameaça de desemprego que os afecta e da *importância básica do sector dos transportes para a economia nacional*, desde há muito que lançaram o grito de alerta para a boicotagem económica que os patrões-clientes vêm praticando.

Tendo perfeito conhecimento de que uma greve nos serviços da UTIC afectaria gravemente 80% da rede rodoviária de transportes de passageiros do País, com nítido prejuízo para as massas trabalhadoras que os utilizam, os trabalhadores daquela empresa — contrariamente ao que a reacção divulgou — não fizeram qualquer paralisação dos serviços depois do 25 de Abril.

Apoiados nos seus sindicatos, estudando a situação económica da empresa, estabelecendo contactos com a administração, informando os organismos oficiais da grave situação em que se encontra a UTIC, os trabalhadores, na firme disposição de assegurarem a normal laboração da empresa com vista a não afectar a rede rodoviária, têm demonstrado bem que a sua luta não é interna, mas sim contra os capitalistas proprietários das grandes empresas de camionagem, associadas da UTIC, que exploram em regime de concessões monopolistas um serviço de interesse público.

Na justa luta dos trabalhadores da UTIC já alguns pontos foram ganhos. Assim, em reunião efectuada no passado dia 30 com a gerência, a comissão sindical foi posta ao corrente das medidas tomadas pela mesma, sendo de destacar que **foi estabelecido que todos os associados deverão amortizar as suas letras com um mínimo de 10% e que se tomaram medidas quanto à forma de liquidação de juros e fornecimentos, de molde a permitir a melhoria da liquidez financeira. Tais medidas implicam a liquidação daqueles débitos totalmente a dinheiro, por parte dos associados que excedam os valores de crédito julgados razoáveis. Quanto aos outros associados, obteve-se a promessa formal de fazerem os maiores esforços para efectuarem a maior percentagem possível de liquidações a dinheiro.** Até esta decisão os patrões da UTIC pagavam à sua empresa com letras, reformando-as por inteiro com novas letras e chegando ao extremo de pagarem os juros igualmente com letras!

Foi ainda acordado entre a gerência e a comissão que qualquer falta a estas decisões implicaria a tomada de medidas pela gerência, incluindo a comunicação aos organismos governamentais da impossibilidade de manter os fornecimentos.

A situação criada aos trabalhadores da UTIC é bem o exemplo da necessidade imperiosa da tomada de firmes medidas antimonopolistas que apontem para a nacionalização dos sectores básicos da economia nacional na defesa dos legítimos interesses de todo o povo.

TRABALHADORES DA BARRAGEM DA VALEIRA UMA GREVE QUE A UNIDADE FEZ VITORIOSA

Terminou vitoriosa a greve dos 1300 trabalhadores da Barragem da Valeira, em S. João da Pesqueira (Alto Douro), iniciada no passado dia 23 de Janeiro, após terem sido esgotadas todas as formas de negociação com a administração de uma das empresas participantes na construção da barragem. Esta luta assumiu um carácter particular não só pela unidade manifestada pelos trabalhadores em torno de reivindicações cuja satisfação foi da mais elementar justiça como ainda pela importância económica do sector em que se desenvolveu.

No actual momento político, em que a carência de energia impõe ao Governo medidas de austeridade a que o povo português corresponde plenamente, a criação de um ambiente, por parte da administração da empresa Moniz da Maia, Serra e Fortunato, em que a única possibilidade dos trabalhadores consistiu no recurso à greve como forma superior de luta, é um facto susceptível de ser aparentado com sabotagem económica. Recordemos que a Barragem da Valeira é uma das cinco centrais hidroeléctricas do sistema Douro, que se encontra integrado na Companhia Portuguesa de Electricidade assim como a Hidroeléctrica do Cávado, a Hidroeléctrica do Zêzere, a Termoeléctrica Portuguesa e a Companhia Nacional de Electricidade. Só o distrito de Viseu, onde se situa S. João da Pesqueira, produz um total de 625 239 milhares de kWh, dos quais 625 210 milhares de kWh são de origem hidroeléctrica.

Último recurso

Desde o 25 de Abril que se vinham mantendo as condições de trabalho desumanas na Barragem da Valeira, sem que fossem respeitadas as mínimas normas de segurança no trabalho, com um horário geral de 60 horas semanais, falta de legalização sindical dos trabalhadores, etc. A esta política empresarial que anteriormente ao 25 de Abril se exercia impunemente, veio a administração acrescentar a violação sistemática dos direitos consignados nas leis que, entretanto, os trabalhadores viram ser promulgadas a favor da sua classe.

Paralelamente a esta acção da empresa desenvolveu-se o grau de consciencialização dos trabalhadores, a sua unidade, o reconhecimento da sua força. Durante meses e meses, os trabalhadores da Barragem da Valeira recusaram recorrer à greve, ainda que o mal-estar se acentuasse sem que vissem tomadas medidas para o cumprimento dos seus legítimos direitos.

O actual processo, desencadeado pelo facto de a administração se negar a pagar o 13.º mês aos trabalhadores da construção civil, provocou uma tomada de posição dos trabalhadores da empresa que, na convicção de que unidos poderiam mais facilmente alcançar os seus justos objectivos, tentaram mais uma vez estabelecer contactos com a administração. Com a sua actuação, a administração tornou-se directamente responsável por uma greve que os trabalhadores não tinham poupado esforços para evitar, conscientes da sua inoportunidade no actual momento económico, mas que a exploração sofrida tornou inevitável e justa.

Os trabalhadores de Valeira necessitam de assistência médica

Apoiando as reivindicações dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho contribuiu para a solução do problema apesar das reticências da empresa. Assim os trabalhadores das diferentes categorias profissionais (trabalhadores da construção civil, motoristas, metalúrgicos, técnicos de desenho), apoiados pelo Governo através do Ministério do Trabalho e por delegados do MFA, após quatro dias de greve, conduzida na mais digna forma democrática, viram satisfeitos os seus anseios que não incluíam alterações salariais mas melhoria das condições gerais de trabalho, nomeadamente no âmbito da higiene e segurança profissionais, assim como legalização sindical, pagamento de horas extraordinárias, extensão do prémio de assiduidade a todos os trabalhadores, faltas justificadas, etc. Uma das reivindicações dos trabalhadores que consistia em assistência médica permanente e imediata a qualquer trabalhador ou familiar a coberto da Previdência não pôde ser satisfeita, na medida em que até ao momento não lograram conseguir que um médico fixe residência no local. Os trabalhadores da Barragem da Valeira confiam no espírito de solidariedade dos trabalhadores da medicina e esperam que, entretanto, estejam criadas as condições humanas para que possam beneficiar da indispensável assistência médica.

A luta conduzida vitoriosamente contribuiu para um esforço da unidade dos trabalhadores. Numa zona onde a reacção encontra ainda tanto terreno de manejo, pois que se trata de uma das regiões mais atrasadas económica e culturalmente, os 1300 trabalhadores da Barragem da Valeira dão um exemplo de organização que urge ampliar a outros trabalhadores que continuam a ser objecto de exploração e violação dos seus direitos.

INAUGURADO O CENTRO CULTURAL DE ÉVORA

A CULTURA AO SERVIÇO DO POVO

• ENTREVISTA COM O ENG. VASCO PINTO LEITE

A criação, pelo Estado, do Centro Cultural de Évora é, provavelmente, o acontecimento mais importante surgido na vida teatral portuguesa depois do 25 de Abril. Trata-se da primeira medida concreta tendente a pôr de pé os mecanismos que permitam efectivar esse belo programa de que, por toda a parte, todos falam abundantemente, embora quase sempre só como se de um voto piedoso se tratasse: a descentralização cultural.

(...)

Só através da integração do trabalho cultural na vida das populações se poderão atingir objectivos essenciais a uma efectiva descentralização, quais sejam, antes de quaisquer outros, a criação da consciência generalizada de que o facto cultural é parte integrante do desenvolvimento social.

(...) só o perfeito conhecimento da cultura criada no decurso do desenvolvimento da Humanidade e a sua transformação é que permitirão criar uma cultura proletária (popular).

O problema das relações entre a elevação e a extensão da cultura está clarificado há muito, e não pode deixar de ser entendido como um *processo de interacção dialéctica*.

A criação de centros culturais, como o de Évora, adquire assim todo o seu sentido.

Trata-se de instalar verdadeiros centros de criação e animação, com funções complementares de divulgação, que injectem no processo dinâmico de desenvolvimento cultural das regiões, os resultados de um labor artístico permanente, animado por um espírito de pesquisa e um grande sentido de escolha e intervenção, e que, por outro lado, progressivamente vão recolhendo os elementos segregados por aquele referido processo de desenvolvimento.

Ao Estado compete encontrar e facultar os meios indispensáveis à implantação de unidades de produção cultural no coração mesmo dos agregados populacionais, por mais distantes que se encontrem da capital.

A criação do Centro de Évora é um primeiro passo no sentido da moralização da prática distributiva dos instrumentos de intervenção cultural.

(C. C. E.)

A inauguração do Centro Cultural de Évora, realizada no dia 30 de Janeiro com a estreia da peça «A Noite do 28 de Setembro», constitui uma **experiência-piloto**, afirmou o eng. Vasco Pinto Leite director-geral da Cultura Popular e Espectáculos, sublinhando ter grandes esperanças que constitua um exemplo de participação espontânea e organizada das populações da região, neste caso de Évora, uma irradiação dinâmica cultural em toda a região correspondente e todo o Sul, inclusive.

Referindo-se aos objectivos que presidem a esta iniciativa, esclarece:

— Será o rastilho para se criarem outros centros noutras regiões do País e assim se verificar uma autêntica descentralização cultural através da participação das populações locais, com a sua forma expressiva, através de diferentes actividades culturais que podem ir desde uma banda de música, um rancho folclórico, até ensaios teatrais, enfim, tudo o mais que puder ser motivo da sua própria expressão. Portanto, uma autêntica descentralização pelo facto de serem as próprias pessoas de cada região que promovem essa mesma actividade. Evidentemente com eventuais apoios, colaboração e deslocação de outros núcleos de outras regiões, nomeadamente até de Lisboa ou do Porto, mas na verdade serem as pessoas aqui a interessarem-se francamente e elas próprias, conforme aquilo que pensam, aquilo que sentem, aquilo que vivem e conhecem da região intervirem na dinamização cultural da sua própria região. Será, portanto, um rastilho para outros centros e outros centros mais pequenos no âmbito desta região, para dentro de pouco tempo podermos ter uma rede de «estradas» onde o fluido da comunicação social entre as pessoas se verifique e através destas actividades culturais, que automaticamente implicam uma intervenção, uma consciencialização das pessoas, uma intervenção muito mais consciente na sociedade e certamente uma promoção social e política e económica que será certamente reflexo deste rastilho cultural.

O MFA na vanguarda

Estabelecendo a ligação entre a promoção cultural agora iniciada pelo Ministério da Comunicação Social e a Companhia de Dinamização Cultural que o MFA está a levar a cabo, o eng. Pinto Leite revelou que já há alguns meses que estava programada uma actividade deste género mas que deparavam com dificuldades de realização rápida e eficiente. E acrescentou, especificando:

— Faltava tudo. Havia e há, ainda, uma macrocefalia em Lisboa e também um bocado no Porto, mas sobretudo em Lisboa; algumas estruturas deficientes que já existiam, e tudo o mais estava asfixiado, abafado, adormecido. Mesmo em Lisboa a eficiência era muito reduzida e praticamente toda a estrutura do próprio ministério funcionava por asfixia. Era para não funcionar, na verdade. De maneira que deparámos com grandes dificuldades, e neste momento, em que o processo revolucionário estava em marcha, não poderíamos aguardar anos, nem meses, nem talvez semanas para arrancarmos com uma campanha destas, de dinamização cultural, de esclarecimento cívico.

Portanto, por um lado, porque a responsabilidade de toda esta revolução foi da iniciativa do MFA, por outro lado porque realmente podia mobilizar meios humanos, de transporte e ogísticos, rapidamente e com *eficiência*, e por outro lado ainda porque a responsabilidade ideológica e política da revolução era da sua responsabilidade, até para garantir a isenção de toda esta campanha, porque estrategicamente havia problemas de reacção que se esperava que se levantassem em muitos locais e podiam até ser contrapoducentes, o MFA, tomou em sua mão, digamos, o comando desta campanha, para a qual nós contribuímos com a formação do organigrama e com todo o apoio de actividades culturais que tínhamos ao nosso dispor. Esse apoio foi sendo feito na medida daquilo que dispúnhamos e ao mesmo tempo transformando todo o esquema que existia num esquema dinâmico, num esquema de acção externa que viria, no fundo, ocupar o futuro organigrama da própria Direcção-Geral. Evidentemente, mobilizando também todos os sectores de actividade cultural que existem dispersos pelo país, em vários departamentos.

Há uma dispersão muito grande; dispersão de forças, dispersão de meios, dispersão de pessoas, e portanto, toda esta coordenação de uma acção dinâmica é difícil, mas é indispensável para se pouparem energias e tornar eficientes os resultados. A criação deste Centro corresponde a um objectivo de descentralização cultural de facto, em que as populações intervenham no próprio processo cultural. A Campanha de Dinamização tem esse objectivo também, além do esclarecimento cívico e político e a própria promoção cultural que também dá. Portanto, acho que se integra perfeitamente dentro do mesmo esquema e julgo que o próprio MFA utilizará certamente este centro para algumas das suas acções nesta região.

Interrogado quanto à necessidade de divulgação e promoção da iniciativa desencadeada, tendente a impedir possíveis incompreensões populares, o eng. Pinto Leite declarou-nos:

— O bom jogador de xadrez, antes de dar o xeque-mate, mobiliza todas as peças, coloca-as nos seus devidos lugares e de repente, ao lançar o ataque, todas elas convergem para o mesmo ponto. Neste processo de dinamização cultural julgo que todos devemos estar interessados — as populações que intervêm, concretamente neste caso, num centro, como os departamentos governamentais que neste esquema o tenham originado. Os órgãos de Informação são fundamentais para, duma forma concertada, darem o valor e importância que o centro pode vir a ter e preverem, inclusive, quaisquer reacções de modo a estarmos preparados para esclarecer, para intervir, para denunciar quaisquer actos que pretendessem, duma forma mais clara ou disfarçada, a sabotagem duma acção deste tipo.

Estamos perfeitamente atentos, não só nos ministérios como os próprios responsáveis aqui pelo centro, a qualsquer tipo de reacções, que neste momento muito imediatamente não vejo com grande possibilidade de êxito. Por exemplo, hoje, numa conversa que tive com o presidente da Câmara, arquitecto Bagulho, ele disse-nos que as pessoas de posses, as pessoas endinheiradas, digamos, desta região, nenhuma estava presente. Parece sintomático.

Neste momento não vejo muito como é que possam sabotar uma acção que me parece cheia de entusiasmo e que vai ter certamente os seus reflexos. A acção deste centro aqui em Évora não é apenas naquele Teatro Garcia Resende, mas estão já preparadas uma quantidade de saídas, pois esa peça vai ser representada em vinte locais diferentes, aqui na região de Évora. É uma acção dinâmica centrada em Évora mas com irradiação para toda a região. Entretanto, vamos estudando as reacções que houver e vamos vendo como é que podemos preparar a contra-ofensiva.

— Nota-se desde o princípio que a dispersão das forças, dos valores culturais, das iniciativas dispersas pelos vários departamentos têm de ser coordenadas — afirmou ainda o director-geral da Cultura, apontando em seguida os novos caminhos a percorrer:

— Fala-se muito no Ministério da Cultura. É possível que ele venha a surgir, mas temos neste momento que encarar as coisas de uma forma realista. A criação do Ministério da Cultura também tem a sua complexidade para vir a poder funcionar, para não ser uma máquina burocrática e ser realmente uma máquina actuante. Portanto, há que coordenar todas as iniciativas dos Ministérios da Cultura e da Comunicação Social — para já estão consertadas as boas vontades nesse sentido — mas não podemos ficar apenas nas boas vontades e já está a ser previsto também uma coordenação efectiva, que automaticamente entrará mesmo nas respectivas calhas. Isto está a ser pensado a nível do Governo e do MFA.

Concretamente, estamos a ter contactos muito íntimos entre o Ministério da Comunicação Social e o Ministério da Educação e Cultura, precisamente a tentarmos concertar as iniciativas do FAOJ, as iniciativas da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais e as iniciativas da Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos. Embora possam falhar ainda muitas coisas, na verdade vamos tentar manter informados os dois departamentos das iniciativas que estão a ser programadas, programá-las em conjunto tanto quanto possível e sobretudo actuar em complemento uns dos outros e não em sobreposição.

Também, é preciso que se note, há uma potencialidade bastante grande na acção cultural da FNAT. Igualmente com a FNAT, com a sua nova comissão directiva, estão previstos os acertos de meios, o acerto de acções culturais.

A finalizar, o eng. Pinto Leite expressou a sua opinião quanto à possível participação dos estudantes nos referidos centros culturais, nomeadamente através do serviço cívico, dizendo que é talvez o momento óptimo para que, duma vez para sempre, saibamos abrir as portas das escolas no sentido que as escolas vêm para a rua e as ruas vão às escolas, quer dizer, na verdade não há fronteiras nos edifícios das escolas.

O Centro Cultural de Évora, que passa a ser dirigido pelo actor Mário Barradas e de que fazem parte, como elementos permanentes, os actores Luís Amaral, Avelino Bento, Luís Jacobety, Clara Joana, João Lagarto e Joaquim Rosa, iniciou a sua actividade apresentando uma forma de teatro de intervenção. Com efeito, «A Noite do 28 de Setembro», de Richard Demarcy transmite a necessidade «falar sobre a História viva que as massas criam...»

Como o próprio Demarcy afirma, **na hora em que a História abre as portas a uma dinâmica colectiva revolucionária e à imaginação, os artistas não podem ficar de fora.** É dever deles inventar, no momento em que o povo inventa a sua História, uma nova relação entre a imaginação, o nascimento de uma nova cultura e essa História que agora se faz a uma velocidade prodigiosa, História viva, palpitante, a vossa.

Também a música sairá dos conservatórios para a rua, ao encontro do povo a quem deve servir, segundo afirmou o dr. João de Freitas Branco, destacando as actividades já programadas para este mês no Teatro Garcia Resende, em Évora — recital pelo compositor italiano Luigi Nono; coros e danças da República Soviética da Ucrânia; recital pela pianista Nela Maissa; etc.

Mas também o povo terá muito para dar ao teatro, à música. Todos os seus valores até aqui ignorados, a riqueza do seu folclore, essa cultura viva forjada no dia-a-dia de trabalho, em mar ou em terra.

Cultura ao serviço do povo — terá sido um sonho — mais que nunca um direito.

OS TRABALHADORES DA ITT RABOR CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA

Dadas as manobras reaccionárias que a multinacional ITT tem vindo a desenvolver, numa tentativa desesperada de travar o processo revolucionário em curso no nosso país, decidiram os trabalhadores da ITT RABOR, em plenário realizado no dia 29 do mês passado, apresentar ao Ministério de Trabalho o Relatório e provas documentais que confirmam a existência de sabotagem económica desde o 25 de Abril na referida empresa, nomeadamente pela prática de: subfacturação; corte de investimentos; anulação de encomendas para as associadas da ITT na Europa; falta de liquidez de caixa que não permite o levantamento de matérias-primas da Alfândega; trabalhadores desocupados.

A RABOR, fábrica de motores eléctricos, de que a ITT é accionista único, tem neste momento ao seu serviço cerca de 550 pessoas, sendo a sua facturação global da ordem dos 120 000 contos, dos quais 50 por cento são para o mercado externo e os outros 50 por cento para o mercado nacional.

Enquanto no ano de 1974 os investimentos da empresa ultrapassaram os 20 000 contos, eles foram totalmente eliminados para o ano de 1975.

Por um estudo elaborado pela Comissão de Iniciativa, os trabalhadores da ITT RABOR concluíram que a empresa tem sido mal gerida desde 1968, com consequências prejudiciais para os trabalhadores e para a economia nacional; comprovaram a existência de prática de subfacturação nos produtos de exportação; a imposição de negócios que à partida se sabia não serem rentáveis para a empresa; a existência de sabotagem económica, pois sendo conhecidos os objectivos para a empresa que previa um aumento gradual da facturação — que atingiria em 1979 os 10 milhões de dólares (260 000 contos) — logo após o 25 de Abril estes objectivos começaram a declinar com a anulação do projecto LOEWE, anulação da exportação para França, redução de 8000 motores para Inglaterra (ITT FHD), redução maciça de componentes para motores para a Suécia (FLYGT AB).

A gravidade da situação económica e financeira da empresa leva a concluir que só uma acção enérgica dos trabalhadores, com a ajuda do Governo Provisório e do MFA, poderá salvar a RABOR, revitalizando-a, recuperando-a e pondo-a ao serviço dos superiores interesses dos trabalhadores e da economia nacional.

Portugal não poderá sair das dificuldades actuais sem uma consequente política antimonopolista e antilatifundista e sem a intervenção criadora das massas trabalhadoras nas actividades económicas nacionais. (CC do PCP — 26--1-75)

BRAGANÇA: EM FOCO O PROBLEMA DOS BALDIOS

A cultura da batata é uma actividade que, por ser feita em zonas de agricultura pobre, e, por isso mesmo, de minifúndio, foi abandonada à sua sorte pelo governo fascista e subordinada ao jogo dos interesses dos grandes armazenistas importadores.

Agora é possível dar à cultura da batata, quer de consumo quer de semente, a importância económica que ela deve voltar a ter nas regiões tradicionalmente produtoras.

A devolução dos baldios ao povo, seu dono legítimo, veio abrir novas possibilidades à cultura da batata, particularmente à da batata-semente. Consciente disto, mais de meia centena de pequenos e médios agricultores de França, concelho de Bragança, reuniram-se na Casa do Povo, para discutirem o futuro dos terrenos baldios agora restituídos e avançarem mesmo com a proposta concreta de criação duma Cooperativa de Produção de Batata.

Segundo os agricultores, há, neste extenso baldio da Serra de Montezinho, 200 hectares cultiváveis, que agora se encontram inactivos e que aproveitados darão para produzir batata para todo o concelho. Segundo os Serviços Florestais, esta região está qualificada como região própria para batata de semente.

Com o objectivo de assumir a responsabilidade que lhes cabe na reconstrução da economia regional e na promoção económico-social de toda a população, os agricultores ali presentes elegeram uma Comissão Directiva que passará a definir o futuro dos baldios.

Reunião em Portelo

A discussão dos baldios e o modo como a sua gerência pode ser conduzida a favor da comunidade foi também o principal ponto de análise no decorrer duma reunião no Portelo, levada a cabo pela Organização Concelhia de Bragança do nosso Partido e na qual participaram vários pequenos e médios agricultores.

ESPECTÁCULO DE SOLIDARIEDADE COM A NUTRIPOL

Solidarizando-se com a luta dos trabalhadores da Nutripol, a Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar, de Évora, estreia em Lisboa, no Teatro da Trindade, no próximo sábado, a peça «Breve História da Faca de Dois Gumes», da autoria de Manuel Peres, que há largos anos tem animado a vida daquele grupo cénico como encenador.

O espectáculo, cuja receita reverte para os trabalhadores dos supermercados Nutripol, conta com o apoio da Intersindical e, no fim, efectuar-se-á um debate sobre a peça.

TLP: INSTALAÇÕES PRECÁRIAS E PROVISÓRIAS HÁ 17 ANOS

Quando chove é preciso andar de botas aqui no local de trabalho, pois há muitas poças de água; as nossas ferramentas ficam à chuva; nós somos obrigados a trabalhar com estribos para subir postes, pois eles também ficam à chuva; ferramentas de alto valor são obrigadas a ficar à chuva e tudo isto são heranças não só do fascismo, mas principalmente da direcção que acabou por ser suspensa na sexta-feira.

São palavras de um elemento da Comissão de Trabalhadores dos TLP falando ao «Avante!» sobre as condições de trabalho das instalações na Av. de Ceuta. Com efeito, nas horas de maior movimento, os problemas surgem logo com a entrada e saída dos transportes; a inexistência de um telheiro obriga os trabalhadores a deixar as ferramentas à mercê das intempéries; a inexistência de balneários com vestiários impede os trabalhadores de usufruir de um mínimo de higiene. Condições provisórias que duram há dezassete anos, como recordou um trabalhador.

Temos esperança que a partir de agora, com a nova direcção, as coisas melhorem, pois caso contrário a deterioração das relações de trabalho pode provocar uma grave crise a nível nacional — afirmou o elemento da C. Trabalhadores, que se referiu em seguida às eleições sindicais que se realizam amanhã e sábado:

Todos lutam por melhores instalações e condições de trabalho. O essencial para nós, trabalhadores, é chamar todos os camaradas de trabalho para participarem nas eleições, pois só assim se consegue ter uma direcção representativa dentro do Sindicato. É preciso ter muito cuidado com os oportunismos, é preciso que os trabalhadores não se deixem levar por propostas utópicas, que nada têm a ver com as possibilidades reais da empresa.

Unidade e vigilância são condições essenciais para que os trabalhadores possam efectivamente defender os seus interesses.

Esta imagem dos trabalhadores da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos demonstra a alegria pela vitória alcançada em virtude de uma acção organizada e unitária em defesa do direito ao trabalho contra a prepotência patronal. O Governo, ao intervir na empresa, veio corresponder à persistente luta dos trabalhadores, que, em plenário realizado no passado dia 4, manifestaram, mais uma vez, a vontade de, com o seu trabalho, contribuírem para a reconstrução da economia nacional

1400 CONTOS DE GRATIFICAÇÕES DA «IMPÉRIO» PARA A SOLIDARIEDADE ENTRE TRABALHADORES

Numa reunião com representantes da administração da empresa, os trabalhadores da Companhia de Seguros Império conseguiram que os 1400 contos destinados às gratificações a pagar a 22 directores sejam entregues ao Ministério do Trabalho, revertendo para a campanha de «Um Dia de Salário para a Nação».

Há semanas que os trabalhadores da «Império» vinham apoiando essa justa reivindicação junto da empresa, cumprindo o que fora decidido em plenário.

Representantes dos trabalhadores da Companhia tencionam entregar brevemente a referida importância no Ministério, ou na Secretaria de Estado do Trabalho, num gesto de solidariedade para com os trabalhadores que dela necessitam.

SEARA NOVA

EDITORIAL

A Situação Económica da Agricultura e da Indústria
por V. Gomes da Silva

Mas Que Direito? Algumas Notas Críticas sobre Direito e Política
por Lino Lima

Um Grande Partido Nacional
por Albano Lima

O 7 de Fevereiro por Quem lá Esteve: Joaquim Pires Jorge
por Fernando Guerreiro

Poesia Africana de Expressão Portuguesa
por Maria Isabel Colaço

A Conjuntura Económica em Angola
por Mário Antão

- Por proposta da Comissão de Saneamento do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, Armando da Palma Carlos foi afastado das funções de director-geral dos Serviços Hidráulicos

- O Conselho de Ministros aprovou as modificações introduzidas no decreto-lei 277/74 sobre o saneamento dos serviços civis do Estado, serviços e empresas públicas, autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público.

- Algumas empresas proprietárias de redes de camionagem inauguraram um novo processo de sabotagem económica. Adquirem viaturas novas não carroçadas para «substituir» as que terminaram a sua vida útil e para «aumento» da frota. A compra é geralmente feita com a entrega da viatura usada e mais uma quantia em dinheiro, sendo o restante (70 por cento) pagável em 36 meses.

- O ministro Vítor Alves informou que o relatório oficial sobre a intentona contra-revolucionária do 28 de Setembro está a ser revisto pelo Conselho Superior do MFA e será em breve tornado público.

- Federico Alessandrini, porta-voz do Vaticano, confirmou, oficialmente, que Portugal e a Santa Sé chegaram a acordo quanto a algumas propostas constantes do projecto relativo à revisão da Concordata.

- A convite do presidente Senghor, o general Costa Gomes visitará o Senegal em data a fixar.

- Sob proposta da Comissão de Saneamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foram suspensos por 90 dias Martin Machado de Faria e Maia Júnior, ex-embaixador de Portugal na Noruega, e João Eduardo Monteverde Pereira Bastos, ex-embaixador de Portugal na Dinamarca.

- Portugal e a Costa do Marfim restabeleceram relações diplomáticas e vão trocar embaixadores.

- Segundo o alto-comissário Almeida de Eça, a situação alimentar em Cabo Verde é péssima. Pragas de gafanhotos destruíram noventa por cento das culturas. O gado sofreu uma redução de 30 por cento. Um terço da população receberá, a partir de Março, ajuda da ONU.

- Foi revogado o decreto-lei que impedia a cultura do tabaco no território continental de Portugal.

- Por injúrias às Forças Armadas, foram presos em Cacilhas três jovens que se identificaram como elementos do MRPP.

- O correspondente em Lisboa de «O Estado de S. Paulo», Santana Mota, publicou um extenso artigo naquele jornal em que relata, em estilo provocatório, o diálogo que manteve com elementos do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS quando ali foi chamado para prestar esclarecimentos sobre os textos caluniosos enviados para o seu diário. Confessa, porém, que a Comissão admite que manteve ligações com a PIDE.

- A RTP alterou novamente os seus horários. A edição principal do Telejornal principia agora às 22 e 30.

- Os emigrantes repatriados, que apenas recebiam bilhetes até à fronteira portuguesa, têm, por decisão da Secretaria de Estado da Emigração, direito a passagens até às respectivas terras onde residiam antes.

- Uma missão da Direcção-Geral dos Desportos visitará Cuba, a fim de estudar as estruturas que guinderam o desporto cubano a um plano de grande realce.

- A data para as eleições em Timor será anunciada em breve.

- A Pan American Airways vai suspender voos para Lisboa a partir de 2 de Março. A grande maioria do pessoal — 90 trabalhadores — será despedida.

- Os serviços de identificação vão ser reformados.

- A Faculdade de Farmácia iniciou cursos livres abertos a toda a população, sobre temas de biologia, saúde pública e ambiente.

- A emissão de títulos do Tesouro para a Reconstrução Nacional foi elevada de três para cinco milhões de contos.

- O camarada Erich Honecker, primeiro-secretário do CC do Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã, em telegrama enviado ao camarada Agostinho Neto, reafirmou o apoio da RDA ao povo angolano e desejou ao MPLA «o mais completo êxito na união de todas as forças anticolonialistas, democráticas e progressistas, no caminho de uma Angola livre e progressiva».

- O povo de São Tomé e Príncipe comemorou o aniversário do levantamento anticolonialista de Fevereiro de 1953.

- Mais de 30 produtos, na maioria alimentares, constam da nova lista de preços máximos e controlados, de venda ao público, publicada pelo Ministério da Economia. Entre eles figuram o açúcar, o arroz, as aves, o azeite, o bacalhau, o café, a carne bovina, as farinhas, o leite, as massas, a manteiga, o pão, o queijo e os óleos comestíveis.

- Provocadores esquerdistas pediram, em Tires, os talões de recenseamento aos moradores recenseados, dizendo que lhos devolveriam após as eleições. A manobra foi comunicada ao Governo Civil.

- Falsos coleccionadores de selos estão a comprar grandes quantidades dessa mercadoria pouco comum. As colecções são depois enviadas para o estrangeiro e ali vendidas.

- O regresso do camarada Agostinho Neto a Luanda, após 14 anos de exílio, foi verdadeiramente triunfal. Recebido por mais de 100 000 pessoas no aeroporto, o presidente do MPLA fez um vibrante apelo à unidade dos movimentos de libertação. «Vamos o mais rapidamente possível — declarou no final da sua saudação ao povo de Angola — construir a nossa nação independente, construir a democracia para o povo, e restituir-lhe as riquezas do nosso país.»

- Nos próximos dias chegarão a Cabo Verde vários navios transportando 6000 toneladas de milho, 600 toneladas de açúcar e 150 toneladas de leite.

- A Agência Tass denunciou como provocatória uma notícia do «New York Times» na qual se afirma que a União Soviética estaria a procurar obter bases para a sua frota de pesca.

- Dois membros da Frente Anticomunista da extinta Legião Portuguesa — Hélio Grevi Pereira e Alfredo José Andresen Martins Guimarães — foram saneados em Julho do ano passado pelos trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística. Soube-se agora que foram transferidos para a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Os trabalhadores desta, reunidos em assembleia geral, repudiaram a presença dos dois elementos fascistas e, num apelo à vigilância, lembram a necessidade de interpretar correctamente aquilo que o MFA designa por «legalidade revolucionária».

- A prisão em Fuentes de Oñoro de um trabalhador português, Vítor de Sousa Chaves, e o seu espancamento pelas autoridades espanholas daquela fronteira levou o Ministério dos Negócios Estrangeiros a divulgar um esclarecimento que, na realidade, não esclareceu o assunto. Vítor Chaves foi realmente agredido e alvo de uma grosseira provocação. Não há atenuantes para o comportamento inqualificável da polícia franquista.

- Após uma reunião plenária, os trabalhadores dos Serviços de Turismo da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo pediram a adopção de «medidas tendentes a iniciar rapidamente e sem entraves de qualquer ordem, um efectivo processo de saneamento e reclassificação».

- Pela primeira vez, Angola comemorou com um feriado nacional o aniversário do 4 de Fevereiro de 1961, data do início da insurreição do povo angolano contra o colonialismo, marcada pelo ataque à prisão de Luanda realizado por patriotas do MPLA.

- O Ministério da Educação e Cultura informou que continua em vigor o regime da obrigatoriedade do registo pelos professores das faltas dos alunos dos estabelecimentos do ensino secundário.

informação

Amplia-se a campanha de calúnias da reacção internacional

A campanha de calúnias contra Portugal intensificou-se nos últimos dias em vários países europeus e americanos. Os incidentes verificados no Porto durante o Congresso do CDS e as manifestações que estavam previstas para o dia 31 de Janeiro forneceram os temas para comentários profundamente desonestos que se inserem num esquema geral de solidariedade à reacção interna montado a partir de uma deturpação intencional dos factos.

A BBC, uma emissora na qual muitos portugueses, ingenuamente, continuam a ver um exemplo de informação objectiva, transmitiu relatos totalmente fantasistas dos distúrbios do Porto, oferecendo aos seus ouvintes um quadro alarmante. Foi simplesmente ridículo. Dir-se-ia que a cidade viveu uma tragédia, num clima insurreccional caracterizado por actos de violência generalizados. O mesmo quadro foi pintado por jornais como o «Daily Telegraph», o «Times» e o «Daily Express», para não citarmos já os fanáticos órgãos de extrema-direita.

Embora adoptando outro estilo, muitos órgãos de informação da França desinformaram também os seus leitores, deturpando, exagerando, mentido deliberadamente. Um diário como «Le Monde», tão lido e respeitado pela burguesia liberal europeia, publicou uma crónica do seu enviado especial em Lisboa na qual se fazia a entusiástica apologia do MRPP, emprestando a esse grupelho de provocadores a dimensão de um autêntico movimento revolucionário. Não faltou sequer a nota de mistério, de modo a levar o leitor a crer que esse punhado de ultra-esquerdistas irresponsáveis vive na clandestinidade e tem uma estrutura comparável à dos movimentos guerrilheiros latino-americanos que tanto excitam a imaginação da pequena burguesia francesa.

«Le Figaro», o diário da classe dominante francesa, bateu todos os recordes em matéria de falta de ética jornalística e hostilidade à Revolução Portuguesa. Na edição do dia 29 de Janeiro, o senhor A. Favereau, ex-embaixador da França em Lisboa, desenvolve a tese da ofensiva comunista para a tomada do Poder, pinta um quadro de caos e afirma que o «Exército já não obedece». A crónica do seu enviado especial, Jean Rey, publicada no dia 31, é ilustrada com a foto de um «maoísta» ao lado de um soldado. O texto é um emontoado de disparates.

No Brasil, o «Estado de S. Paulo» e o «Jornal da Tarde» (mesma empresa), dedicam páginas e páginas ao acontecimentos de Portugal.

Toda a reacção brasileira foi mobilizada para nos atacar, desde o ex-governador fascista Carlos Lacerda ao correspondente em Lisboa, Santana Mota, um energúmeno que, dia após dia, insulta o povo português. O «Estado» confessa não entender o comportamento dos oficiais do MFA. Aponta os exemplos do Brasil em 1964 e do Chile em 1973. Desejaria que as Forças Armadas portuguesas inventassem um Castelo Branco ou um Pinochet.

O quadro dissipa todas as dúvidas sobre a amplitude da mobilização das forças da reacção internacional contra o processo de democratização em Portugal. A orquestra está afinada e toca em ritmo acelerado. No tocante à Inglaterra, o noticiário relativo aos actos de terrorismo, que fazem parte do dia-a-dia, quase desapareceu das rádios e das páginas dos jornais. A BBC, o «Times», o «Daily Telegraph» esqueceram repentinamente os gravíssimos problemas da Irlanda, a opressão colonial que Londres exerce sobre o Ulster, a violência nas ruas, as bombas que explodem nos supermercados londrinos. Só têm palavras e olhos para o «caos» português, só conseguem comover-se com as dores do CDS, com o heroísmo da direita lusitana. A Inglaterra reaccionária mostra-se apavorada com o «perigo comunista», com a «desordem» provocada pelos comunistas portugueses.

No que diz respeito à França, a sagrada cólera contra o MFA e contra o nosso Partido levou os órgãos da Informação a saltar por cima das precauções mais elementares.

As reportagens de «Le Figaro» são dignas de um museu da desinformação. O sr. Jean Rey, atarefado enviado especial, trocou tudo. Conscientemente, desonestamente. O «maoísta» que aparece na primeira página da edição de 31 de Janeiro, doutrinando um soldado na véspera das manifestações proibidas, só existe na sua imaginação. A fotografia foi tirada no dia 1.º de Maio e o que nela se vê é uma imagem da confraternização entre o povo e as Forças Armadas durante essa jornada inesquecível. O suposto «maoísta» é um militante do nosso partido. O orgulhoso órgão da grande burguesia francesa tem um «slogan»: «Num mundo que muda, «Le Figaro» muda». Deveria mudá-lo para «num mundo que muda, «Le Figaro» continua sempre igual, como espelho da reacção e modelo da desinformação».

A ofensiva contra Portugal é dura e não deve ser subestimada. Os métodos a que recorrem os seus autores são, porém, tão sórdidos que o desmascaramento dos objectivos da campanha se torna fácil. O ódio irracional não basta para dobrar o espírito democrático e revolucionário de um povo empenhado em construir um amanhã de paz e progresso. «O Estado de S. Paulo» pode enterrar as suas esperanças golpistas. No MFA não há lugar para traidores e fascistas como Castelo Branco e Pinochet.

Dois pesos e duas medidas

Em quase todas as empresas monopolistas a campanha eleitoral já principiou. É uma campanha com características muito especiais. Os patrões tomam posição. E os escalões de chefia intermediários começam a exercer toda a espécie de pressões no intuito de favorecer determinado partido. Em certas fábricas quem aparece a pedir emprego recebe no acto de inscrição uma ficha deste ou daquele partido para preencher. Do CDS, do PPD ou do PS. Do PCP, obviamente, nunca. O anticomunismo é, aliás, uma constante nas manobras eleiçoeiras empresariais. Os comunistas, esses, são perseguidos das formas mais variadas. Na CIDLA por exemplo, cartazes do PCP, afixados por uma camarada nossa, foram arrancados. O tratamento que recebem dos grandes empresários os simpatizantes de outros partidos é completamente diferente. A Standard Electrica, nomeadamente, deu todas as facilidades a um grupo de jornalistas suecos que ali se apresentou acompanhado por elementos do PS. Entraram sem cartão de visitante — o que o regulamento proíbe —, tiraram muitas fotografias e estiverem reunidos com simpatizantes socialistas. Não é de estranhar, assim, que na Standard os chefes recorram a todos os meios para obrigarem os operários a aderir ao PS. Em contrapartida, uma militante nossa que usava um emblema do PCP foi intimada a substituí-lo por outro do PS.

Balanço da «Operação Nortada»

Durante a «Operação Nortada», os elementos do MFA responsáveis pela iniciativa, promoveram 240 sessões de esclarecimento. Os resultados segundo o major Delgado da Fonseca, foram bastante satisfatórios na área de Bragança e mais modestos na zona de Braga.

Publicamos abaixo algumas passagens das declarações feitas por esse oficial do MFA durante a conferência de Imprensa com os representantes dos órgãos da Informação, no Porto:

«Durante o regime anterior, qualquer pessoa de uma família que se metesse na política era logo considerada pessoa não grata e ainda hoje isso se verifica. Curiosamente, posso dizer-lhes que recorremos por vezes ao sistema de perguntas escritas para pôr as pessoas mais à vontade. O povo português não é reaccionário como muitos afirmam, mas é desconfiado por natureza e, portanto, há que desbloqueá-lo.»

«No final das sessões, as pessoas começavam a sentir a necessidade de se esclarecerem. Como já referimos, a reacção não foi igual em todos os lados. No Minho, as populações são muito tradicionais e muito agarradas ao clero. Logo, o clero exerce forte influência sobre as pessoas desses meios. Aliás, o problema religioso é um dos vários que existem, mas que nós fomos anotando para depois os fornecermos à 2.ª Repartição do Quartel-General da Região Militar do Porto.»

«Os melhores resultados foram conseguidos através de um diálogo franco. Tentámos puxar as pessoas para o associativismo, preparando-as assim para uma campanha a terceiro nível, isto é, despertando-as para as actividades culturais. E o certo é que já vai havendo realizações práticas, pois nota-se que as populações começam a associar-se para fins culturais ou económicos e sempre que há uma discussão numa aldeia, para nós, é a prova suficiente de um trabalho válido. Os meios de que dispomos neste momento, quer materiais, quer humanos, não são muitos e limitam de certo modo a nossa acção. Pensámos, no entanto, que dentro em breve já teremos meios materiais capazes de possibilitarem uma melhor aproximação.»

Palavras do general Carlos Fabião

Dirigindo-se aos seus camaradas de armas, o general Carlos Fabião, chefe do Estado-Maior do Exército e membro da Junta de Salvação Nacional, fez importantes declarações durante a cerimónia de encerramento do I Curso de Comandos/74 no Regimento de Infantaria 1, na Amadora.

Começou por aludir a uma histórica carta de um centurião das legiões de César «na qual punha em dúvida se aqueles que longe da Pátria combatiam contavam com a devida compreensão, em Roma, da missão em que se empenhavam». Os que traíam deveriam temer a cólera das legiões.

«Aqueles que, como nós, foram lançados para uma guerra — sublinhou —, foram-no motivados por determinados factores. Por fim verificámos que estávamos a ser traídos, que as finalidades não eram aquelas que nos haviam dito. E também a cólera se apoderou de nós. Mas, felizmente, essa cólera concretizou-se, manifestou-se, explodiu no 25 de Abril.»

O major Jaime Neves, comandante do Batalhão n.º 11 de Comandos, usou também da palavra para enaltecer a coesão e a unidade das Forças Armadas e o papel do MFA.

«Os tempos que atravessamos — disse — são difíceis, mas a unidade que nasceu do 25 de Abril tem evoluído e acompanhado a interpretação do processo a que nós militares nos propusemos na defesa intransigente do programa do MFA.

«Temos consciência do nosso valor e o Povo Português pode contar com a coesão, disciplina e espírito de missão que se mantêm inalteráveis e sempre postos na salvaguarda dos seus justos interesses.»

Angola mais perto da independência

O processo de descolonização deu um novo e importante passo em frente com a posse, no dia 30 de Janeiro, do Governo de Transição de Angola, que entrou imediatamente em funções.

«A partir de agora — afirmou, na abertura da cerimónia, o alto-comissário Silva Cardoso — os povos angolano e português, o Mundo inteiro esperam do Governo empossado a capacidade para conduzir Angola à independência, num clima de paz, justiça e respeito mútuo.»

Publicamos abaixo trechos da mensagem que o camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA, dirigiu ao povo de Angola, para celebrar o acontecimento:

«O povo angolano pode sentir hoje — diz Agostinho Neto — a alegria de entrar numa nova fase da luta. Ele conquista mais uma vitória no caminho da sua independência completa e da reconquista da dignidade perdida durante os séculos do colonialismo. Uma nova etapa honrosamente conseguida pela luta contra aqueles que exploraram e dominaram a nossa pátria. Finalmente, ficou materializado hoje, 31 de Janeiro de 1975, o reconhecimento do nosso direito à independência e à autodeterminação. Glória aos combatentes. Glória aos militantes. Àqueles que combateram de armas na mão, ao direito da luta clandestina e da luta legal. A todos e a cada um que ajudaram a impor o nosso direito à independência seja dada a honra devida. Para aqueles que nunca compreenderam bem os objectivos da luta, àqueles que se opuseram ao nosso desejo patriótico, haverá que o entender agora e colaborar na defesa das vitórias já adquiridas. A luta de libertação não foi só uma luta pela liberdade da terra, foi mais do que isso, foi uma procura de soluções, algumas das quais hoje encontradas como, por exemplo, para o problema racial, para as contradições tribais, para os conflitos de classe. O caminho está claramente indicado.

«No entanto, vencida a contradição principal, até agora existente, entram em confronto as novas contradições, algumas das quais antagónicas.

«Para uma vitória completa é necessário, pois, que a luta continue. O imperialismo tem tudo para dividir o povo. Para continuar a dominar o nosso país. Por isso, a vigilância revolucionária deve ser uma das características militantes do povo, para não perdermos as vitórias já alcançadas. Na história da luta existem exemplos frequentes de como se pode facilmente perder a independência de uma organização ou mesmo de um povo, se os militantes não estão vigilantes. O progresso político e social, já concebido nas novas concepções da vida, não deve ser perdido. Não poderemos ter em Angola outra forma de organização senão a democracia real para todos. O povo deve estar ligado ao exercício do Poder, através de uma estrutura adequada. Por vezes, sentem-se chocados aqueles que tiveram privilégios durante o período colonial, quando nos afirmamos em defesa dos interesses das classes mais exploradas. Creio, contudo, que esses sentimentos de perda de uma posição exclusiva para alguns grupos sociais desaparecerão quando for bem assimilada a ideia da democracia para todos.

«Lutar pela verdadeira democracia significa estar estreita e tenazmente ligado às massas trabalhadoras, não usar, pois, da história colonial, para que essas sintam a sua pátria através do exercício do Poder pelo qual lutou.

«Num determinado momento da História da Humanidade, Hitler e Mussolini pensaram poder dominar os outros povos pela força das armas. No entanto, os povos demonstraram que não são as armas que determinam um tipo de vida de um povo. As armas só exercerão o seu verdadeiro papel quando estão postas ao serviço do povo e defendem o interesse do povo.

«A única garantia que poderemos ter no futuro para consolidar as conquistas da luta é se o povo puder excercer o Poder por si mesmo. O Poder das minorias é sempre precário, pois ele vai contra o interesse de todos. Com o povo no Poder, especialmente quando entendemos no povo a sua maioria, as camadas mais exploradas, encontramos o verdadeiro caminho para a paz e tranquilidade para pretos, brancos e mestiços. A tranquilidade para ricos e para pobres. Só com o povo no Poder temos a verdadeira democracia.

«Que o Governo de Transição seja um verdadeiro intérprete da vontade popular. Que todos trabalhem pela unidade nacional, pela integridade territorial, pela democracia e pela paz. Vigilância contra as manobras divisionistas. Vigilânci contra qualquer tentativa de usurpação do Poder por pequenos grupos. Vigilância contra os separatistas. Façamos entrar o povo angolano no concerto das nações livres, com dignidade e com paz. A vitória é certa.»

O «Avante!» associa-se calorosamente à alegria do povo de Angola, agora mais próximo da independência. E participa da satisfação dos militantes e dirigentes do MPLA, empenhados numa nova etapa da luta que iniciaram há 13 anos. Ninguém, como eles, contribuiu tanto para a derrota do colonialismo, para tornar possível as conquistas que se concretizaram na fórmula do Governo de Transição, nenhum outro partido ou movimento angolano pagou um tributo de sangue comparável, pela causa da libertação nacional. Os êxitos alcançados não criaram, felizmente, ilusões entre os combatentes do MPLA. Vencida a contradição principal, como salienta Agostinho Neto, entram em confronto novas contradições que o imperialismo e as forças da reacção tratam de explorar. E os factos demonstram que os inimigos do povo de Angola, os adversários da independência real de Angola, não perderão uma só oportunidade para tentar levar adiante os seus sinistros planos. O caminho da democracia está aberto, mas será longo e difícil. Existe, concretamente, uma aliança táctica entre as forças da reacção em Angola e as forças da reacção em Portugal, que se manifesta, diariamente, nos factos da política. Cada novo avanço do processo revolucionário em Portugal contribuirá para o avanço do processo angolano e vice-versa. Mas cada recuo em qualquer dos países terá também efeitos imediatos e negativos no outro. A vigilância a que alude Agostinho Neto é, agora, mais do que nunca necessária. Uma vigilância feita de tenacidade e também de paciência, pois Angola é um barril de pólvora que a reacção procura fazer explodir, e o incidente mais insignificante pode levar a situações críticas, como se tem verificado desde o 25 de Abril.

É preciso que o povo de Angola crie condições, como diz o presidente do MPLA, para exercer o Poder por si mesmo. Então, a vitória será sua.

O director-geral da Informação sugere uma lei revolucionária para a RTP

Para garantir uma autêntica independência da televisão que lhe permita cumprir com imparcialidade a sua função informativa e formativa, um maior número de elementos das Forças Armadas será colocado em postos-chave da RTP, declarou no último programa «Teledomingo» o secretário de Estado da Comunicação Social, comandante Conceição Silva. «Temos — disse — uma enorme missão a cumprir junto do povo, uma missão de esclarecimento.»

O comandante Rui Montês, director-geral da Informação, também participou no programa e abordou largamente os problemas que envolvem a passagem da RTP de empresa privada a empresa pública. O Estado, lembrou, possuía inicialmente 60 por cento das acções; 20 por cento eram de estações comerciais e outros 20 por cento estavam nas mãos do público. Hoje, esses 20 por cento estão reduzidos a 15 e o resto foi aumentar o lote das emissoras. No sector do público há bancos que já têm 200 e 300 acções ou mais, através de sociedades que controlam. Em catorze anos — esclareceu —, 20 000 contos investidos em acções na RTP (por aquelas emissoras) renderam-lhes (através de receitas de publicidade) 131 000 contos. Isto quer dizer que, por exemplo, um accionista como o Rádio Clube Português, com 9250 contos, tirou nesses anos 60 000 contos de lucros; a Rádio Renascença tirou, de 4630 contos, 30 000 contos de lucros. Quando o Estado for passar esta empresa a empresa pública, terá, ainda por cima, de acordo com a lei antiga, ele que aqui investiu 60 por cento e nunca recebeu nada, de indemnizar quem empregou 9000 e tirou 60 000. Este é um dos casos em que se impõe a criação de uma lei revolucionária.»

«Lei revolucionária — concluiu — é uma lei que, em nome do povo português, não permita que imoralidades destas continuem. Que olhe para um caso destes e diga: estes senhores já comeram de mais.»

O PPD critica as Forças Armadas

Durante o comício que o PPD promoveu em Aveiro no último fim-de-semana, o secretário-geral daquele partido, Sá Carneiro, fez duras críticas às Forças Armadas e ao MFA. Do seu longo discurso transcrevemos abaixo alguns parágrafos:

«Começu a fazer-se crescer entre o povo uma intransigência por tudo quanto não fosse revolucionário e destruidor do passado. Um permanente descontentamento por tudo quanto fosse moderado.

«Exigiram-se e impuseram-se através da propaganda todos os radicalismos: fomentaram-se todas as exigências; cultivou-se em grau crescente uma demagogia desenfreada.»

E, ainda sobre o mesmo tema, adiantou:

«Criou-se um clima de suspeição e de ódio que levam à inquietação permanente, à desconfiança mútua, à impossibilidade de cooperação.

«Mesmo em certos sectores do MFA assistimos a sinais reveladores de todos estes sintomas, especialmente através do seu Boletim, do qual transparece uma radicalização crescente do processo político português.

«A ideia da revolução permanente vem substituir a preparação para a democracia, para se afirmar em seguida que não basta ser democrata, é necessário ser-se revolucionário.

«Noutra revista militar chega mesmo a afirmar-se que o verdadeiro Governo é o Conselho Superior das Forças Armadas.

«Por isso muitos se interrogam hoje sobre o verdadeiro carácter da revolução e sobre o desfecho do que se acreditava ser processo de democratização.»

O secretário-geral do PPD salientou ainda que «a vigilância democrática das Forças Armadas não pode confundir-se com Governo Militar, seja qual for a sua forma», e acrescentou:

«Não é sem surpresa e indignação que vemos as democracias europeias serem apelidadas de burguesas e até de reaccionárias, porque não estão no passo da revolução.»

Manobras da reacção em Viseu

Nas Beiras, especialmente no distrito de Viseu, a campanha anticomunista intensifica-se. Como não houve saneamento, ou foi muito superficial, elementos fascistas continuam a controlar as juntas de freguesia e os postos-chave da administração em dezenas de vilas e aldeias. Os caciques da ex-ANP tornam-se cada dia mais arrogantes. Procedem exactamente como nos tempos do fascismo, com a única diferença de que, à cautela, se inscreveram em partidos ditos democráticos que eprovam o anticomunismo como método de acção política. É a mesma gente, acobertada por uma sigla diferente.

Um leitor que acaba de passar umas férias em Mortágua e Santa Comba Dão manifesta-nos o seu espanto diante do que viu e ouviu por ali. Refere-se «à campanha anticomunista entre as massas, sobretudo nas feiras, dirigida por elementos afectos ao PPD, aterrorizando as gentes despolitizadas ao afirmarem que, se não votarem no seu partido, vem o comunismo, e depois é o fim...» E informa que outros elementos da ex-ANP, por ser demasiado notória a sua inscrição partidária, incumbem as mulheres de realizar essa campanha, para aglutinar votos «enquanto brandem o espantalho anticomunista».

Não é apenas em Mortágua e Santa Comba que tais coisas ocorrem todos os dias. É um pouco por todo o distrito, a exemplo do que acontece no Nordeste Transmontano. O jornal «25 de Abril», de Viseu — uma excepção no panorama da imprensa local — tem chamado a atenção para episódios esclarecedores da forma como o re-

censeamento foi feito, como prólogo a uma campanha eleitoral em que, tudo o indica, os caciques fascistas esperam poder repetir os métodos da época de Salazar e Caetano. Numa aldeia da Beira Alta, por exemplo, uma professora primária foi abordada por um trabalhador quando se encontrava em serviço numa comissão de recenseamento. Travou-se, então, o seguinte diálogo: «Senhora professora, já não é preciso assinar mais nada?». Surpreendida, a professora pediu que se explicasse. Resposta do trabalhador: «É que já assinei um papel em casa do senhor... (e citou o nome de um figurão local). Sem saber, tinha sido inscrito como membro de um partido. Puseram-lhe um papel na frente e disseram-lhe que assinasse. Exactamente como no tempo da União Nacional e da sua herdeira ANP.

Como poderão, em tais condições, ser livres as eleições de Abril em muitas aldeias de Viseu?

Sangrentos incidentes em Luanda

Na manhã do dia 2, no Bairro de S. Paulo, em Luanda, registaram-se sangrentos incidentes, cuja responsabilidade cabe a elementos provocadores. Segundo a 5.ª Repartição do Comando-Chefe das Forças Armadas, morreram dez pessoas, entre as quais três oficiais portugueses.

O Ministério da Informação distribuiu, a propósito desses acontecimentos, o seguinte comunicado:

«Face aos incidentes ocorridos hoje na Praça de S. Paulo, o Governo de Transição esclarece o seguinte:

«Com a participação do Comando Operacional de Luanda e forças dos três Movimentos de Libertação, foram tomadas as medidas necessárias com vista a assegurar a manutenção da ordem e impedir que incidentes desta natureza se repitam.

«O Governo de Transição condena qualquer tipo de especulações que visem deturpar a verdade e faz um apelo à população para que se mantenha vigilante contra o boato.

«Porque se trata de um incidente esporádico e devidamente localizado — porque a situação está completamente normalizada, lança o seu veemente apelo à calma. Exige-se que a população se abstenha de aglomerações de qualquer tipo.

«Dado que foi já nomeada uma comissão de inquérito o Governo de Transição prestará a seu tempo esclarecimentos detalhados.

«O Governo de Transição sublinha que se mantém perfeitamente coeso e que de modo algum pode aceitar da parte seja de quem for a intenção de contrariar esse clima de unidade.»

informação

- O ex-primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Edward Heath, anunciou que retirava a sua candidatura na eleição para a chefia do Partido Conservador.

- Pela primeira vez em 12 anos, um delegado de Cuba participou na ONU numa reunião do grupo de nações latino-americanas.

- A «Liga dos Estudantes Democráticos Nacionais», organização fascista austríaca, pretendia comemorar o 42.º aniversário da subida de Hitler ao Poder. O governo austríaco proibiu a festa de confraternização nazi e dissolveu a Liga.

- «L'Humanité-Dimanche», edição dominical do órgão central do Partido Comunista Francês, denunciou uma conspiração dos monopólios petrolíferos que operam na França. Essas poderosas companhias pretendem reduzir a aquisição de ramas para criar escassez de petróleo e obterem, depois, nova alta de preços.

- O Partido Nacionalista da África do Sul designou como candidato à Presidência da República Nicholas Diederichs, actual ministro das Finanças. A eleição constituirá, em Abril, uma simples formalidade, pois o PN, de tendência fascista e racista, dispõe de ampla maioria no Parlamento e será este quem escolherá o sucessor do presidente Fouché.

- Recomeçaram em Viena as negociações entre os países membros do Pacto de Varsóvia e os da NATO. A agenda inclui o problema da redução mútua e equilibrada de forças militares.

- Os patriotas «khmers» apertaram mais o cerco a Phnom Penh, capital do Camboja, tendo bombardeado com foguetões objectivos militares ocupados pelas forças mercenárias do governo fantoche de Lon Nol.

- Malograram-se as negociações entre a Holanda e os EUA para a renovação do acordo aéreo entre os dois países.

- «Os EUA não deveriam, no futuro, intrometer-se nos assuntos internos da América Latina, como fizeram no Chile e na República Dominicana», declarou o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, John Sparkman.

- O general Francisco Morales Bermudez, chefe do Estado-Maior do Exército peruano foi nomeado primeiro-ministro do Governo do general Velasco Alvarado. É um amigo da Revolução cubana e um defensor da política de intensificação das relações económicas com os países socialistas.

- «Não creio que seja possível um acordo de paz no Médio Oriente sem a União Soviética», declarou em Telavive o general Moshe Dayan, ministro da Defesa de Israel. Até um partidário da guerra, como Dayan, reconhece que o imperialismo americano, aliado de Israel, não tem condições para resolver a crise do Médio Oriente.

- O governo da Noruega proibiu a entrada de trabalhadores estrangeiros durante um ano.

- O ditador Anastazio Somoza desencadeou na Nicarágua uma onda de perseguições, torturas e crimes.

- O senador Edward Kennedy deu uma ajuda à campanha da reacção internacional contra Portugal. Mudou de linguagem. Agora está inquieto com as consequências da unicidade sindical, associa-se à campanha anticomunista e sonha com golpes de Estado.

- Em encontro com Yasser Arafat, presidente da Comissão Executiva da Organização de Libertação da Palestina, Andrei Gromiko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, reafirmou a posição soviética de apoio à participação da OLP na Conferência de Paz de Genebra.

- Uma missão de organismos especializados das Nações Unidas está em Bissau a fim de estudar as fórmulas de ajuda a prestar à jovem república africana.

- O presidente Mobutu informou que as igrejas católicas do Zaire serão fechadas se os seus fiéis comentarem a política oficial do país.

- Durante o Congresso do Partido Socialista Francês, registou-se uma importante cisão. A ala esquerda, representada por um quarto dos delegados, rompeu com a maioria. Motivo: discordância da linha anticomunista imprimida ao partido por François Mitterrand, seu secretário-geral.

- Segundo um relatório publicado em Washington pela Comissão Nacional para a Aplicação da Lei e da Justiça Social, a Interpol manteve íntimas ligações com a Gestapo durante a segunda guerra mundial.

- Um deputado trabalhista britânico, Tom Litterick, anunciou que vai pedir ao Governo da Grã-Bretanha que considere «persona non grata» qualquer agente da CIA que entre ou viva no país.

- O défice da balança comercial da ditadura uruguaia foi, em 1974, de quase 3 milhões de contos.

- O Vaticano informou que enviará em breve para Bissau um representante especial do Papa, com a categoria de delegado apostólico.

- Marrocos submeteu ao Comité de Descolonização das Nações Unidas a questão de Ceuta e Melilla, duas cidades marroquinas que a Espanha ocupa, sustentando serem parte integrante do seu território.

- O presidente da França, Valery Giscard d'Estaing, remodelou o seu Governo. O general Bigeard, conhecido pela sua participação na guerra da Argélia, foi nomeado secretário de Estado da Defesa. O titular dessa pasta passa a ser Yvon Bourges.

- Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, declarou que as novas nações independentes que nascerão da liquidação do colonialismo português, poderão contar com a assistência daquela organização para enfrentarem as dificuldades do período de transição e da fase posterior.

- O director do Banco Federal dos EUA sugeriu ao presidente Gerald Ford que desse um exemplo de austeridade, reduzindo os seus vencimentos, no momento em que dirigiu um apelo à nação sobre a necessidade de diminuir gastos supérfluos. Ford ganha o equivalente a 5000 contos por ano. Mas o apelo não foi ouvido. O «salário» presidencial acaba de ser aumentado para 10 000 contos anuais.

- O presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, assistirá ao encontro de chefes de Estado dos países da OPEP, em Março.

- O presidente da Costa Rica, Daniel Oduber, reafirmou o seu apoio aos países latino-americanos que se opõem à Lei do Comércio Externo dos Estados Unidos.

- A mulher e a filha do general chileno Alberto Bachelet foram deportadas pela Junta Militar de Santiago. Bachelet, que permaneceu leal até ao fim ao Governo da Unidade Popular, foi torturado e, depois, assassinado em Março de 1974.

- Segundo a revista americana «Time», o ex-presidente Richard Nixon pretende ser nomeado embaixador dos Estados Unidos em Pequim.

- O rearmamento da República Federal da Alemanha prossegue em ritmo acelerado. Nos últimos 18 meses, o número de submarinos passou de 11 para 21.

- John Connally, multimilionário texano e ex-secretário do Tesouro dos EUA, deixou de fazer parte do concelho consultivo sobre Segurança Externa do presidente Gerald Ford.

- Kissinger revelou em Washington os cinco pontos de uma proposta que visa a forçar uma queda dos preços do petróleo. Essa proposta equivale a uma verdadeira declaração de guerra económica aos países produtores.

- O comunicado conjunto divulgado após a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética a Damasco, reconhece que a Síria tem «o direito de recorrer a todos os meios que julgue adequados para libertar os seus territórios ocupados» por Israel.

- No Cairo foram assinados três acordos de cooperação no domínio cultural e da planificação entre o Egipto e a União Soviética.

- A data exacta da independência do Suriname (ex-Guiana holandesa) será fixada em Março, durante uma conferência a realizar em Haia. O Suriname, embora tenha um governo autónomo, continua, na prática, a ser uma colónia holandesa.

- O governo fantoche de Van Thieu intensificou a repressão no Vietname do Sul. De uma só vez mandou prender jornalistas.

- As reservas monetárias da Arábia Saudita quase igualam as dos Estados Unidos. Ascendem presentemente a 14,8 biliões de dólares, contra 16 dos EUA. No mundo capitalista, o primeiro lugar cabe à República Federal da Alemanha, com 32,7 biliões de dólares.

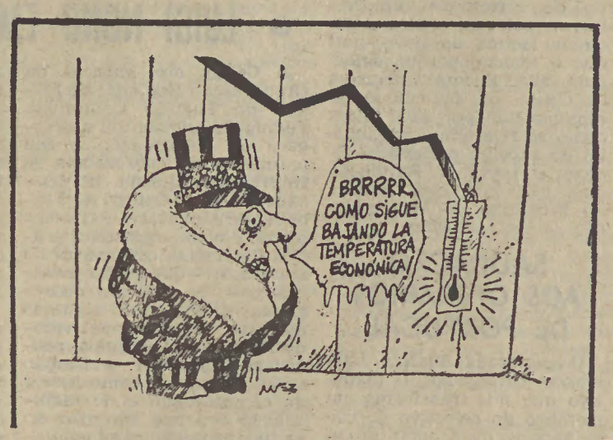
- Ana Cabral, viúva de Amílcar Cabral, dirigirá o Departamento de Assistência Social no Comissariado da Saúde e Assuntos Sociais da República da Guiné-Bissau.

Um défice recorde nos Estados Unidos: 1 300 000 000 000$00 (mil e trezentos milhões de contos)

A crise norte-americana agrava-se. Nem os políticos mais conservadores ousam agora esconder a realidade. Deixaram de falar em «recessão» e confessam a existência da crise mais grave que o país atravessa desde 1929.

O orçamento para 1975 enviado ao Congresso propõe despesas federais no montante de 340 biliões de dólares para o ano financeiro com início a 1 de Julho. Mas essas despesas não estão cobertas pelas receitas prováveis. O défice previsto atinge a cifra recorde de 52 biliões de dólares (um bilião e trezentos milhões de contos).

A crise americana não é uma crise episódica limitada a um país. É um reflexo da crise geral que hoje abrange o mundo capitalista. A previsão de um défice de 52 biliões de dólares é, aliás, muito optimista. O próprio presidente Gerald Ford já reconheceu publicamente que o défice poderá atingir 70 biliões de dólares se o Congresso não aprovar certas reduções de despesas por ele propostas na sua mensagem. O país está apavorado com o desemprego e a inflação. Segundo as últimas estatísticas, 37 por cento dos trabalhadores da



indústria automobilística estarão desempregados a partir da próxima semana: 254 000 num total de 864 000. A Ford anunciou que 19 das suas fábricas encerrarão as portas, o que lançará no desemprego mais 70 000 operários que se juntarão aos 70 000 já despedidos. A General Motors vai despedir 10 000, o que elevará o seu contingente de desempregados a 115 000. O panorama na American Motors é igualmente sombrio.

Enquanto o pânico se instala no seio do Estado e da indústria da maior potência capitalista, a União Soviética revaloriza o rublo em relação ao dólar e torna públicos números reveladores das vitórias alcançadas em todos os sectores da produção. Os padrões de vida do seu povo são cada vez mais elevados. Em 1974 o comércio a retalho registou um aumento de vendas de 10,9 biliões de rublos (380 milhões de contos). O consumo de ovos cresceu 11 por cento; o de carne, leite e queijo, sete por cento. Houve também aumentos sensíveis no consumo de óleos, manteiga, frutas, produtos hortícolas e doces. A mesma tendência para a expansão de vendas registou-se em relação a automóveis, mobiliário, electrodomésticos, relógios, etc. Quarenta e sete milhões de trabalhadores beneficiaram de aumentos salariais e trinta milhões tiveram as suas pensões e prémios especiais melhorados. Durante o actual Plano Quinquenal, os rendimentos familiares aumentaram quase 19 por cento, sem que o rublo tivesse perdido poder aquisitivo. Isso numa sociedade na qual as rendas de casa não sobem há quase quarenta anos e representam, em média, apenas 4 por cento das despesas familiares.

O contraste entre a crise americana e a expansão e a prosperidade soviéticas não pode hoje ser ocultado pelos próprios Estados Unidos. A superioridade do sistema socialista sobre o capitalista é uma realidade indesmentível.

Aumenta a tensão social em Espanha

O regime franquista continua a dar provas de uma grande desorientação diante da série de desafios que enfrenta, vindos das áeras sociais mais diferentes.

Os jornalistas, que haviam denunciado publicamente a censura e as perseguições policiais, receberam a solidariedade de 600 arquitectos, advogados e artistas plásticos, o que motivou uma resposta do ministro da Informação e Turismo. Entretanto, numa clara confirmação das contradições internas existentes no seio do próprio regime, o chefe do Governo, Arias Navarro, visitou a Associação de Imprensa de Madrid e esforçou-se para agradar aos jornalistas.

Na Igreja aprofunda-se o fosso que separa a alta hierarquia do clero progressista. O cardeal Enrique y Taracon, depois de uma reunião com a Comissão Permanente do Episcopado Espanhol, decidiu não entregar a Franco o documento com 160 000 assinaturas que recebera da organização Justiça e Paz e no qual se pede a amnistia geral para os presos e exilados políticos. O cardeal limitar-se-á a pedir a Franco «grande indulgência e graça» para os presos políticos, mas em nome do Episcopado e não da Comissão Justiça e Paz. Esse comportamento não é aprovado pelas bases da Igreja, principalmente no País Basco e na Catalunha. Em muitos templos, os padres criticam nas suas homílias a política repressiva do Governo e discutem com os operários os conflitos de trabalho. No intuito de amedrontar tanto o clero como o povo, o Ministério do Interior acaba, aliás, de aplicar uma multa superior a 2 milhões de pesetas a quatro sacerdotes que abordaram temas considerados políticos nos seus sermões.

Esses métodos repressivos apenas estão contribuindo para fazer crescer a revolta contra o franquismo nos meios cattólicos. O bispo de Bilbau, Anoveros, protestou corajosamente contra a espionagem nas igrejas, feita por elementos ao serviço da Polícia, que utilizam gravadores.

Em Barcelona e na Navarra o movimento grevista entrou em declínio, mas na Catalunha a situação na fábrica de automóveis Seat continua a ser tensa e, nos últimos dias, 2500 trabalhadores participaram em várias greves.

Nas universidades a situação está a assumir aspectos explosivos. Em Leon, na Corunha, em Múrcia e Málaga, milhares de estudantes deflagraram greves. Em Oviedo, o reitor fechou as Faculdades de Direito e de Filosofia, a fim de impedir reuniões e manifestações dos alunos. Em Valladolid ocorreu o mesmo: a Universidade foi fechada após uma manifestação em que o reitor foi bombardeado com ovos podres.

Franco não sai do palácio onde dormita a maior parte do tempo. Mal sabe o que se passa no país. Quanto ao Governo, tenta enfrentar a situação recorrendo ora à mais violenta repressão, ora a uma política de concessões aparentes. O seu vice-presidente, Licínio de la Fuente, já anunciou que a semana de trabalho será reduzida de 48 para 44 horas, e que o salário mínimo será revisto de seis em seis meses. Segundo informou, a nova Lei do Trabalho reconhecerá o direito à greve. Os trabalhadores espanhóis sabem que se trata de mais uma manobra demagógica, pois a nova lei do Trabalho será uma lei fascista. Mas é significativo que o franquismo se veja hoje forçado a fazer concessões formais tão incompatíveis com a teoria e a prática do sistema. A pequena corte de Franco não pode ignorar que o ano de 1974 foi o mais tenso desde 1963. Em toda a Espanha houve 2196 greves e conflitos de trabalho, envolvendo mais de 700 000 trabalhadores.

Os perigos que ameaçam a Argentina

Na Argentina, os monopólios estrangeiros e a oligarquia agrária, que tinham sofrido rudes golpes durante o Governo de Perón, desencadearam uma ofensiva articulada para recuperar as posições políticas que haviam perdido e tratam de defender e ampliar o seu domínio sobre a economia do país. Para atingir os seus fins contam com uma colaboração cada vez mais aberta dos responsáveis pela orientação da política económica do actual Governo. Essa ofensiva é coordenada, no seio do aparelho do Estado, pelo ministro José Lopez Rega — o astrólogo conhecido pela alcunha de «El Brujo» — mas o seu executor é o ministro Gomez Morales que substituiu José Gelbard, defensor da política de aproximação com a União Soviética e Cuba.

O senhor Gomez Morales esteve agora nos Estados Unidos. Discursou perante o Council of the Americas e ofereceu a essa organização as mais amplas garantias para investimentos contrários aos interesses do povo argentino.

O Council of the Americas é uma associação de 350 poderosos empresários. Foi fundado para defender os interesses de monopólios que possuem mais de 90 por cento do total dos investimentos americanos, na América Latina, e o seu «leader» incontestado é David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank e irmão do actual vice-presidente dos Estados Unidos.

Justifica-se, portanto, a inquietação provocada em Buenos Aires, pela visita aos EUA de Gomez Morales. O ministro da Economia ofereceu condições a várias empresas que envolvem a negação total da política do anterior Governo. Manteve, por exemplo, entendimentos com a Saint Joe Minerals para que explore as riquíssimas minas de cobre de El Pachón, em San Juan, cujas reservas são avaliadas em 550 000 milhões de toneladas. Estabeleceu contactos com o Chase Manhattan Bank para que instale um Banco de Investimentos em Buenos Aires e avistou-se, também, com dirigentes da ITT, a fim de resolver problemas «urgentes» criados à Standard Electric após a nacionalização parcial das empresas que instalara na Argentina. A direcção da Exxon (ex-Standard Oil) também foi ouvida pelo ministro Morales que tomou nota das suas críticas aos «exageros» da política nacionalista de Perón.

Morales manteve ainda reuniões com os representantes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Convém recordar que foram as imposições do FMI ao Governo Frondizi que desencadearam a crise que precedeu a implantação da ditadura militar. O resultado das sugestões do FMI foi catastrófico: congelamento de salários, despedimentos massivos, entrega de sectores inteiros da indústria a monopólios estrangeiros, etc. Quanto ao BID, criado para financiar a chamada Aliança para o Progresso, é uma instituição que os povos latino-americanos associam às manobras dos EUA para manterem o Continente sob o seu «contrôle» económico e político.

Comentando as manobras do ministro Morales, «Nuestra Palabra», órgão do Partido Comunista Argentino, salienta que a classe operária e o povo da Argentina, que têm uma larga experiência do significado das concessões ao imperialismo, devem passar à contra-ofensiva para derrotar uma direita cada vez mais ousada e insolente que está ocupando, um a um, os postos-chave do Governo. «Trata-se — sublinha — de comerciar com todos os países do Mundo, em pé de igualdade, de levar adiante os convénios com os países socialistas e recusar os convénios leoninos que os monopólios imperialistas tratam de impor, e, ao mesmo tempo, realizar as mudanças estruturais necessárias para fazer avançar o verdadeiro desenvolvimento nacional.»

Se a ofensiva da reacção não for contida, a ameaça de um golpe de Estado na Argentina, destinado a restabelecer todos os privilégios do imperialismo e da oligarquia agrária, deixará de ser uma possibilidade para se transformar numa certeza.

Apelo do Partido Comunista do Chile para a formação de uma Frente Antifascista

No Chile estão a ser criadas condições para a formação de uma frente unitária antifascista. A cada dia que passa, fica claro que Pinochet e a sua camarilha não poderão, apesar da ferocidade da repressão desencadeada contra o povo chileno, levar a cabo os seus planos. Nas fábricas e nos campos, nas minas e na escolas a luta intensifica-se em todos os níveis.

Foi nesse novo contexto, marcado pela esperança, que o Partido Comunista do Chile emitiu da clandestinidade um extenso documento dirigido ao povo, no qual procede a uma análise da situação existente e traça as linhas de acção para a batalha contra a ditadura.

Transcrevemos abaixo algumas passagens dessa nota da direcção do PCP, que tem a força de um apelo:

«O Partido Comunista proclama o seu convencimento de que a situação actual mudará, de que o Chile não está condenado à catástrofe a que o conduz o fascismo, que existe uma alternativa que pode e deve materializar-se num prazo de tempo breve. Essa alternativa é a representada pela unidade patriótica antifascista, capaz de unir a maioria nacional que vai tomando forma, ampliando-se cada dia, para pôr fim à ditadura.»

«O PCC esclarece que tal unidade se materializa a partir daquilo que o povo construiu, o que significa reafirmar a vigência da unidade socialista-comunista, reforçar a Unidade Popular, mas, ao mesmo tempo, impõe que se vá mais longe, à acção comum e à unidade com outros sectores do povo que não estiveram com o Governo Popular, mas que sofrem, hoje, os desmandos da ditadura. Tais sectores, organizações e partidos deverão participar na Frente Antifascista, com iguais direitos e deveres. O Partido Comunista dirige-se abertamente à Democracia Cristã, para convidar os seus militantes a tomar em consideração esta forma de colocar o problema. Recorda o PCC que, sempre que foi possível desenvolver uma acção comum entre marxistas e democratas-cristãos, produziram-se avanços concretos em benefício do povo e da nação.»

«Concebemos a Frente Antifascista como um movimento capaz de dar ao nosso país um Governo com participação de todas as forças que a integram. O objectivo final da Frente Antifascista, a que chamamos as massas populares, é a derrota da ditadura, a destruição do Estado totalitário e policial que ela implantou e a construção de um novo Estado de Direito, democrático, antifascista, nacional, popular, pluralista, que garanta a renovação democrática e a total eliminação do fascismo, instrumento de mudanças revolucionárias e da independência nacional. Especifica-se, ainda, que na Frente Antifascista devem ser consideradas as opiniões e a presença de muitos sectores e não apenas das organizações políticas. É o que ocorre com as igrejas, e, em primeiro lugar, a católica. O povo do Chile verifica que a Igreja, salvo escassas e tristes excepções, não se identifica com os seus opressores.»

A classe operária está apontando o caminho. O assunto-chave, hoje, é a recuperação dos direitos sindicais, e, em primeiro lugar, dos de reivindicação e greve.»

«O outro aspecto indispensável do trabalho de massas é o trabalho ilegal e clandestino das organizações antifascistas e do próprio povo. Um e outro, trabalho legal e ilegal, são inseparáveis e devem complementar-se mutuamente.»

«Tudo isto significa que o caminho do terrorismo, da acção de pequenos grupos, do aventureirismo, deve ser anulado pelo movimento popular. Insistir nessas concepções é fazer o jogo do fascismo. Um ano de opressão permitiu comprovar que os ditadores desejariam que o movimento popular se encaminhasse para esse tipo de acções, para justificar os seus crimes. Efectivamente, quando a maturidade do movimento democrático lhes tirou o pretexto, montaram provocações como o assalto ao Banco do Chile, utilizado para assassinar Miguel Henriquez e encobrir com esse crime o cruel assassínio do general Prats e da sua esposa.»

«Forçados à clandestinidade, não renunciamos, nem renunciaremos ao nosso carácter de partido de massas. O nosso trabalho ilegal não se apoia em túneis ou paredes duplas, nem em poderosos meios económicos. Faz-se e far-se-á com a colaboração de milhares e milhares de famílias do povo que, desde o primeiro dia da repressão, abriram as suas portas aos perseguidos e que contribuem para a nossa organização na clandestinidade. Este estilo de massas é possível porque, maior do que o ódio dos nossos inimigos é o afecto que o povo tem pelo partido da classe operária. O nosso trabalho não depende nem pode depender, nessa conformidade, de um ou dois centros-chave. Funde-se com o próprio povo. A repressão fascista esbarra aí.»

Nós comunistas trabalhamos imbuídos do optimismo histórico que nos traz a certeza da vitória. Comportamo-nos e comportar-nos-emos junto aos nossos aliados como a vanguarda segura na luta contra a ditadura e na procura e construção da saída popular e revolucionária. Estamos certos de que o povo do Chile formará a mais ampla coligação da sua história, para pôr termo à noite do fascismo.»

O Chile vencerá!

O Peru pede um regulamento e sanções para as multinacionais

Uma conferência interamericana sobre problemas jurídicos, no Panamá, acabou transformada em palco de uma batalha entre os defensores do imperialismo e aqueles que o combatem. A reunião decorria de modo pachorrento, com debates académicos entre professores de Direito, quando o chefe da delegação peruana, embaixador Alberto Ruiz Eldredge, surpreendeu o plenário ao apresentar um projecto de resolução sobre as actividades das companhias multinacionais na América Latina. O documento, que pedia a elaboração de um regulamento e a aplicação de sanções a quem o desrespeitasse, é do seguinte teor:

1 — As companhias multinacionais devem submeter-se às leis e regulamentos do país que as recebe e, em caso de conflito, obedecer à jurisdição dos tribunais desse país.

2 — Devem abster-se de qualquer interferência nos assuntos do país em que operam.

3 — Devem abster-se de interferir nas relações entre o país onde estão e outros Estados e de perturbar as relações entre governos.

4 — Não devem ser usadas ou servir como instrumentos políticos de outro Estado nem como meio de alargar ao país em que funcionam elementos de ordem legal do país de origem.

5 — Devem submeter-se à política, objectivos e prioridades do desenvolvimento nacional do país anfitrião e contribuir positivamente para a sua realização.

6 — Devem apresentar ao Governo do país em que operam, informações pertinentes sobre as suas actividades, de modo a garantir que estão de acordo com a política, objectivos e prioridades do desenvolvimento nacional desse país.

7 — Devem levar a cabo as suas operações de modo a contribuir para os recursos financeiros do país em que permanecem.

8 — Devem contribuir para o desenvolvimento da capacidade científica e técnica dos países em que funcionam.

9 — Devem abster-se de práticas comerciais restritivas.

10 — Devem respeitar a identidade social e cultural do país.

11 — Serão sujeitas permanentemente à soberania do país em que operam relativamente a toda a sua riqueza, recursos nacionais e aptidões económicas.

O plenário dividiu-se ante a proposta peruana, mas, devido a pressões dos Estados Unidos, apoiadas pelas delegações de países cuja economia é controlada pelos monopólios americanos, o assunto não foi discutido. O boicote funcionou. O embaixador Eldredge, contudo, transformou a proposta em declaração e leu o documento na sessão plenária. A repercussão desse desafio aos monopólios americanos foi muito grande em todo o continente, transformando-se num acontecimento político significante.

A escalada da repressão no Brasil atinge duramente o PCB

No Brasil a escalada repressiva ampliou-se extraordinariamente nas últimas semanas. Para confundir o povo e conquistar o apoio dos órgãos de informação mais conservadores, o Governo do general Geisel levantou a censura prévia ao diário «O Estado de S. Paulo», mas simultâneamente, preocupado com as consequências da derrota eleitoral de Novembro, montava uma operação de cerco ao Partido Comunista Brasileiro, cujo aparelho de propaganda sofreu um rude golpe. No dia 13 de Janeiro, a polícia política do regime localizou e ocupou duas oficinas gráficas onde era impresso o jornal «Voz Operária», órgão central do CC do PCB. A notícia dessa operação de terror, durante a qual foi preso um número indeterminado de pessoas, foi mantida em segredo durante duas semanas. Depois, o ministro da Justiça, Armando Falcão, compareceu a um programa de televisão para fazer um ataque carregado de ódio ao Partido Comunista Brasileiro e revelar a descoberta das tipografias clandestinas. No dia seguinte, os representantes dos órgãos de informação foram convidados a visitar essas instalações, já «arrumadas» pela polícia, e colaboraram na sórdida campanha do Governo, dando a maior cobertura à histérica ofensiva anticomunista. O ministro Falcão acabou tirando ilusões aos que ainda acreditavam no espírito «liberalizante» do general Geisel. Através de denúncias contra o PCB, ameaçou o conjunto de deputados e senadores da oposição, insinuando que a maioria só tinha conseguido vencer a eleição graças ao apoio comunista. Como o presidente dispõe de poderes ditatoriais, os mandatos desses parlamentares podem ser anulados.

O facto de tanto o Governo como a Polícia não terem, até agora, revelado o nome de nenhuma das pessoas «presas» durante o assalto às tipografias, causa preocupação. Houve certamente elementos infiltrados que tornaram possível a queda de um sector do aparelho de propaganda e agitação do PCB. Mas é também muito possível que a ditadura brasileira tenha assassinado militantes comunistas encontrados naqueles locais e pretenda ocultar o facto. Não seria a primeira vez. O Partido Comunista Brasileiro anunciou recentemente que 19 dos seus membros, entre os quais os camaradas David Capistrano, João Massena Melo, Luís Maranhão e José Roman haviam sido assassinados por militares ao serviço do aparelho de terror policial.

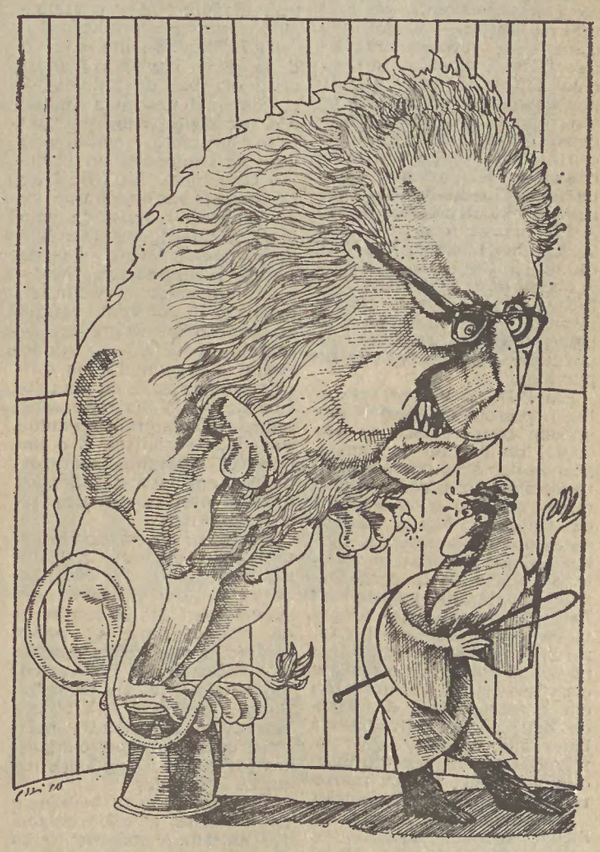
O golpe que acaba de atingir tão rudemente o PCB é uma advertência para aqueles que extraíram conclusões precipitadas do resultado das eleições de Novembro, vendo nele uma porta aberta para a rápida democratização do país. A ditadura brasileira é uma ditadura fascista. Nunca se transformará voluntariamente.

A ajuda do imperialismo americano ao Terceiro Mundo

O Governo dos Estados Unidos manifestou a sua surpresa e o seu desencanto pela adiamento indefinido da Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da América, que deveria realizar-se em Março, na cidade de Buenos Aires. Na opinião de Washington, o boicote da reunião por vários países latino-americanos foi uma «intolerável forma de pressão» contra os Estados Unidos. Esqueceu-se, porém, de mencionar os motivos, inseparáveis da, essa sim, intolerável pressão dos Estados Unidos sobre os Governos que tentam defender os interesses nacionais contra os monopólios «yankees».

No início de 1974, o secretário de Estado Henry Kissinger prometera, na Conferência de Tlatelolco, no México, conceder um tratamento preferencial às exportações dos países latino-americanos. Garantiu que, a partir de então, começaria a era de um novo diálogo, entre **iguais**.

Essas promessas não foram cumpridas. Kissinger fala agora do «estrangulamento» do Ocidente. E, de acordo com a sua nova diplomacia, o Congresso dos E. U. A. aprovou uma Lei de Comércio Externo que deixa a critério do presidente Ford determinar que países terão direito a preferências alfandegárias. Mas a lei, à cautela, sugere que sejam excluídos: os países membros da O. P. E. C.; os países que façam parte de associações regionais que controlem o afluxo de matérias-primas, dos países que neguem um acesso «justo e razoável» às suas fontes de matérias-primas; os países que expropriem propriedades de empresas ou cidadãos americanos. E exclui também do sistema de preferências os têxteis, os calçados, os aparelhos elec-



trónicos e certos produtos de aço. A lei atinge, portanto, frontalmente: o Equador e a Venezuela (OPEC); o Peru (expropriações); a Colômbia (têxteis); a Argentina (electrónicos e aço); o México (vários itens); e até o Brasil (calçados) e o Chile (membro do Pacto Andino).

O novo «diálogo», como se verifica, não é mais democrático do que o anterior. A linguagem pode mudar, mas o comportamento do imperialismo americano perante a América Latina não muda. O que Washington entende por um «acesso justo e razoável» dos E. U. A. às fontes de matérias-primas é a aceitação submissa pelas Repúblicas latino-americanas das suas imposições. Um comércio honesto para os E. U. A. significa a subida constante dos preços dos seus produtos de exportação e o aviltamento contínuo dos preços das matérias-primas da América Latina (e de outros países do Terceiro Mundo). Uma tonelada de minério de ferro brasileiro, por exemplo, valia 17 dólares no início dos anos 50; agora vale apenas 9. Uma tonelada de carvão exportada custava 21 dólares; agora é vendida por 61. É o diálogo entre iguais, segundo os E. U. A.

O apoio dado pelo imperialismo americano à política de agressão sionista provocou, porém a reacção dos países árabes. Washington teve de pagar o petróleo mais caro. Não podendo atingir, directamente, os produtores de petróleo do Médio Oriente, adopta, como represália, uma política que atinge quase todas as nações da América Latina. A Lei do Comércio Externo dos E. U. A. é um claro acto de agressão. Mas o presidente Gerald Ford define-a como uma iniciativa filantrópica: «Esta é — disse — a mais significativa legislação comercial aprovada pelo Congresso desde o começo dos programas de acordos internacionais de comércio há quatro décadas.» Leis como essa são um verdadeiro espelho da política de «ajuda» dos EUA aos povos do Terceiro Mundo.

SETENTA ANOS DE REVOLUÇÃO NUMA FÁBRICA DE LENINEGRADO

Proclamar o desejo de transformações revolucionárias é muito fácil. O mundo está cheio de revolucionários verbalistas que invocam os nomes de Marx, Engels e Lenine e citam textos seus para negarem, na prática política, o significado profundo dos seus ensinamentos. Ser revolucionário de uma forma consequente, através de um comportamento que seja o reflexo da assimilação da teoria e da capacidade de agir em função dela é muito mais difícil. Ser sujeito e elo de uma cadeia de actos revolucionários transformada em ponte do passado para o futuro é ainda mais difícil. Por muitos motivos, esses exemplos de uma permanente postura revolucionária colectiva, na longa duração da história, não são frequentes. É preciso que se reúnam condições especiais, inseparáveis de acontecimentos importantes no passado de um povo com significação para toda a humanidade. Mas existem. E têm a força dos exemplos que não podem ser contestados, o poder de inspirar aquela admiração que nasce da descoberta do mais puro heroísmo revolucionário, de uma ininterrupta atitude revolucionária.

por Miguel Urbano Rodrigues
nosso enviado especial

A fábrica Krasniy Viborgez, em Leninegrado, é um desses exemplos. É, há mais de 70 anos, uma fábrica revolucionária, uma fábrica animada por um espírito comunista, uma fábrica na qual passado e presente constituem uma sucessão de actos que são o espelho de uma visão revolucionária do mundo e da coerência e da tenacidade de homens que, na paz e na guerra, sob o capitalismo e no contexto de uma sociedade socialista, souberam sempre ter um comportamento revolucionário.

Na aparência é uma fábrica comum, semelhante a outras da União Soviética. Um conjunto de edifícios escuros, quase todos antigos, com pátios cobertos de neve lamacenta, gigantescas oficinas, um clube recreativo, um equipamento social perfeito. Mas a Krasniy Viborgez é uma fábrica diferente, um museu vivo, símbolo da vontade revolucionária dos operários da cidade-berço da Revolução de Outubro. Foi fundada em 1857. Uma das primeiras fábricas modernas do Império Russo. Era uma fundição estrangeira, montada por patrões belgas, numa época em que o imperialismo europeu ocidental olhava a Rússia dos czares como um país atrasado onde uma força de trabalho barato funcionava como fonte de lucros fáceis.

HERÓIS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

«Viborg — lembra ao enviado especial do «Avante!» o camarada Anatoly Kulitchkov, secretário do Comité do Partido na fábrica — já era uma colmeia de revolucionários nas últimas décadas do século XIX. A Krasniy não tinha então esse nome. Mas os seus operários tiveram participação destacada nas lutas contra o patronato e a autocracia czarista, mesmo antes da fundação do Partido Operário Social Democrata Russo e do aparecimento da sua fracção bolchevique. Em 1905, durante a Revolução, um companheiro nosso, Piotr Gratsky, foi membro do Soviete de Petrogrado. Estivemos na primeira linha de combate, suportámos depois o peso da repressão».

Em 1917, na Viborg Vermelha o pessoal da fábrica respondeu com entusiasmo aos apelos do Partido de Lenine. Muitos dos seus operários intervieram em acções importantes durante a insurreição de Outubro. Alguns faziam parte dos destacamentos proletários que tomaram de assalto o Palácio de Inverno. Outros montaram guarda no Instituto Smolny, nas longas vigílias que precederam a tomada do poder, quando o monumental colégio da aristocracia russa estava transformado em quartel-general do Partido Bolchevique. Outros ainda bateram-se na guerra civil, integrados nas brigadas do Exército Vermelho. Muitos morreram em defesa da Revolução.

«Orgulhamo-nos dessas tradições revolucionárias — esclarece o camarada Alexei Ivanovitch, presidente do conselho do sindicato. Só em 1922 a Krasniy Vigorgez (Cidadão Vermelho de Viborg, em Português), passou a chamar-se assim. Mas há uma continuidade na acção revolucionária da nossa gente.»

Kulitchkov explica:

«A Krasniy esteve presente em todos os grandes arranques da Revolução, respondeu a todos os apelos do Partido nas situações mais difíceis. Em 1929 foi um operário nosso, Mihail Putin quem iniciou a emulação socialista. Para um trabalhador comunista não basta ser disciplinado e eficiente; é preciso ter espírito criador.»

O museu da fábrica é uma imagem da sua história. Um museu único que surpreende e se deixa com um sentimento de respeito, com a certeza de que o homem, quando se coloca ao serviço de uma causa justa, desenvolve virtudes e forças acima do imaginável. É um conjunto de salas austeras que arquivam recordações indissociáveis da caminhada da URSS para uma sociedade sem classes. Momentos de história estão na floresta de bandeiras vermelhas — cada uma um marco e um prémio — em obuses alemães, nos uniformes amarelecidos pelo tempo, em retratos de heróis, de operários da Krasniy que foram ministros da URSS como Piotr Lomako.

A Krasniy Viborgez é, talvez, a fábrica mais condecorada da URSS e do Mundo. Logo após a guerra de 1941-45 venceu a campanha da emulação socialista. No centenário de Lenine, em 70, recebeu uma medalha especial; outra em 72 durante as comemorações do cinquentenário da Revolução. Tudo é mostrado ao redactor do «Avante!». As bandeiras-prémios do Comité Central do PCUS, o galardão do CC da organização dos Komsomols, as bandeiras e troféus recebidos em anos sucessivos dos sindicatos e do Conselho de Ministros.

TRABALHO, CERCO E FOME

«A produção não parou com a guerra — informa o camarada Kulitchkov. — Foram esses os anos mais difíceis. Durante o cerco de Leninegrado explodiram dezenas de bombas na fábrica. Trezentos e vinte seis dos nossos camaradas participaram na defesa da cidade. Tivemos cerca de 300 mortos em cerca de mil trabalhadores. Mas continuámos a lutar e a produzir.»

Kulitchkov aponta com o dedo, numa vitrina, o manuscrito original de Mihail Putin do qual nasceu a emulação socialista. É um passado feito presente, continuado hoje na campanha do trabalho comunista. Na URSS de 29, lançada na batalha da industrialização, acossada pelo imperialismo, um operário desconhecido teve a ideia de sugerir o que parecia impossível: aumentar a produtividade em 10 por cento graças ao esforço individual, ao sacrifício daqueles que suportavam o peso maior da difícil transformação de uma sociedade ainda marcada pelas sequelas do capitalismo numa sociedade socialista. E o impossível aparente transformou-se em factos: todos os índices previstos foram ultrapassados.

É preciso ter estado em Leninegrado, conhecer a história angustiante dos 900 dias de cerco, ter percorrido as silenciosas áleas do cemitério da cidade, para se poder avaliar na sua exacta medida o significado de vitórias como aquelas que os trabalhadores da Krasniy Viborgez descrevem em poucas palavras, como se essas conquistas fossem as coisas mais naturais e simples.

Trabalhar sob as bombas e as granadas alemãs, colaborar na defesa com um terço dos operários, perder 300 camaradas na frente e sob os bombardeamentos, e manter o nível da produção com rações alimentares de fome — é uma epopeia.

Não conseguimos escutar os relatos de camaradas como Kulitchkov, Alexei Ivanovitch, Leonid Viugen, Valentin Brantov, sem evocar o desfile de leninegradenses que diariamente percorre o cemitério da guerra contemplando os alongados sepulcros colectivos. Ali estão os corpos das vítimas do cerco. Em Leninegrado havia 2,5 milhões de pessoas em 8 de Setembro de 1941, quando se fecharam as tenazes alemãs. Foi preciso esperar dois anos e meio para que o Exército Vermelho, em ofensiva conjugada dos defensores e das tropas de socorro, tivesse condições para destroçar o anel de aço da Wehmacht hitleriana. Mais de um quarto dos habitantes pereceu: 641 803 morreram de fome; 50 000 em consequência de acções militares. Mas a cidade resistiu!

Não há um leninegradense que não tenha alguém querido na imensa necrópole. Numa manhã de céu azul, sob um frio de 17 graus negativos, contemplamos a rotina impressionante da homenagem aos heróis desaparecidos. Ninguém sabe onde está o pai, a mãe, o irmão, o filho. Velhos e jovens passam, param, olham a inscrição do ano e prosseguem, concentrados, voltados para dentro, para um ontem de tragédia e glória. A homenagem é colectiva à geração que em Leninegrado se bateu pela sua cidade, pela pátria, contra o fascismo, pela liberdade, por toda a Humanidade, numa gesta heróica que só encontra paralelo na que teve por protagonistas os defensores de Estalinegrado nas margens do Volga.

Foi nesse pequeno universo de metralha, frio e fome, que os trabalhadores da Krasniy Viborgez cumpriram a sua tarefa. Como operários comunistas.

Não nos surpreende que a simples admissão nesta fábrica seja um motivo de orgulho. «Não é raro encontrar aqui seis e sete pessoas da mesma família. Frequentemente temos marido, mulher e filhos. E os avós já passaram pela fábrica. É um título de honra trabalhar na Krasniy Viborgez — informa o camarada Kulitchkov. Em cada seis trabalhadores um é membro do Partido; em cada 7, um é Komsomol.»

«Depois da guerra — prossegue — reconstruímos tudo. A explosão das granadas e das bombas alemãs causaram danos terríveis. Agora estamos construindo novas secções. Somos uma fábrica moderna. Artigos da nossa linha de produção — desde lingotes de cobre a baterias de cozinha, passando por variadas máquinas-ferramentas — são exportados para 57 países. Mais de 100 estátuas de bronze de Lenine, espalhadas pela U. R. S. S., foram fundidas aqui».

A SURPRESA DE LITVINENKO

Mas o tempo dos sacrifícios passou. Agora Leninegrado é uma cidade de abundância. Na Krasniy há operários que ganham 300 rublos (10 contos).

«O poder aquisitivo — esclarece o camarada Viechlev Petuhov, deputado do Soviete Superior da República Federativa da Rússia — deve ser avaliado em função de um conjunto de benefícios e facilidades. A renda de uma casa com três ou quatro quartos assoalhados não excede 20 rublos, incluídos os gastos de água, luz, gás e aquecimento. Os trabalhadores solteiros dispõem de instalações com 640 camas. Uma espécie de hotel muito confortável, em que a cada quatro camas corresponde uma sala de banho».

A Krasniy, além de um restaurante excelente e barato, proporciona férias aos seus trabalhadores em casas de repouso na região de Leninegrado, num cenário de florestas, rios, lagos e campos que reúne condições ideais para descanso e divertimento.

Assistimos a operações de laminação de cobre numa oficina modernissima. Subimos a uma alta plataforma onde dois trabalhadores asseguram o controlo da complexa aparelhagem que acciona as máquinas que lançam os blocos incandescentes de cobre sobre as esteiras que os introduzem na gigantesca prensa que os modela. Durante o governo da Unidade Popular havíamos visitado laminações de cobre no Chile. Mas as da Krasniy são muito mais completas e funcionais. Nada ficam a dever ao que no género existe de mais avançado nos EUA e na Inglaterra. A diferença reside no facto de que o modo de produção nos países capitalistas funciona em benefício de empresas monopolistas e na URSS é socialista. A fábrica, como tudo o mais, é um instrumento de transformação e criação de riquezas que se destinam à sociedade no seu conjunto, à melhora dos padrões de vida do povo e não a uma minoria de privilegiados, cujos lucros assentam na exploração de uma cadeia movida pela força de trabalho de uma interminável galeria de oprimidos que se inicia nas minas de cobre, para terminar no balcão de uma loja.

Ivan Litvinenko, um dos trabalhadores que manobram a aparelhagem electrónica da laminação, saúda o redactor do «Avante!». O salário da família — a companheira é funcionária do Instituto Politécnico — equivale a 14 contos. Tem dois filhos, dos quais, o mais velho, se prepara para ser oficial da Marinha Mercante. É de Voronej e fica contente ao verificar que conhecemos a história da cidade quando lhe falamos da batalha em que os cossacos de Budiony destroçaram, numa famosa carga de cavalaria, os exércitos brancos que ameaçavam Moscovo durante a guerra civil. Faz perguntas sobre Portugal, quer saber como vivem os operários portugueses, pede informações sobre o Movimento das Forças Armadas. Só mostra estranheza, quase perplexidade ao ouvir referências ao anticomunismo, à campanha de calúnias da reacção portuguesa contra o nosso Partido e o comunismo.

Os trabalhadores soviéticos sabem que o anticomunismo é uma realidade no mundo capitalista, mas não conhecem bem as suas modalidades, têm dificuldade em entender os mecanismos de deturpação da verdade.

A Krasniy Viborgez constitui um exemplo tão vivo, tão extraordinariamente belo da identificação, ao longo dos anos, dos trabalhadores soviéticos com o sistema que transformou as condições de vida no país, abolindo a exploração do homem que se torna difícil explicar a um filho da Revolução, a um Ivan Litvinenko, o que é a reacção portuguesa, como se comporta e o que pretende.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Lembramo-nos de que em 1917, após a Revolução de Fevereiro, muita gente que se dizia socialista não acreditava que a classe operária pudesse assumir um papel dirigente, afirmando-se como vanguarda revolucionária. Negavam que ela fosse a classe mais avançada e mais preparada para levar a cabo as grandes mudanças que o país estava a exigir. A prática, entretanto, confirmou a teoria do Partido de Lenine. As aves agoirentas ficaram pelo caminho, no caixote do lixo da história. Enchiam a boca com a palavra socialismo, mas pretendiam preservar o sistema de exploração capitalista. O Estado de trabalhadores da União Soviética oferece-nos hoje o mais convincente dos desmentidos às teses dos mencheviques e dos «socialistas revolucionários», irmãos espirituais daqueles que, hoje, proclamando-se democratas, descrêem em Portugal da capacidade criadora das massas.

Saímos da Krasniy ainda mais convictos de que o avanço da Revolução Portuguesa é inseparável da participação plena e criadora dos camponeses, dos operários, do povo em geral, no processo de transformação em curso na nossa terra. Sem a imaginação, sem a força, sem a vontade, sem a capacidade de sacrifício do povo trabalhador, sem a presença actuante e esclarecida do nosso Partido, não teríamos caminhado tanto em tão pouco tempo, não teríamos infligido aos inimigos da democracia, tão duras derrotas. Essa realidade para a qual contribuiu decisivamente a receptividade do MFA aos anseios das massas é infinitamente mais importante do que o palavreado de arrogantes minorias que se colocam contra o povo, ou acima do povo, porque o temem, porque defendem abertamente interesses de classe, ou, batendo-se indirectamente por eles, falam como se tivessem o monopólio do saber e pretendem fechar a porta à Revolução cuja promessa está contida no Programa do Movimento das Forças Armadas.

SAUDAÇÃO AOS OPERÁRIOS DE PORTUGAL

O camarada Anatoly Lulitchkov entrega-nos o distintivo que nos transforma em membro do colectivo de trabalhadores da Krasniy Viborgez. É uma atitude simbólica. Mas também um gesto de solidariedade que nos comove profundamente. Responde ao nosso agradecimento com uma breve saudação: «Em nome dos camaradas da Krasniy Viborgez — diz — transmito, por intermédio do «Avante!», as saudações calorosas e muito profundas de todos nós à classe operária portuguesa e, especialmente, aos militantes comunistas que dela fazem parte. Desejamos muito que a classe operária portuguesa sob a lúcida direcção do PCP, sua vanguarda revolucionária, se encaminhe no sentido do socialismo e do comunismo. Aproveitamos a tua estada nas margens do Neva, camarada, a tua vinda a esta cidade berço da Revolução de Outubro dirigida por Vladimir Ilitch Lenine, a tua presença na cidade onde o «Aurora» disparou o tiro que foi o sinal e o íman de uma nova era para o movimento operário em todo o Mundo, para te oferecermos uma recordação simbólica de Leninegrado: uma medalha de cobre do próprio cruzador «Aurora» feita pelos operários desta fábrica.»

Despedimo-nos em frente da estátua de Lenine, fundida pelos trabalhadores da Krasniy. E carregamos uma certeza: há em Portugal Krasniy Viborgez potenciais, que estão a ser forjadas no dia-a-dia da grande batalha pelo futuro. Os trabalhadores portugueses saberão oferecer ao mundo, de acordo com as necessidades impostas pelo processo histórico, exemplos de firmeza, patriotismo tenacidade e disciplina revolucionários comparáveis aos dos seus camaradas da Krasniy Viborgez. Os trabalhadores de Portugal também saberão encontrar o caminho da vitória. Ela será difícil, mas será nossa!

O redactor do «Avante!» com camaradas soviéticos junto do monumento de Lenine na fábrica Krasniy, em Leninegrado

A chegada ao aeroporto, Luigi Nono foi saudado, em nome do CC do PCP, pelo camarada Aurélio Santos

A ORQUESTRA SINFÓNICA POPULAR VAI ACTUAR EM LISBOA E NO BARREIRO

• LUIGI NONO EM LISBOA, BARREIRO, PORTO E ÉVORA

A Célula dos Músicos da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português apresentou aos órgãos de Informação o seu manifesto em conferência de Imprensa realizada, no passado dia 3, no Centro de Trabalho de Alcântara. Paralelamente e como expressão prática das ideias constantes do manifesto — que junto publicamos —, os músicos comunistas divulgaram algumas das suas próximas actividades, através das quais procuram evidenciar a função social da música como factor de comunicação e de mobilização e a sua inserção no actual processo revolucionário. Representando a Célula de Músicos da Organização Regional de Lisboa do nosso Partido encontravam-se os camaradas Francine Benoit, Mário Vieira de Carvalho, José Machado, Carmos Franco, António Silva, Celeste Amorim, Joaquim Pimenta e Joaquim Lima.

Entre a acção que os músicos comunistas da Organização Regional de Lisboa se propõem desenvolver no sentido de se integrarem dinamicamente no sector cultural português, insere-se a visita do compositor e professor de música, Luigi Nono, militante do Partido Comunista Italiano, e a estreia da Orquestra Sinfónica Popular, composta por militantes e simpatizantes do nosso Partido e por outros democratas que procuram concretizar a democratização da música até agora restringida a consumo das classes dominantes.

Luigi Nono é uma das personalidades artísticas de maior relevo na música contemporânea post-Weber, sendo classificado como um compositor de vanguarda cuja obra o aproxima de Boulez e Stockhausen. A sua música exprime um compromisso com o processo social, com a luta da classe operária, com o combate anti-imperialista e pela libertação nacional. Assim, a recolha da linguagem dos trabalhadores de determinada região operária e o seu confronto com a linguagem dos burgueses de Milão constituem motivo a partir do qual Luigi Nono compõe uma obra musical. Uma das suas peças de conteúdo revolucionário tem título em português, «A Floresta é jovem e cheia de vida», frase de um poema de um guerrilheiro angolano cujo texto o compositor aproveita, assim como poemas de guerrilheiros vietnamitas, trechos da obra de Marx, de Fidel Castro, de France Fanon, de Lumumba e ainda extractos da II Declaração de Havana. Segundo desejo expresso de Luigi Nono, esta sua visita deverá tornar-se um encontro com os trabalhadores portugueses, aos quais quer dar a conhecer a sua obra e debater com eles a função actual da música.

Luigi Nono actuará dia 7 às 21 e 30 na Reitoria da Universidade de Lisboa; dia 9 no Barreiro; dia 10 no Porto e dia 12 em Évora. As audições serão comentadas e seguidas de colóquio. De modo a permitir que os trabalhadores constituam o público predominante destas sessões, os preços são bastante acessíveis e desenvolvem-se acções de mobilização nas empresas.

Nos próximos dias 14 e 15 de Fevereiro, respectivamente em Lisboa, na Reitoria da Universidade, e no Barreiro, estreia-se a Orquestra Sinfónica Popular. Composta por 60 elementos de diferentes orquestras (Orquestra da Gulbenkian, Orquestra da Emissora Nacional e Orquestra Filarmónica de Lisboa), o nome simboliza a preocupação dos músicos em inserir a sua arte na dinâmica cultural do país em moldes democráticos. O repertório da orquestra será fundamentalmente baseado em obras de diversos autores portugueses. Neste sentido se incluem nas suas primeiras audições obras de João Freitas Branco, combatente antifascista, de cuja morte passa este ano o XX Aniversário, de João Domingos Bomtempo, personalidade artística ligada às lutas liberais que foi vítima das perseguições dos absolutistas e cujo centenário de nascimento se comemora este ano, e obras de Fernando Lopes Graça, figura de democrata, cuja arte é por si só um manifesto da resistência antifascista. Álvaro Salazar foi convidado especialmente para dirigir a Orquestra Sinfónica Popular.

No entanto, na medida em que defende um intercâmbio cultural com outros povos e com outras expressões artísticas num plano de solidariedade e cooperação internacionais, a Orquestra Sinfónica Popular incluirá também obras de autores estrangeiros.

Um dos objectivos próximos desta orquestra consiste em descentralizar a sua acção cultural, criando pequenos conjuntos de câmara que se possam deslocar a diversos locais. Na sequência da contribuição que têm procurado prestar à Campanha de Dinamização Cultural do MFA muitos dos músicos participantes na orquestra, é intenção do conjunto continuar este tipo de colaboração.

A Célula dos Músicos da Organização Regional de Lisboa considera como um fim político particularmente importante, o incentivar do conhecimento e divulgação da música popular portuguesa. Alguma acção foi efectuada nesse sentido em virtude da iniciativa individual de democratas que não se pouparam a esforços e riscos. Como exemplo, citou-se Michel Giacometti, que de 200 horas gravadas de música popular, apenas viu serem divulgadas seis horas do seu trabalho, e Fernando Lopes Graça, um caso quase único de democratização cultural do país, ao levar a sua música para fora dos circuitos estreitos de consumo da música e ao basear o material do seu coro em documentos folclóricos portugueses, recriados e devolvidos ao povo numa expressão artística que os operários e camponeses reconheciam como sua. Trabalhos como os de Giacometti e de Fernando Lopes Graça em que a capacidade criadora do povo é valorizada, defendida e divulgada têm uma função política essencial num plano de efectiva democratização da cultura, na qual os músicos comunistas serão, sem dúvida, uma presença actuante.

MANIFESTO DOS MÚSICOS COMUNISTAS

1. — Enquanto arte, a música não é um mero divertimento. Actua sobre a inteligência e a sensibilidade do homem, individualmente considerado, e contribui para a formação duma consciência colectiva.

2. — Não se pode subestimar na música nem a sua capacidade expressiva nem o seu poder de comunicação e de mobilização. A música é produto e reflexo da sociedade e da época histórica, mas é também função actuante no devir da Humanidade.

3. — Como músicos e não apenas como cidadãos, queremos colocar-nos inteiramente ao serviço da transformação social do nosso país. Queremos prestar a nossa solidariedade activa à classe operária e a todos os trabalhadores na luta por melhores condições de vida e pelo fim da exploração do homem pelo homem. Queremos fazer da música uma arma na luta pelo futuro, contra o passado.

4. — Reclamamos a reestruturação de alto a baixo do ensino da música, por forma a garantir a sua democraticidade, a sua qualidade artística e profissional, a sua actualidade em relação com o desenvolvimento tecnológico moderno, a sua integração no quadro geral duma profunda reforma do ensino (onde a música deixe de ser o «parente pobre»).

5. — A criação das estruturas adequadas à democratização da cultura depende do avanço do processo revolucionário, que, por sua vez, depende de medidas firmes a tomar no terreno económico e político. Entretanto, a frente ideológica e cultural contra a reacção não pode ser menosprezada. Por isso, apoiamos firmemente a Campanha de Dinamização do MFA, para a qual é urgente mobilizar todos os meios de comunicação, designadamente, além da rádio, a TV, que duma maneira geral insiste em continuar divorciada do processo revolucionário.

6. — Defendemos uma política cultural que proteja, valorize e promova o desenvolvimento do património e das potencialidades artísticas do Povo Português: os intérpretes e compositores portugueses têm direito ao pleno exercício da sua missão social; a genuína música popular tem de ser defendida e divulgada nos meios de comunicação. Entendemos que o Estado, através dos seus organismos competentes, deve garantir a prossecução duma tal política.

7. — Não pode haver desenvolvimento cultural num país isolado do resto do mundo. Temos que nos libertar do isolamento criado por 48 anos de fascismo e fomentar a todos os níveis um verdadeiro intercâmbio com os outros países, nomeadamente com os países socialistas. Denunciamos a política oficial do regime fascista e das organizações que a prosseguiram e ainda a prosseguem, política essa tendente a fazer do nosso país uma colónia cultural. Reivindicamos um intercâmbio estimulante, que nos ajude, e ao nosso povo, a tomar consciência das conquistas já alcançadas noutros países, a desenvolver as nossas próprias faculdades e a estreitar os laços de solidariedade com todos os povos progressistas e anti-imperialistas do mundo. Reivindicamos um intercâmbio que nos permita dar a conhecer no estrangeiro os aspectos mais positivos e originais do nosso património musical e a imagem do Portugal novo que estamos a construir.

8. — Os músicos portugueses têm estado na primeira linha da colaboração activa com o MFA nas campanhas de dinamização em curso. Esperamos que a mobilização da música e dos músicos para essa tarefa se intensifique cada vez mais. Pela nossa parte, afirmamos solenemente a disposição dos músicos comunistas de participarem com a sua arte e com a sua prática cívica na consolidação da aliança Povo-Forças Armadas de que depende o futuro democrático do nosso povo.